

www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00



230



ARGENTINA

À beira do colapso

PETROBRÁS

Empresa sob estresse

PRESÍDIOS

Esperar o pior

ALCA

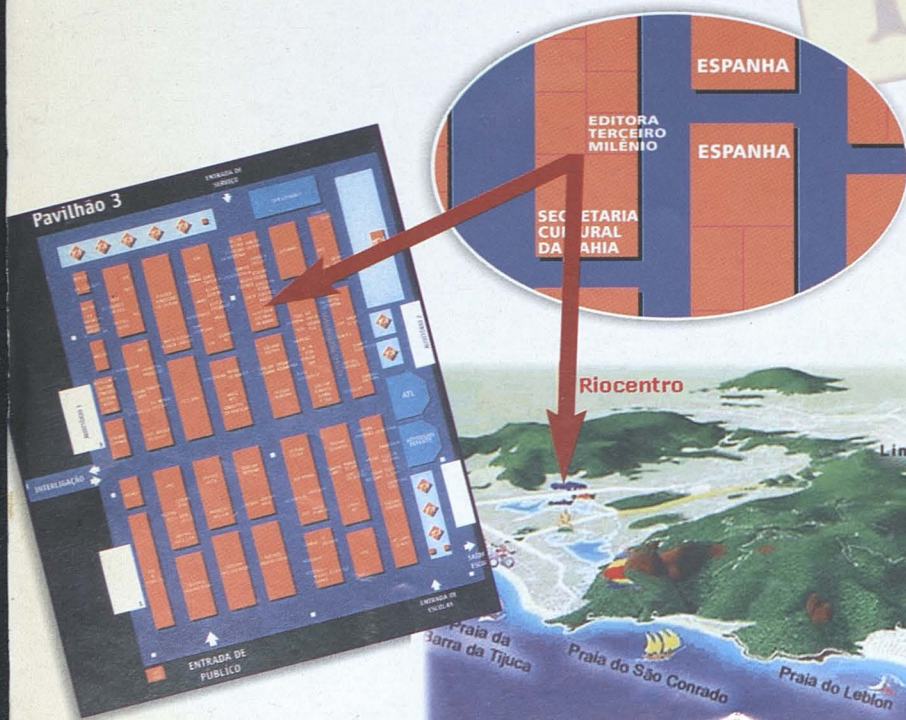
OS RISCOS DO MERCADO CONTINENTAL

Durante a X Bienal do Livro do Rio de Janeiro,
visite o estande da EDITORA TERCEIRO MILÊNIO, no Pavilhão 3 do Riocentro
(em frente ao país homenageado - Espanha), receba brindes e
descubra as novidades que preparamos para você!

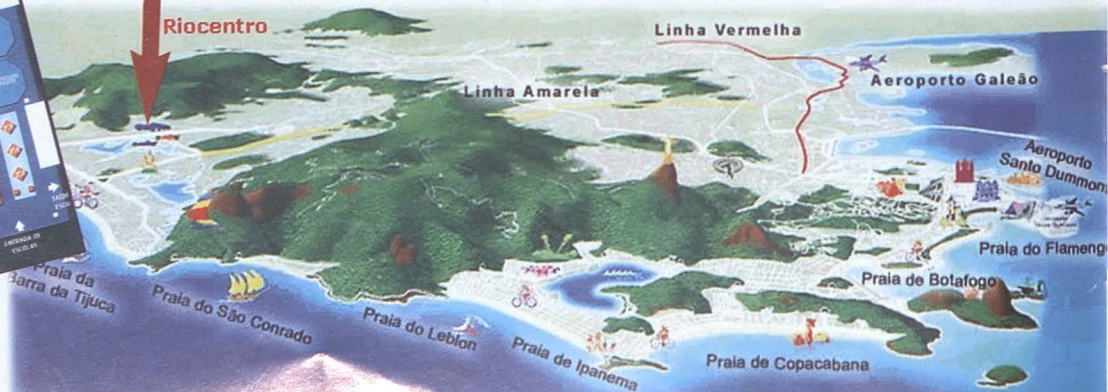


na X Bienal do Livro

De 17 a 27 de Maio
no Riocentro



Mais informações nos sites:
www.bienaldolivro.com.br
www.etm.com.br



Alca, o bloco dos desiguais



mês de abril destaca, em sua agenda panamericana, os debates e negociações em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ministros reúnem-se na primeira semana, em Buenos Aires, e os presidentes na segunda quinzena, em Québec, no Canadá. O chamado mercado continental é do interesse dos Estados Unidos e alega-se não

oferecer risco para os países menos industrializados, que vivem de exportar produtos agropecuários e minerais e não possuem parques industriais a serem desmontados. Os países mais industrializados, particularmente o Brasil, porém, sofrerão o impacto de ter seu setor de transformação submetido a uma competição desigual.

Os Estados Unidos querem antecipar a implantação do bloco. Isto evitaria a possibilidade de uma reversão brasileira, no caso de um próximo governo capitaneado pela oposição atual. E eliminaria o risco de mudanças na Argentina (veja, a propósito, matéria na página 52). Seriam, igualmente, menos dois anos de oxigênio para as delicadas costuras do Mercosul.

A análise da matéria de capa, de Álvaro Queiroz, ilumina essa complexa questão do bloco econômico continental, com o qual, segundo os críticos, a indústria e as finanças norte-americanas possuiriam um continente inteiro, sem os contrapesos que

equilibram, por exemplo, a União Européia. Teme-se que, sob o rótulo de integração, haja apenas recolonização e retrocesso.

Chamamos sua atenção também para a reportagem de Memélia Moreira sobre nossa questão penitenciária. Trata-se de bomba-relógio que revela a face obscura dos dramas sociais, os quais o martelo da Justiça não pode resolver sozinho.

A nosso noroeste, continua em curso cada vez mais acelerado o Plano Colômbia, sob orientação de Washington e com crescente participação de "cães de guerra", os mercenários, especialistas em agregar maldades à natureza ruim de qualquer guerra. Se estão à frente da nova guerra colombiana, os Estados Unidos ainda são acusados de manterem acesa a brasa balcânica, estimulando o separatismo, onde quer que haja minoria albanesa.

São tempos de preocupação especial, pois o gabinete de George W. Bush é quase um estado-maior: o vice-presidente é perito em coisas de guerra e um general faz a diplomacia. Em menos de três meses na Presidência, Bush já bombardeou o Iraque, sepultou o acordo no Oriente Médio, provocou a Rússia e a China, estimulou guerra na Macedônia e dá gás ao Plano Colômbia. Ainda dispõe de 45 meses. E, o pior, ele gosta de olhar no fundo dos olhos para dar ordens.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 230 - Abril 2001

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

DEPTO DE ASSINATURAS:
Tel.: (0XX 21) 221-7511
Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito
NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque.

Solicitar envio ao **Departamento de Assinaturas**, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE:
São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP - CEP 05374-000 - Tel./Fax. (011) 810-4541/5828
Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.
Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG CEP 30170-110 - Tel.: (0XX31) 335-9628

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL:
Fernando Chinaglia - Tel.: (021) 3879-7766
VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay; tel: 901-5459

FOTOS: José Barros de Amarante (Brasília) Agence France Presse (AFP) e Centro de Documentação (Cedoc).

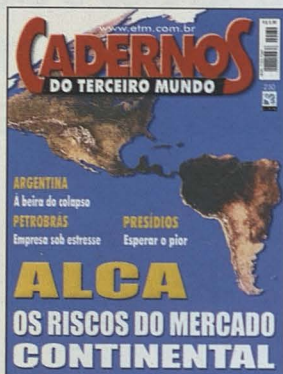
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências de notícias: Angop (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina) e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO: **Cadernos do Terceiro Mundo** (política internacional); **Revista do Mercosul** (informação do bloco econômico); **Ecologia e Desenvolvimento** (questões ambientais); **Almanaque Brasil** e **Enciclopédia do Mundo Contemporâneo** (obras de referência)

Filiada à **ANER**

Sumário

Abril 2001 • Nº 230 • Ano XXVI



4 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

8 **PANORAMA NACIONAL**

11 **FRASES**

BRASIL/PETROBRÁS

12 **Uma empresa levada ao estresse**

A maior estatal e mais estratégica companhia brasileira enfrenta acidentes desmoralizantes, enquanto é compelida a dar a auto-suficiência de petróleo ao país

BRASIL/JUSTIÇA

16 **Rebeliões em presídios vão se alastrar**

O sistema penitenciário brasileiro faliu há muito tempo e deve-se esperar o pior em termos de insatisfação dos que cumprem penas

BRASIL/MULHER

22 **O "disque-mulher" vem para ficar**

Surge no Rio de Janeiro o Centro Integrado de Atendimento à Mulher

BRASIL/ENTREVISTA

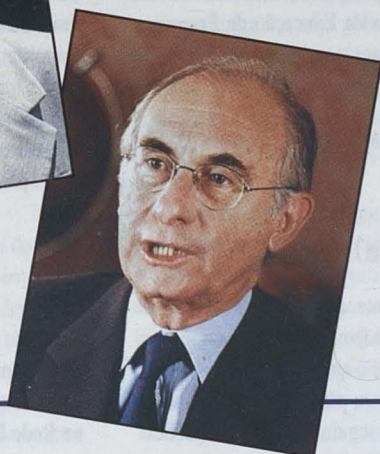
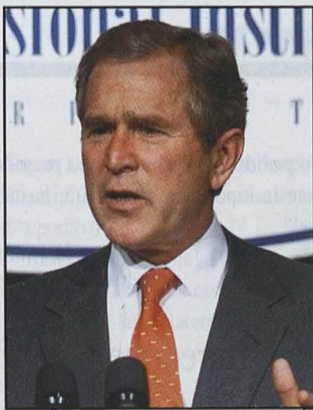
32 **O Brasil precisa de novo modelo**

A estratégia econômica adotada no país está fundamentalmente errada

36 **LIVROS**

38 **PANORAMA ECONÔMICO**





AIca

MERCADO CONTINENTAL SEM EQUILÍBRIO

O projeto atropela o Mercosul e expõe a economia brasileira a um choque de desindustrialização e de maior desnacionalização

24

Capa

43 **GENTE**

44 **PANORAMA INTERNACIONAL**

AMÉRICA LATINA/ARGENTINA

52 **Um vulcão ao sul**

Exemplo mais acabado de país que se rendeu ao neoliberalismo, a Argentina se entrega ao arquiteto de sua economia dolarizada

AMÉRICA LATINA/COLÔMBIA

56 **Os cães da guerra**

Como uma matilha enlouquecida, os mercenários tomaram a Colômbia de assalto

ORIENTE MÉDIO/ISRAEL

59 **Depoimento sobre uma arbitrariedade**

Em uma carta cheia de agonia, o poeta Juan Gelman conta a sua prisão em Tel Aviv

EUROPA/MACEDÔNIA

62 **Otan e EUA acusados por tragédia nos Balcãs**

Paramilitares kosovares de etnia albanesa, que agridem tanto a Sérvia quanto a Macedônia

PÁGINA ABERTA/OPINIÃO

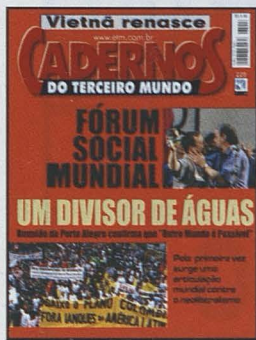
64 **Carta aberta ao presidente**

Pare de viajar pelos céus estrangeiros e pise nosso chão

Fórum Social Mundial

É com alegria que vemos, em tempo de subserviência geral da mídia aos grupos dominantes, uma publicação com a coerência e a trajetória de **cadernos do terceiro mundo**.

Já me aconteceu, mais de uma vez, comprar vários exemplares de algum número e enviar a amigos daqui e do exterior. É o que acaba



de fazer com a edição que noticia o Fórum Social Mundial. Mesmo depois que a mídia desistiu de qualificá-lo de “pueril” ou “inopor-tuno”, as informações a respeito eram tão superficiais (ex-ceto quando abriram

colunas sobre o Bo-vé) que tínhamos que recorrer à internet para saber algo mais.

Foi com especial satisfação, que li a matéria de Beatriz Bissio, com sua habitual competência, situando o fórum no contexto internacional atual, fazendo ver seu significado e importância, pontuando aspectos significativos (por exemplo, a presença de mulheres, o resgate de conceitos, o novo internacionalismo), abrindo espaço à expressão de participantes diversos, registrando, das falas, idéias que não só criticam e denunciam o neoliberalismo, mas comprovam que algo novo e positivo emerge e com características que se fazem sentir. Assino em baixo do seu testemunho: é, de fato, um jornalismo independente, instigante, que nos faz sentir – a cada um de nós em seu espaço pessoal de luta – que não estamos sós.

Escrevi um pequeno texto sobre a dívida externa, a partir da minha preocupação com a linguagem, incluindo a da esquerda hoje, e concordando com Procópio Mineiro, que assinala ser este “o principal ponto que vem afetando a vida das nações”. Foi enviado a 580 grupos de teatro do país e está sendo montado, ou lido, e discutido por aí. É a minha pequena, modesta, isolada gota d’água para este rio que cresce cada vez mais.

Maria Helena Kühner
Rio de Janeiro - RJ

Controle Social

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela permanente vigilância sobre o nosso mundo. Terceiro? Gostaria de ver em **cadernos** matéria sobre o controle social do Estado, particularmente via Conselhos do Sistema Único de Saúde (SUS). Como conselheira do CNS, imagino que seria um impulso para que outros brasileiros se dispusessem a fiscalizar as ações do Estado no âmbito da Saúde. Naturalmente que vocês não poupariam as justas críticas.

Pretendo divulgar a biografia *Subversão e temura: a saga de Mariana Alvim*, por mim elaborada. Esta “sociality-socialista”, filha de Alvaro Alvim, tornou-se comunista, ela e o marido, quando, na década de 20, estudou sob a supervisão do grande marxista Henri Wallon, primeiro-ministro da Educação da França no pós-guerra. Mariana continua em Brasília, no seu 92º aniversário.

Maria Leda de Resende Dantas
Recife - PE

Soberania Nacional

Primeiramente, parabeno a equipe pelo ótimo sítio eletrônico que formularam, expondo brilhantemente o que **cadernos do terceiro mundo** representam para o povo. Não poderia deixar de fazer, a seguir, algumas indagações:

1º - Quais dificuldades um governante teria para reafirmar nossa soberania, diante de tão depauperada situação em que nos encontramos graças às levianas privatizações dos dois Fernandos?

2º - O que um governante poderia fazer para frear a cobiça estrangeira pela Amazônia?

3º - Tendo recuperado a nossa soberania, recolocando o Brasil na posição de potência sul-americana, afirmando nossa hegemonia na América do Sul e, com isso, ameaçando o controle norte-americano na América Latina, qual a possibilidade disso significar uma intervenção dos EUA no nosso território através de tropas diretas ou através de tropas de possíveis aliados, como por exemplo a Argentina (ofertando-lhe uma vaga de membro permanente na Otan, graças ao de-

sastrado pedido da mesma feito no passado e agora, nesta hipotética conjuntura, bastante plausível?

H. Pedroza
hpedroza@ibge.gov.br

Esclarecimento

Sou assinante antiga de **cadernos** e considero ser esta uma das revistas mais progressistas, politicamente falando. Por isso mesmo, quero pedir que se esclareça os leitores a respeito do artigo do número 226: “Atentados contra líderes opositores”. O artigo diz que o líder do PT sofreu atentado por ter denunciado a compra de votos por candidatos à Câmara dos Vereadores de Cuiabá. A verdade não é bem essa, pois o autor do atentado foi outro candidato do próprio PT (19 anos), que não se resignou a ser o terceiro suplente e arquitetou o plano de assassinar não só Sivaldo mas também o segundo suplente. Nas investigações, descobriu-se ser ele o chefe do narcotráfico do seu bairro.

Therezinha de Jesus Arruda
via correio eletrônico

Orgia ao vivo

O programa de funk apresentado pelo cantor Latino e pelo ex-ator Alexandre Frota, na Rede TV!, é uma das piores coisas que já passaram na televisão brasileira. Basta gritar “todo mundo nu!” para que comece uma orgia.

A imprensa está denunciando essas barbaridades com muita timidez. É preciso que se diga que aquilo é uma apologia mal disfarçada que prostitui o público infantil. Mas o buraco é mais embaixo. A limpeza ética deveria ter começado há muito, sem dançarinas transformadas em ídolos da juventude e, sobretudo, sem ex-peladonas de revistas eróticas transformadas em apresentadoras de programas infantis.

O próprio Latino, que apresenta o tal programa funk, saiu outro dia, como veio ao mundo, em revista destinada ao público gay.

Como esperar responsabilidades desse tipo de gente, que só visa ao alpinismo social? Onde está a ética dos donos de TV? Onde estão as nossas “autoridades competentes”, que não

protegem as crianças e os adolescentes de tanta baixaria? E depois a imprensa se escandaliza com a pornografia infantil!

Basta de hipocrisia! Se a própria mídia não começar a denunciar essas coisas e não parar de promovê-las, estaremos definitivamente perdidos.

Fernando Andrade
Niterói - RJ

Queira V. Ex^a rebolar

Depois de entrar num estúgio, que parece definitivo, de letras de mau gosto, sexualmente agressivas e chulas, pesadamente machistas e de apologia à violência, inclusive contra as mulheres, o funk praticado no Rio de Janeiro vai de vento em popa: tem programas em rádios e tevês e até ganhou uma tal "mãe loura", a mulher do promotor do gênero Rômulo Costa. A mãe loura, Verônica Costa, subiu de *status* e tornou-se uma bem votada vereadora carioca nas eleições do ano passado, ante a impossibilidade do marido, envolvido em processos policiais.

Costuma ser delicada a questão do decoro parlamentar. Já se cassou senador em ceroulas surpreendido por *paparazzi* e deputados que tinham familiares envolvidos em tráfico de entorpecentes. Agora mesmo setores políticos e a opinião pública são favoráveis a que o atual e o ex-presidente do Senado, Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães, sejam cassados por atentado ao decoro parlamentar, ante os lamentáveis incidentes que patrocinam naquela que deveria ser a Casa dos políticos mais ajuizados e mais cheios de compostura do país.

No caso da vereadora carioca, anda falando mais alto a veia do palco: nos programas de funk, a nobre vereadora esmera-se nos gingados sensuais, nos passos provocantes à *derrière*, mostrando a crianças e adolescentes como é que se faz, ao vivo e em cores.

A vetusta Câmara carioca não se manifestou até agora sobre o assunto. Estarão ou não os rebolados da vereadora afetando a imagem da Casa e dos representantes políticos?

Vinicius Silva
Rio de Janeiro - RJ

A droga do escapismo

Sabemos que as modas são impostas, em geral, por uma indústria que se monta em torno delas. Até que a maioria enjoje, a renda caia e o negócio seja substituído por uma nova atração. As ondas musicais são exemplo disso, massificadas através dos programas de rádio e televisão. Podem promover diversão e até cultura.

A atual onda do funk carioca, porém, representa a industrialização de uma sexualidade explícita, com a agravante de ser dirigida a adolescentes e crianças. Não há poesia, apenas um discurso agressivo, egocêntrico, individualista, que ensina sadismo aos machos e masoquismo às fêmeas, às quais se prega que devem achar bom receber tapas na cara. É uma onda que deseduca.

Pior, é uma onda que aliena a juventude a que se dirige – a mais pobre, a das favelas e das periferias. Ao contrário do movimento paulista, que expressa preocupações sociais, o funk carioca foi levado, pela indústria que o promove, a consagrar o escapismo libidinoso e desumanizante.

Não se passam sentimentos de amor, só afirmações de prepotência do macho sobre a fêmea, de conquista impositiva de um sobre a outra, realçando uma idéia subliminar de selva humana, onde todos se bestializaram. As letras, pretensamente divertidas, estão na boca de crianças, vítimas pelo massacre televisivo. As meninas recusam o cineminha, pois querem mesmo é "ir ao motel brincar com o pikachu".

A indústria do funk carioca e seus industriais promovem, na verdade, imensa onda de alienação da parte da juventude mais afetada pelo abandono social, político e econômico que caracteriza nosso país. Ensinam um riso violento a esses jovens, quando precisariam dar a eles espaço para expressarem suas dores, revoltas, sonhos e esperanças.

Não é de estranhar que esses jovens não reconheçam sua condição de vítimas conjuntas de uma situação desumana e se voltem uns contra os outros. Cada baile é uma guerra, com vítimas de verdade. Estão sendo alienados pelo escapismo. Que cidadãos serão?

Rita Queiroz
Rio de Janeiro - RJ

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para
(0 XX 21) 221-75 11
ou envie um fax:
(0 XX 21) 252-8455
Ou pela Internet:
etm@etm.com.br

O preço promocional da assinatura
é de **RS 60,00 à vista**,
POR TEMPO LIMITADO

O pagamento da assinatura pode ser feito
por cheque nominal, cartão de crédito ou
boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição
de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer
a assinatura, o endereço, o número de
cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números
atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão
vendidos ao preço de capa da última edição,
acrescido de 30% desse valor para cobrir
despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate
o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso
da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o
Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br

Inspeção na fronteira

Senadores opositoristas estão propondo a criação de uma comissão parlamentar para inspecionar as fronteiras do Brasil com a Colômbia, preocupados com uma intervenção norte-americana naquele país. A proposta foi encabeçada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), com o apoio do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A decisão de inspecionar a fronteira colombiana foi tomada depois da declaração feita pelo vice-ministro de Defesa dos Estados Unidos, James Bodner, durante a Conferência de Manaus, em dezembro passado. Na ocasião, ele afirmou que o Plano Colômbia será executado "independente do apoio dos países latino-americanos".

"Essa operação pode trazer sérias conseqüências para o nosso país", disse Sebastião Rocha, lembrando que o processo de destruição das plantações de coca e papoula com o fumigamento de grandes áreas "não está bem explicado e pode causar graves danos ao ecossistema da Amazônia". ■



Senadora Heloísa Helena

Fotos: Agência Brasil

PSB contesta mudanças

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal, contra o decreto do governo que eleva a idade mínima para concessão de aposentadoria pelos fundos de pensão. A decisão foi anunciada pelo deputado Eduardo Campos (PE), que criticou o presidente da República, dizendo que este decreto "é flagrantemente inconstitucional, pois altera as regras destes fundos, que envolvem milhares de pessoas".

Qualquer mudança, ou inovação, na Previdência privada deve ser feita por lei complementar, assinalou Campos. O decreto pretende criar um requisito novo para a aposentadoria, com a inclusão de idade mínima nos fundos de pensão. "Como se pode, via decreto, estipular novas regras para o gozo de benefício previdenciário, passando por cima de uma hierarquia de leis do sistema constitucional brasileiro?", indagou o deputado.

O parlamentar pernambucano lembrou ainda que o ordenamento jurídico da matéria "não contempla a possibilidade de um regulamento autônomo e o decreto traz alterações fundamentais, caracterizando-se, assim, a inconstitucionalidade". ■

Ministro presta contas

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, deve comparecer a cada dois meses frente à Comissão de Orçamento para explicar o comportamento das contas públicas. A determinação consta da Lei de Responsabilidade Fiscal e os integrantes da comissão exigem que a lei seja cumprida. Os secretários e ministros encarregados de elaborar e executar o orçamento são obrigados a enviar às casas legislativas um relatório bimestral sobre gestão fiscal e explicar em detalhes o documento que será debatido em audiências públicas.

A exigência dos congressistas deve-se ao contingenciamento de 7,35 bilhões de reais no orçamento de 2001, promovi-



Ministro Martus Tavares

do pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Na opinião dos parlamentares, o

governo infringiu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao decidir cortar partes do Orçamento. De acordo com a lei, o Executivo deve esperar dois meses para alterar a previsão do Orçamento aprovado pelo Congresso.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB) afirmou que "o governo só poderia ter feito o contingenciamento no final de um bimestre, caso se verificasse uma queda na receita impedindo o cumprimento das metas fiscais". Miranda questiona a legalidade dos cortes e quer aprofundar o debate sobre "programas estratégicos", citados em decreto do governo sem que tenham sido discutidos no Congresso.

Martus Tavares não explicou o comportamento do governo. Disse apenas que os cortes aconteceram porque "está faltando dinheiro". ■

Reforma política é consenso



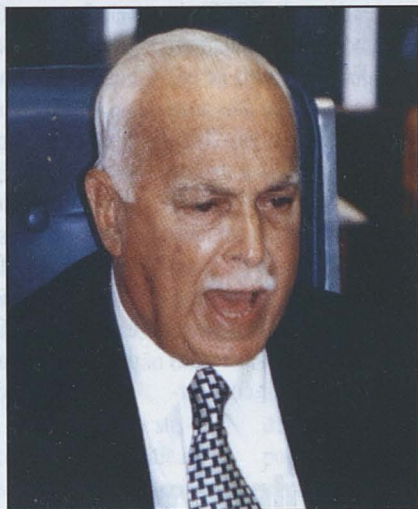
Senador Jorge Bornhausen

A reforma política, uma das principais reivindicações dos partidos oposicionistas, já é consenso na Câmara. A lei deve entrar na ordem do dia ainda neste semestre. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a proposta do senador Bornhausen exigindo que candidatos originários de outras legendas estejam filiados no novo partido há pelo menos quatro anos para disputar cargos eletivos.

Com esta condição, torna-se praticamente impossível uma troca de legendas no exercício do mandato, para quem quer se candidatar nas eleições seguintes. O relator desta matéria, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), defendeu a proposta afirmando que “as mudanças de partido são feitas pelos candidatos eleitos sem qualquer consulta aos eleitores. Dessa forma, os eleitores escolhem, mas não decidem. Os partidos mais prejudicados pela troca-troca de legenda, nos últimos quatro anos, foram o PDT e o PFL. ■

Base governista mantém crise

As hostilidades mútuas entre os parlamentares da base governista continuam. O ex-presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) foi quem abriu, em outubro de 2000, a temporada de denúncias, qualificando Jader Barbalho (PMDB-PA) – que se candidatara à sucessão de ACM – de corrupto. As denúncias evoluíram, envolveram o presidente Fernando Henrique Cardoso e, até o fechamento desta edição, parlamentares da oposição buscavam assinaturas para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista com o objetivo de investigar os fatos denunciados. FHC se antecipou, rotulando de “desleais” os deputados e senadores que apoiam a proposta. Irritado com o tratamento que vem merecendo do presidente da República, que extinguiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), principal reduto de seus



Senador Antônio Carlos Magalhães

aliados, Barbalho decidiu assinar o pedido da comissão de inquérito.

“O presidente vai compreender minhas razões”, disse Jader, que deseja incluir mais itens na proposta de investigação, porque quer que sejam apuradas também as denúncias contra Antônio Carlos Magalhães. ■

Falhas na Anatel

O líder do PT, deputado Walter Pinheiro (BA), denunciou em plenário as falhas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). De acordo com as suas denúncias, o órgão só atingiu, até agora, 43,5% do Plano Geral de Metas e Qualidade e, “nas chamadas noturnas de longa distância, as duas operadoras da IV Região, Embratel e Intelig, ficaram longe do que era esperado”. O não cumprimento das metas atinge todas as operadoras, entre elas a Ceterp, CTBC, Teleron, Teleacre, Telemig, Telma e Vésper.

Ao lembrar que o sistema Telebrás tinha um patrimônio de 100 bilhões de reais e foi vendido por 22 bilhões para atender compromissos com a Organização Mundial de Comércio, o líder afirmou que a privatização “aconteceu numa operação nebulosa, num processo de venda extremamente suspeito, envolvendo deputados e até o presidente da República”.

Pinheiro continua acreditando que a venda do sistema deve ser investigada pelo Congresso, mas, segundo o parlamentar, “Fernando Henrique e seus aliados jamais permitirão uma análise do processo”.

O preço das linhas telefônicas foi reduzido depois da privatização, mas Valter Pinheiro chamou a atenção para o aumento “escandaloso” das tarifas. Em menos de quatro anos, houve um aumento de 2000% e a assinatura básica passou de 44 centavos para 14 reais. ■

CUT protesta contra acordo do FGTS

Foto: Agência Brasil

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) programou para este próximo dia 5 de abril uma manifestação nacional de desagrado à solução anunciada pelo governo de repartir, com patrões e empregados, a responsabilidade com a reposição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Trata-se de devolver o confisco de 68,9% realizado nas contas do FGTS pelos planos Verão e Collor-1. Segundo a CUT, em nota assinada por seu presidente, João Antonio Felício, o anunciado acordo “derivou de um atropelado conchavo, ontem, para montar uma cena televisiva hoje, criando aparências de que a decisão judicial do STF (que manda o governo pagar aos trabalhadores) e a promessa de véspera de eleição do presidente da República estariam em vias de cumprimento”.

“Desde o ano passado – continua a nota – a CUT insistiu na responsabilidade da União e na necessidade de aporte de recursos do governo para pagar uma dívida que é sua. (...) O representante do governo acenou com o aporte de seis bilhões de reais, desde



O acordo de Francisco Dornelles (D) com a Força Sindical de Luís Medeiros (E) e Paulinho (C) desagradou à CUT e aos empresários

que, antecipadamente, fosse assegurado ao devedor (o governo) um desconto nos valores a serem pagos aos credores (os correntistas do FGTS) de 15% como deságio, além de não incidência de juros no período de carência de dois anos e de parcelamento até 2006. Com tal fórmula, os trabalhadores perderão não apenas 15%, mas o desconto compulsório poderá tirar de 35% até 40% dos valores a serem recebidos. Os credores (correntistas do FGTS) estão sendo condenados a contribuir com cer-

ca de 8,7 bilhões de reais, as empresas ameaçadas de terem que aportar 21 bilhões, enquanto o devedor condenado pela Suprema Corte do país (o governo) anuncia colocar seis bilhões”, espanta-se a CUT.

A central sindical explica que fez a proposta inicial de que se fizesse imediatamente o pagamento de mil reais para todos os cotistas do FGTS, proposta que foi protocolada como resolução do Conselho Curador do FGTS no dia 19 de março. “Mas, ao contrário do acordo até ontem existente

entre as centrais sindicais, o conchavo ratifica o adiamento do pagamento para as vésperas das eleições de 2002”, estranha a entidade. “Sem uma linha escrita, o governo pediu, e obteve, dos representantes de outras centrais sindicais, que renunciassem sobre direitos e o patrimônio de milhões de brasileiros. Acesas as luzes da TV, as “condições aceitáveis” pelo governo transformaram-se em proposta de três centrais sindicais. Solicitamos a formalização da proposta do governo e prazo para análise. Não fomos atendidos. A representação do governo e seus aliados-novos descartaram qualquer prazo ou avaliação antes da cena presidencial previamente acertada, quando “discordar não será possível”.

Na avaliação da CUT, “o processo está longe de ser concluído, por maior que seja a cena montada. O Congresso Nacional deverá avaliar qualquer medida provisória a ser apresentada. A sociedade e suas instituições permanecem chamadas à tomada de posição. A palavra final não foi dada”.

O anunciado acordo também caiu muito mal no meio empresarial, que, através de diversas lideranças da classe, expressou rejeição ao esquema montado pelo governo. ■

Produtores reclamam de ferrovia

Dirigentes de cooperativas, sindicatos, empresas e produtores independentes estão acusando a Ferrovia Paraná S.A. (Ferropar) de estar “agindo de forma tendenciosa e unilateral, ao oferecer e realizar serviços de escoamento da safra agrícola somente para duas empresas multinacionais. Elas, aproveitando desta vantagem competitiva, auferem ganhos absurdos em detrimento dos produtores da região oeste paranaense”, segundo denunciou na Assembléia Estadual o deputado Eli Ghellere (PDT). O parlamentar informou ter recebido diversas denúncias de produtores rurais prejudicados pelas preferências da ferrovia, privatizada recentemente. ■

Foto: Cedoc

Basa inviabiliza reforma no Pará

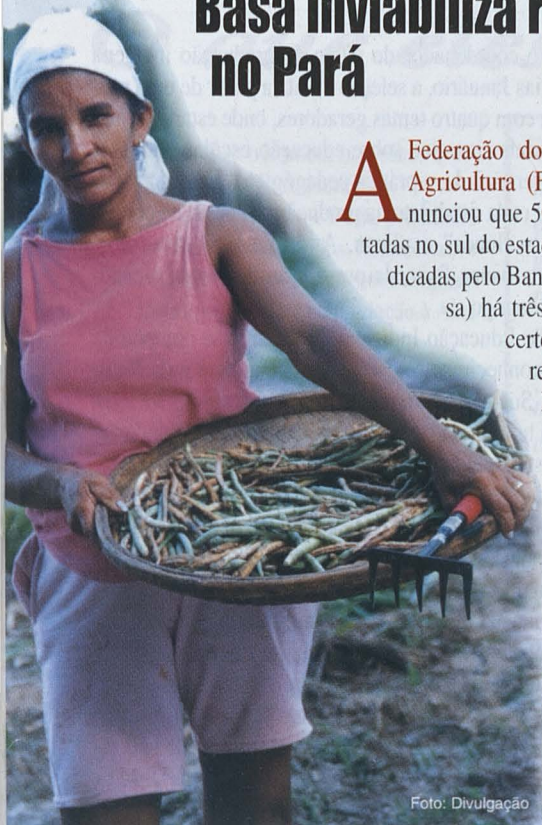


Foto: Divulgação

Os agricultores paraenses queixam-se dos recursos que atrasam demais e chegam fora da época de plantio, numa região promissora para a agricultura e convulsionada pelas disputas por terra

Fetagri Regional Sudeste apresenta nova demanda de 1.500 projetos. A agência de Marabá, porém, se negou a recebê-los. A Fetagri recorreu então à direção do banco, fechando outro acordo em 20 de junho de 2000. Por ele, o Basa comprometeu-se com a liberação de 1.200 projetos. Esgotou-se o calendário agrícola e, mais uma vez, o acordo não foi cumprido”, queixam-se os trabalhadores rurais paraenses, que apontam esses recursos do Pronaf como essenciais à consolidação da reforma agrária na região.

“Como se não bastasse, no início deste ano, o Basa/Marabá suspendeu de forma irresponsável e intransigente, como é de sua prática, o cadastramento da prestadora de serviço de assistência técnica que elabora e dá acompanhamento à grande maioria dos projetos. A suspensão ocorre justamente quando todos os atores envolvidos estavam empenhados na consolidação dos poucos projetos financiados. A agricultura familiar mais uma vez é vítima do autoritarismo e da arrogância das instituições governamentais comprometidas com os grandes projetos, na sua maioria “elefantes brancos”, como tem sido denunciado. A cada ano, acumula-se a demanda de famílias assentadas não financiadas pelo Pronaf. A reforma agrária fica, mais uma vez, refém da intransigência e falta de vontade política do Basa”, denuncia a regional sudeste da Fetagri do Pará. ■

Fiat lux

O Movimento das Famílias Atingidas por Barragens (MAB) comemorou o seu Dia Internacional de Luta, em 14 de março, com manifestação no Ministério de Minas e Energia, em Brasília, denunciando o deslocamento de cerca de um milhão de pessoas por obras de hidrelétricas, a maioria das quais não teria recebido reassentamento adequado. Segundo um dos coordenadores, Sadi Baron, “estes homens, mulheres e crianças estão aqui reivindicando a paralisação de novas obras até a solução dos problemas pendentes, alguns se arrastando por mais de vinte anos”.

A receita do MAB para o gargalo energético brasileiro (veja também a matéria “Privatização leva a racionamento”, na página 36), sem que se recorra a novas grandes barragens nem à instalação das projetadas termelétricas, inclui a incorporação de mais 28 mil Mw de energia ao sistema nacional, o que corresponde a 40% do que se gera hoje.

Isto seria possível através de melhorias na produção e distribuição do atual sistema e na construção de 924 pequenas hidrelétricas, que funcionam com lago de apenas três quilômetros quadrados e aportariam, a custo baixo, mais de nove mil Mw.

Outra providência apontada é a de repotencializar as usinas com mais de 20 anos de atividade, trocando equipamentos e sistemas antigos por outros mais eficientes, o que poderia representar a injeção de outros 7.600Mw no fornecimento. A utilização de biomassa (bagaço da cana-de-açúcar em São Paulo, Pernambuco e Alagoas, e resíduos da indústria de papel e celulose, em outras regiões) representaria mais de 1.700Mw.

Segundo cálculos dos técnicos que assessoram o MAB, o Brasil desperdiça por ano 58 milhões de Mw/h, o que dá um índice de desperdício de 16%, quando a média internacional considerada aceitável é de 6%. Se alcançar este índice, o Brasil recuperará por ano 33 milhões de Mw, equivalente à energia anual gerada por meia usina de Itaipu.

“Conforme os dados apresentados, é possível acrescentar ao sistema elétrico uma capacidade instalada de 28 mil Mw, apenas considerando as alternativas de oferta, sem considerar ganhos com eficiência energética e conservação. Trata-se de potência equivalente a mais de 40% da atual capacidade de geração no país, sem a necessidade de construção de grandes barragens, nem das usinas termelétricas a gás natural que estão atualmente sendo propostas pelo governo”, garantem os técnicos do MAB. ■



Foto: Divulgação

As escolas indígenas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento tribal, e a formação de professores próprios contribui para que suas culturas sejam melhor preservadas

Índio vai sair bacharel da Unemat

Sai agora, no dia 20 de abril, em Cuiabá, o resultado do vestibular para o curso de Educação Indígena, da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat). Serão selecionados 200 índios, dentre os 570 inscritos. As aulas começam em julho e o curso terá a duração de cinco anos.

Dos 570 candidatos, 335 são de Mato Grosso e 235 de outros estados. Os mato-grossenses representam 23 etnias e concorrem a 180 vagas, enquanto os índios de outros estados disputam 20 vagas.

A nação indígena com maior número de vestibulandos é a xavante, de Mato Grosso, que participa com 150 concorrentes, seguida dos tucanos do Amazonas, com 41, e dos bororos, também mato-grossenses, com 40.

Há índios também do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Ao todo, 60 etnias participam da seleção.

Funai demite índia socióloga

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Glênio Alva- rez, demitiu a assessora especial Krin Kaingang, socióloga que trabalhava na Coordenação de Defesa dos Direitos e Interesses Indígenas, depois de um seminário onde foi discutida a questão do racismo contra os povos indígenas. Krin, que

integra o Comitê Brasileiro que vai participar do seminário sobre racismo na África do Sul, promoveu encontro, no qual foram contestados os rumos da administração da Funai e as agressões sofridas pelos líderes indígenas.

“Essa foi mais uma manifestação de racismo da atual administração”, disse Krin.

Segundo o coordenador do curso de graduação indígena da Unemat, Elias Januário, a seleção é feita a partir de uma prova dissertativa com quatro temas geradores, onde estarão sendo avaliados os conhecimentos sobre educação escolar indígena, específica e diferenciada, e prática pedagógica. “Vamos avaliar a habilidade de cada candidato na produção e repasse de conhecimentos para os alunos”, explicou. As provas estão sendo corrigidas por uma banca formada por um antropólogo, um linguísta e um pedagogo.

O curso de Educação Indígena da Unemat se compõe de três ramos de conhecimento: Ciências Matemáticas e da Natureza, Ciências Sociais e Línguas, Artes e Literatura. “O referencial central teórico do curso é a interculturalidade, onde serão observados, respeitados e discutidos aspectos da cultura indígena e não-indígena para a formação do conhecimento”, destaca Elias Januário. Para se inscrever ao vestibular o candidato teria de apresentar o certificado de conclusão do ensino médio e assinar termo de responsabilidade, pelo qual se comprometia a permanecer na sua aldeia após a conclusão do curso, repasando seus conhecimentos aos mais jovens nas escolas locais.

O curso será realizado em parceria com outras instituições de ensino, como Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), entre outras instituições que serão conveniadas no decorrer da graduação. O terceiro grau indígena criado pelo governo do estado de Mato Grosso é o único existente no país. Além do Brasil, apenas México, Canadá e Equador (em fase de implantação) oferecem curso superior para a população indígena.

“Fazemos justiça a nossos índios e atendemos uma necessidade das nações indígenas por uma educação que respeite seus valores, suas tradições e sua cultura”, afirmou o governador Dante de Oliveira. Ao todo estão previstos investimentos na ordem de três milhões de reais no projeto. ■

Foto: José Barros de Amarante



Krin Kaingang: lado mais fraco

Ela afirmou ainda que o presidente da Funai não teve coragem de demitir o sertanista

Sydney Possuelo, quando divulgou uma carta aberta, apontando irregularidades na administração, “mas foi rápido para assinar minha demissão porque sou o lado mais fraco, sou índia”.

Uma das poucas mulheres indígenas que se destacam na defesa de seu povo, Krin Kaingang deu início a uma campanha que reivindica o cargo de presidente da Funai para um índio. ■

O que eles dizem...

“Vou olhar o homem nos olhos e dizer: ‘Somos pelo livre comércio.’”

George Bush, presidente dos Estados Unidos, falando sobre seu encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso com relação à Alca

“As multinacionais têm revelado marcada preferência para adquirir insu-
mos no exterior. Como nosso déficit nos obriga a captar grande massa de poupança no exterior, estamos diante da perspectiva de gigantesca crise cambial.”

Economista João Paulo de Almeida Magalhães, alertando para um dos pontos centrais dos equívocos do modelo econômico imposto ao Brasil

“Você está perdendo a festa.”

Fidel Castro, em 1961, lamentando, em telefonema, que seu irmão Raul estivesse longe da baía dos Porcos, onde o exército cubano esmagava a tropa invasora preparada pela CIA. Raul é hoje o comandante do exército cubano. Fidel patrocinou, no final de março, um seminário de três dias em Havana, com participantes dos dois lados da ação e historiadores sobre o episódio, um dos primeiros fracassos da espionagem norte-americana nas diversas tentativas de matar Fidel Castro ou derrubar o governo comunista cubano

“Nas montanhas indígenas do México, Deus não vive. E o diabo, nem que lhe paguem...”

Subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, definindo o clima de abandono em que vivem as populações do sudeste mexicano, em rebelião desde 1994

“A lógica da Área de Livre Comércio das Américas é a globalização neoliberal – favorecendo os negócios das grandes corporações multinacionais – e a consolidação da hegemonia dos EUA na região, com as economias de nossos países totalmente dependentes da norte-americana.”

Quintino Severo, presidente da CUT/RS, anunciando, em Porto Alegre, que uma delegação sindical estaria em Buenos Aires, no dia 5 de abril, para protestos durante a reunião ministerial que preparou a agenda da Cúpula das Américas, que se realizará em Québec, Canadá, onde os mandatários das três Américas debaterão a implantação da Alca

“Se verificarmos que o que está sendo discutido não é só uma área de livre comércio, mas uma brutal transferência de poder para as transnacionais, iremos para o enfrentamento da questão.”

Vice-governador gaúcho Miguel Rosseto, que coordena a comissão estadual sobre o tema e defende um plebiscito para um pronunciamento nacional sobre o projeto da Alca

“Pode ser democrático um Estado que submete a cerco um milhão de palestinos? E como é possível que, agora, estejam sitiando todo um povo os filhos, os netos, os bisnetos daqueles que padeceram no cerco czarista, nos guetos e, depois, como os meus primos, na prisão nos campos de concentração nazistas?”

Poeta Juan Gelman, judeu argentino, com histórico familiar de perseguições e mortes pelo czarismo e pelo nazismo, após ser detido pela polícia em Tel Aviv

“O capital estrangeiro não se instalou, ele se apoderou do país. (As empresas) cobram dos argentinos e investem o dinheiro em seus países de origem.”

“Hoje ele é a pessoa que decide no governo. Na brincadeira, a gente diz que a primeira coisa que Cavallo fez quando assumiu como ministro foi confirmar Fernando de la Rúa como presidente da República.”

“Não. Ele (Cavallo) é quem precisa nos dar uma trégua. Há milhões de argentinos passando necessidades extremas, rezando por uma resposta do governo. Enquanto eles não derem essa trégua, vamos intensificar nosso plano de luta.”

Hugo Moyano, presidente da CGT dissidente, a mais forte central sindical da Argentina, comentando a volta de Domingo Cavallo à primeira cena da política argentina

“A comunidade internacional e os países europeus membros da Otan-KFOR, em particular, deveriam reagir de forma rápida e enérgica para impor um fim à política de desestabilização que os EUA estão levando aos Bálcãs por razões geopolíticas, antes de que se aprofunde uma nova catástrofe humanitária na região.”

Associação Americana de Juristas denunciando o governo norte-americano por estimular a guerra e inibir a ação da força multinacional de paz que deveria pacificar a região

“A cadeia é a reprodução da própria sociedade. Há corruptos, há pessoas sérias, oportunistas, toda espécie de gente. A cadeia, na verdade, é um microcosmo da própria sociedade. A tônica das relações sociais se repete.”

Z., ex-presidiário de Brasília, sobre a ebulição das cadeias brasileiras

Uma empresa levada ao estresse

A maior estatal e mais estratégica companhia brasileira enfrenta acidentes desmoralizantes, enquanto é compelida a dar a auto-suficiência de petróleo ao país, condição que o governo garantia só ser possível através da quebra do monopólio e com o concurso das multinacionais

Procópio Mineiro

NA VÉSPERA DO NAUFRÁGIO DA PLATAFORMA P-36, que aconteceu dia 20 de março e deixou 11 vítimas e um prejuízo de 500 milhões de dólares, a deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) ocupou a tribuna da Câmara para fazer graves denúncias contra a direção da Petrobrás, encaminhando pedido de informações ao ministro das Minas e Energia, senador Pedro Jorge (PFL-PE), sobre as obras contratadas pela estatal.

Feghalli criticou a nova prática adotada pelo presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstull, que vem dispensando licitações na construção de plataformas, perfuração de poços e produção de petróleo. Um dos exemplos citados pela deputada carioca foi a contratação, por carta-convite, das obras que vão ser executadas nas áreas de Barracuda-Caratinga e Albarcora Leste, no Rio de Janeiro. Nestas obras, em valores que variam de 1,5 bilhão a 2,5 bilhões de reais, a Petrobrás dispensou licitação e, de acordo com Jandira Feghalli, a lei 8.666, que dispõe sobre as licitações, estabelece que "a forma de contrato por carta-convite só deve acontecer depois da concorrência e da tomada de preços, etapas eliminadas pela direção da Petrobrás".

Além dessas questões, Jandira Feghalli quer saber também qual a participação da indústria brasileira, bem como o índice de participação da mão-de-obra brasileira e estrangeira na execução destas obras.

Reichstull continua negando que a terceirização dos serviços de segurança da Petrobrás tenha sido a causa dos repetidos acidentes, entre eles os derramamentos de óleo na baía de Guanabara e no Paraná.

O que está acontecendo

A estranheza expressa pela deputada Jandira Feghalli repercutiu antigos alertas e até denúncias contra procedimentos de risco praticados pela direção da estatal, sob a cobertura ou até por pressão da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e orientações de esferas superiores do governo. O Sindicato dos Petroleiros, bem como a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), apresentam uma longa relação de queixas e denúncias contra as últimas administrações da Petrobrás, compostas pelo governo com pessoas estranhas aos quadros da estatal e orientadas a trabalhar dentro do figurino neoliberal, com o objetivo, inclusive, de levar à privatização da maior e mais estratégica empresa nacional.

Nas mãos dessas direções, a empresa tem sido levada a sofrer vexames, que comprometem sua imagem de eficiência e responsabilidade social, e a adotar políticas administrativas classificadas pelos sindicalistas como passos seguros para o suicídio a médio prazo. Os petroleiros denunciam sobretudo a política de enfraquecimento da empresa, pela sistemática redução de quadros próprios (baixou de 60 mil a 34 mil empregados) e pela consagração do recurso à mão-de-obra terceirizada. Esta prática encarece a administração, pois a mão-de-obra terceirizada acaba por custar mais, devido às intermediações, do que o funcionário próprio. A terceirização propicia assim inúmeros negócios à margem dos interesses centrais da empresa.

O emprego dessa mão-de-obra subcontratada, ainda segundo os sindicalistas, leva a Petrobrás a assumir riscos desnecessários, pois setores importantes acabam ficando sob a responsabilidade de pessoas mal treinadas, de comportamento burocrático e sem compromisso com a empresa.

A Aepet, por sua vez, tem feito seguidas denúncias do processo de enfraquecimento imposto pelo governo à Petrobrás - neste caso, em especial, o acesso total dado a consultorias estrangeiras para vasculhar o âmago da empresa, conhecer seus mais estratégicos segredos comerciais e tecnológicos. A justificativa é a de



Foto: AFP

A P-36 foi a pique provavelmente por erro de construção, segundo avaliação técnica da Coppe/UFRJ, mas o presidente da empresa, Henri Philipe Reichstull, só divulgará perícia oficial no correr de abril

que se precisaria fazer uma avaliação precisa do valor das ações destinadas pelo governo para a venda a firmas estrangeiras. A agravar ainda mais esse processo comandado pela ANP – cujo diretor-geral é David Zilberstain, genro do presidente da República –, está o fato de serem as consultorias todas de origem estrangeira, caracterizando-se uma espécie de espionagem industrial autorizada pelo próprio governo, com ameaças aos funcionários que se recusem a prestar as informações solicitadas. Pergunta-se onde irão parar essas informações sensíveis, no mundo bruto da competição petrolífera.

Nesse propósito de enfraquecer a companhia e levar a opinião pública a aceitar sua privatização, denunciam os sindicalistas, estão ainda a tentativa de privatização da frota de petroleiros e a evidente queda na qualidade dos serviços de segurança industrial, que têm propiciado desmoralizantes acidentes, como o afundamento da plataforma P-36 e os desastres ecológicos na baía de Guanabara e no Paraná.

Lembram ainda a tentativa de simplesmente se mudar o nome e o logotipo



Foto: Agência Brasil

da Petrobrás, que Reichstull chegou a transformar em Petrobrax por 48 horas, antes que a indignação fizesse recuar o próprio Palácio do Planalto, onde, segundo a direção da Petrobrás, a mudança era monitorada com simpatia.

Para os sindicalistas, a transformação da estatal em geradora de negócios a terceiros estaria na raiz dos problemas que

levaram ao fundo a P-36 e deixaram 11 mortos. Recordam a escolha da empresa Marítima para realizar as adaptações na P-36 e apontam a falta de estrutura daquela firma para dar conta do contrato ganho na gestão de Joel Rennó. Um processo semelhante aos agora denunciados pela deputada Jandira Feghalli, envolvendo o atual presidente Henri Philipe Reichstull.

O esforço pela auto-suficiência

A plataforma P-36, atuando no campo de Roncador, na bacia de Campos, se tornou símbolo do esforço de se buscar a auto-suficiência brasileira em petróleo. Extraía 80 mil barris diários e poderia passar a 180 mil barris diários. Era a maior do mundo em seu tipo.

O acidente reaviva a novela da política petrolífera brasileira. De um lado, a Petrobrás, uma empresa que muitos consideravam inviável, pois se garantia – cientificamente – que o país não dispunha de jazidas comerciais de petróleo. Vinte anos após a heróica luta nacionalista por sua criação, a Petrobrás já era um gigante inteiramente viabilizado e motor indispensável ao desenvolvimento do Brasil.

No final da década de 70 e início da de 80, o país começou a vislumbrar a possibilidade de alcançar a auto-suficiência petrolífera. A Petrobrás e seu monopólio eram o instrumento adequado. A década de 90, porém, trouxe os ventos neoliberalizantes e a doutrina de que monopólios estatais fazem mal. Assim, passou-se aos monopólios privados, o que já aconteceu, por exemplo, no setor da distribuição de energia e de telecomunicações, onde imperam efetivamente monopólios regionais, alguns até mesmo sob controle de governos estrangeiros, através de suas estatais em ação nas áreas onde antes havia estatais brasileiras.

O processo de desmoralização ou descaracterização da Petrobrás começou pela descoberta incrível de que a Petrobrás não é Petrobrás, ou antes, pode ser Petrobrás, mas sem o acento agudo na última sílaba. Isto tornou a palavra a única paroxitona da língua portuguesa a se pronunciar como oxitona. Ou a única oxitona com acento na qual o acento, por ordem do governo, não pode constar. Tornou-se uma palavra com vergonha de si própria – ou uma palavra que não ousa dizer o próprio nome, quase uma transpalavra, um hermaverbalismo...

Pode ter sido um primeiro e estudado passo para criar um dilema a ser futuramente desfeito com um simples xis: nem Petrobras nem Petrobrás – só um nome entre sem história, Petrobrax.

A história, porém, continua, e também o sonho da auto-suficiência, ainda mais forte com o barril de petróleo em torno de 25 dólares, depois de piques de 32.

Com o arriscado jogo da P-36 (denuncia-se que a substituta P-38 pode ser outro barril de pólvora), corria-se atrás da auto-suficiência, apenas alguns anos depois de o governo conseguir quebrar o monopólio da Petrobrás com o argumento de que a empresa seria incapaz de atender à demanda nacional e que seria indispensável o trabalho das multinacionais – as mesmas que tinham tido a oportunidade, na época dos contratos de risco, e nada fizeram. Hoje, sabe-se que é extremamente viável que a Petrobrás dê ao Brasil a auto-suficiência em petróleo, entre dois e quatro anos.

Mas, hoje, está feito: suculentas fatias do petróleo brasileiro pertencem agora a companhias estrangeiras, concorrentes da Petrobrás. Por ordem do governo e execução rigorosa da Agência Nacional de Petróleo, a empresa foi obrigada a abrir mão de grande parte das jazidas que descobrira, as quais passaram às multinacionais. E, em seguida, foi obrigada a conceder parcerias a essas mesmas multinacionais em campos que ficaram em seu poder.

Dilema desfeito: para as multinacionais, jazidas e contratos sem riscos; para a Petrobrás, a obrigação da auto-suficiência, em condições cada vez mais ariscadas. (Colaborou Memélia Moreira)

Consideram os funcionários da Petrobrás que o acidente da P-36 torna obrigatória uma investigação completa sobre os negócios que envolveram sua aquisição e adaptação, esta feita através da empresa Marítima num tumultuado processo, durante o qual preços subiam à medida que a firma contratada descumpria prazos e responsabilidades. Embora a plataforma já esteja no fundo do mar, a Marítima continua a exigir, na Justiça, que a Petrobrás lhe faça novos pagamentos por supostos descumprimentos de cláusulas contratuais.

Erros surpreendentes

A P-36 não sofrerá uma perícia adequada, devido à impossibilidade de uma vistoria na profundidade onde se depositou, a mais de 1.300 metros. Mas é possível uma vistoria mecânica, com o uso de robôs. Conta-se, sobretudo, com os dados operacionais da plataforma, nos quais parece serem abundantes os relatórios com observações sobre problemas de segurança e de fabricação da gigantesca estrutura.

Estudo realizado pelo professor Segen Estefen, diretor da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta falhas primárias na P-36, em termos de princípios de construção naval em geral e de construção de plataformas marítimas, em particular. Estefen aponta como erro a existência de um tanque de resíduos no interior de uma coluna de sustentação. Nele se deram as explosões, com repercussões graves na estrutura.

Pelo risco que representa, um tanque de resíduo precisa ficar em área mais aberta e menos vulnerável a um acidente. A pressa de concluir a plataforma, que já estava fora de prazo e se transformara num contencioso entre a Petrobrás e a Marítima, é a suposição mais plausível para a localização inadequada e claramente de risco do tanque.

Basicamente, porém, a P-36 foi a pique porque os compartimentos estanques de flutuação não eram estanques. Quando as explosões permitiram a entrada de água num dos compartimentos, a inundação não parou nele, como deveria, mas simplesmente achou caminho livre e se estendeu aos demais, adernando e levando ao fundo o conjunto. ■

ALMANAQUE BRASIL

Um livro de referência imprescindível e que constitui uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos.

500 anos de História, Política, Economia, Cultura e Tecnologia, Meio Ambiente, Administração Pública, Educação, Saúde, Qualidade de Vida, População, Dados sobre Violência.

O Almanaque Brasil lhe dá ainda um completo panorama de cada unidade da Federação. Você se informará também através de textos selecionados de especialistas sobre assuntos brasileiros.



*Preço de capa R\$29,50



Faça seu pedido pela Internet ou pelo fax:

Fax: (0xx21) 252-8455 e-mail: etm@etm.com.br www.etm.com.br

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508 / 510 - CEP: 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Rebeliões em presídios vão se alastrar

O sistema penitenciário brasileiro faliu há muito tempo e deve-se esperar o pior em termos de insatisfação dos que cumprem penas. As autoridades não estão fazendo a lição de casa nesse assunto; de acordo com o advogado Luís Eduardo Greenhalgh



Foto: Divulgação

Luís Eduardo Greenhalgh: sem soluções reais, deve-se esperar o pior

Memélia Moreira

OS PRESÍDIOS BRASILEIROS, de todas as capitais e das grandes cidades, vão explodir em rebeliões selvagens, ao longo deste ano, sob a orientação do Primeiro Comando da Capital (PCC), que agora adotou o nome de Primeiro Comando Democrático da Capital (PCDC). A organização nasceu dentro das prisões de São Paulo e foi responsável pelo motim do domingo, 18 de fevereiro, quando os presos do Complexo Carandiru, na capital paulista, o maior presídio de toda a América Latina, transformaram suas próprias famílias em reféns. O alerta é do especialista em Direitos Humanos, advogado Luís Eduardo Greenhalgh, deputado federal do PT de São Paulo e um dos principais negociadores da liberação dos reféns.

No dia em que se acendeu o rastilho no Pavilhão Nove do Carandiru – onde oito mil presos disputam espaço para dormir no chão ou sobre caixotes, comem alimentos deteriorados, tomam banho de água fria mesmo no inverno mais rigoroso, são submetidos aos mais perversos caprichos e taras dos agentes penitenciários e passam dias e noites na total ociosidade –, explodiram outros presídios, na capital e no interior do estado, envolvendo 25 mil presos, com um saldo de 22 mortos. Em quatro dias, foram 29 rebeliões.

Organização nacional

A previsão feita por Greenhalgh está fundamentada nas conversas com os integrantes do PCC e das outras organizações de presidiários que detêm o poder junto a seus colegas. Eles deixaram claro ao advogado que estão organizados em todo o país e dispostos a chamar a atenção da sociedade para as condições infra-humanas de vida à qual são submetidos. As próximas rebeliões nos presídios, segundo o deputado, serão feitas em conjunto com os menores internos da Febem, a instituição que abriga adolescentes infratores.

“O que eles fizeram foi uma demonstração de força”, disse Greenhalgh, afirmando que, além das péssimas condições em que vivem, da superlotação nas cadeias, “os presidiários são também vítimas de torturas físicas, violações morais cometidas pelos agentes penitenciários e autoridades responsáveis pelo sistema pe-

nal, além de extorsão, em troca de pequenas facilidades”. Embora fosse previsível que as cadeias “virassem” (no dialeto dos presos, “virar” uma cadeia é promover rebelião), a gota d’água no Carandiru foi a transferência de “Sombra”, um dos líderes do PCC, levado para o presídio de Taubaté (SP). Esta foi a senha para o motim.

Enquanto arquiteta novos protestos, a organização dos presidiários preocupa-se também com o marketing e acrescenta a palavra Democrático ao nome, indicativo de consciência política



Fotos: AFP

Abusos

Além das transferências, que visam a desarticular os comandos de presos (e, às vezes, até salvar suas vidas), no sistema Carandiru os agentes penitenciários “inflacionaram os preços das facilidades, por exemplo, elevando de 50 para 600 reais o preço para dar direito ao preso de manter uma linha de celular dentro da cela”, conta Greenhalgh.

Ele informa ainda que os carcereiros chegam ao absurdo de insistir nos abusos sexuais contra mulheres e filhas de presos. “Aí, nenhum deles suporta”, afirma o advogado.

Depois de São Paulo, houve rebeliões em Maceió (AL), no dia 22 de fevereiro, com quatro mortos; em João Pessoa, nos presídios Roger (700 detentos), dia 20 de março, e no Instituto Penal Silva Brito, em 21 de março. No Rio de Janeiro, Campo Grande (MS), Recife e Manaus, funcionários do sistema estão em “estado de alerta”.

A resposta do governo foi liberar 31 milhões de reais para construir mais 11 novos presídios de pequeno porte e cinco centros de detenção provisória, em São Paulo, e com isso criar mais 3.426 vagas. Ao mesmo tempo, o ministro da Justiça, José Gregori, cortou a verba de 3,6 milhões de reais para o sistema penitenciário do Rio Grande do Sul, sem explicação. Coincidência ou não, São Paulo é governado pelo PSDB, e o Rio Grande do Sul, pelo PT.

Depois dos acontecimentos nos cárceres de São Paulo, os líderes das organizações dos detentos foram distribuídos por outros presídios do interior do estado e até na prisão da Papuda, em Brasília, a mais de 900 quilômetros de distância de suas famílias.

Essas transferências, segundo Greenhalgh, são “paliativas e não resolvem o problema. Pelo contrário, podem gerar mais revoltas ainda”. Na sua opinião, o sistema penitenciário brasileiro “faliu há muito tempo, mas há saídas, e são simples”, concluiu. ■

Ligações perigosas

As organizações criminosas que surgiram dentro dos presídios aprenderam com a experiência dos presos políticos da época da ditadura e criaram um código de honra que obriga até mesmo ex-presidiários a guardar lealdade às lideranças

PARA A OPOSIÇÃO ARMADA dos anos 60 e também para seus opositores de grupos direitistas, entre eles o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), os nomes soam de forma familiar: Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando Democrático da Capital (PCDC) – ex-Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Revolucionário do Crime (CRC) –, Comando da Liberdade (CDL), Seita Satã (SS), além do grupo Serpentes Negras, que teria ligações com o ex-policial e hoje deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo, Conti Lopes (PPB). Essas são algumas das organizações de detentos que controlam os principais presídios do país e são responsáveis pela organização dos motins. E as coincidências com os nomes do passado não são obra do acaso.

Tudo começou no governo militar (1964-1985), quando os presos políticos, a exemplo do que já havia acontecido na segunda fase do governo de Getúlio Vargas, na década de 40, foram levados para a Ilha Grande e passaram a conviver com os “presos comuns”. A ditadura de Vargas produziu Graciliano Ramos e seu *Memórias do cárcere*. A ditadura militar produziu o Comando Vermelho.

A rebelião de fevereiro, em São Paulo, inovou em diversos aspectos, a começar pelo alastramento do protesto por todo o estado. O que mais chamou a atenção sobre a determinação dos presidiários, porém, foi terem tornado reféns os próprios familiares



Fotos: AFP

Legitimidade do Estado questionada

Os traficantes, os assaltantes, assassinos, estupradores e toda a gama de pessoas que cumprem pena por seus crimes sentem-se no direito de promover rebeliões e desafiar as autoridades porque não reconhecem no Estado, onde as autoridades são acusadas de corrupção, a legitimidade para puni-los. A lei, para ser obedecida, tem que ter legitimidade.

Esta é a conclusão da doutora Rita Segato, antropóloga da Universidade de Brasília, que coordena o trabalho "Fala interno: o direito humano à palavra no cárcere", no presídio da Papuda, na capital do país, uma iniciativa do Núcleo de Bio-Ética, dessa universidade. Segato vê com pessimismo as tentativas do governo para pôr fim às rebeliões e acredita que, quanto maior o índice de corrupção, maiores as tensões e conflitos nos presídios.

"O poder do Estado e sua autoridade estão baseados na legitimidade. O sentimento que se pode perceber entre os presos é de que o Estado perdeu sua legitimidade para punir, porque há sinais evidentes de corrupção e os presos lêem jornais, assistem à televisão, acompanham o noticiário. Como resultado, eles se revoltam, porque é esse mesmo Estado, são essas mesmas autoridades que os mantêm presos", explica a antropóloga. Os presidiários "sabem dos milhões que são roubados, das contas em paraísos fiscais e das mortes provocadas por essa corrupção e se revoltam, pois entre eles há, por exemplo, pessoas condenadas a 25 anos de prisão porque são reincidentes em furtos, embora esses furtos não tenham sido cometidos com violência".

Na opinião de Rita Segato, os motins nos presídios brasileiros são uma forma "de manifestar desobediência civil e o Estado continua com o mesmo discurso da punição, sem ir à raiz do problema. Seria mais fácil conter os motins se, no lugar do discurso e da prática de punição, o aparelho estatal fosse acionado para prender uns 30 peixes graúdos. Talvez nem fosse preciso prender todos os envolvidos nos escândalos

de corrupção. Alguns já seria suficiente. Ai, os presos perceberiam que a lei é igual para todos e passariam a obedecer às autoridades. Na situação atual, é muito difícil contê-los e a tendência é crescer ainda mais a onda de rebeliões", afirma.

A outra causa das rebeliões, na avaliação da estudiosa, é a ausência total do Estado nos presídios. "No Carandiru, há um sistema de autogestão que fracassou. Ele existe justamente porque o Estado está ausente e entrega aos presos as funções do próprio Estado. Por que os condenados no Carandiru ou em outros presídios chegam a pagar 900 reais para ter um lugar para dormir? Pela ausência do Estado", diz a antropóloga. Ela informa ainda que no Complexo da Papuda a experiência é totalmente diferente dos demais presídios brasileiros porque, em Brasília, "o preso é praticamente tutelado pelo Estado". Esse comportamento, entretanto, também não é o ideal. A "tutela termina infantilizando as pessoas".

Além de uma presença marcante do Estado, o presídio da capital oferece algumas atividades para os detentos. Funciona na Papuda uma Casa de Cultura, onde os presos estudam música, cinema e até produzem uma revista de poesia. Há ainda uma oficina de trabalho onde os presidiários que lá trabalham recebem um salário-mínimo por mês. Com isso, o problema da ociosidade é reduzido e, conseqüentemente, há menos insatisfação.

"Assim, eles se mantêm ocupados", explica a antropóloga, para quem a criminalidade é resultado do descaso com a Educação. Só a Educação, o ensino básico, dá ao preso alternativas de vida. Quando não tem nenhuma oportunidade de melhoria das condições de vida, ele busca outros caminhos como forma de apoderamento dos itens aos quais não têm acesso. Ele termina cometendo crimes porque precisa de um grau de afirmação diante do mundo", conclui a doutora Rita Segato, que semanalmente convive com um grande número de condenados. (M. Moreira)

Para ocupar o tempo ocioso, os presos políticos passaram a dar cursos de formação político-ideológica a seus colegas. O famoso *Livro vermelho*, de Mao Tse-Tung, foi a obra obrigatória das discussões no presídio da Ilha Grande.

Foi lá, também, que nasceu a primeira organização de presidiários que se tem notícia, o Comando Vermelho, conta o jornalista Carlos Amorim, no livro que leva o nome dessa organização. Algumas das estratégias do CV foram tiradas diretamente da leitura do *Livro vermelho*, que circulava clandestinamente no Brasil.

Mais articulado "ideologicamente", o Comando Vermelho inspirou a criação do Comando Paulista, embrião do hoje poderoso PCC e que nasceu nos anos 90, no Carandiru, depois do massacre de novembro de 1992.

Por sua vez, o PCC criou filhotes e daí surgiram outras organizações que disputam o controle dos presídios, com a cumplicidade dos agentes carcerários que participam das "caixinhas" dos comandos e não se inibem em extorquir detentos.

O PCDC, que controla o Carandiru e liderou a rebelião do dia 18, conta com uma enorme estrutura. São mais de 300 "militantes" e cerca de dois mil simpatizantes. A maior demonstração de força do PCC foi dada no dia seguinte à rebelião, quando seus principais líderes foram transferidos do Carandiru para outros presídios.

Na terça-feira, 20 de fevereiro, os líderes "batizaram" mais 1.557 simpatizantes, dos quais 1.307 no Carandiru e 251 espalhados em outros presídios.

Estados	Homens			Mulheres			Total de presos
	Sist Pris	Polícia	Total	Sist Pris	Polícia	Total	
Acre	1.033	376	1.409	21	13	34	1.443
Alagoas	793		793	47		47	840
Amapá	795	13	808	41	1	42	850
Amazonas	984	308	1.292	68	16	84	1.376
Bahia	4.468		4.468	80		80	4.548
Ceará	5.425	168	5.583	277		277	5.860
Distrito Federal	5.131	700	5.831	185		185	6.016
Espírito Santo	1.996	1.312	3.308	154	19	173	3.481
Goiás	4.880	142	5.022	179	54	233	5.255
Maranhão	893	1.590	2.483	37	130	167	2.650
Mato Grosso	779	1.207	1.986	39	44	83	2.069
Mato Grosso do Sul	3.021	1.300	4.321	114		114	4.435
Minas Gerais	3.518		3.518	125		125	3.643
Pará	2.119	2.470	4.589	64	61	125	4.714
Paraíba	3.479	919	4.398	95	68	163	4.561
Paraná	4.338	4.957	9.295	195	34	229	9.524
Pernambuco	8.478		8.478	227		227	8.705
Piauí	780		780	32		32	812
Rio de Janeiro	16.257	5.791	22.048	633	490	1.123	23.171
Rio Grande do Norte	1.075		1.075	48		48	1.123
Rio Grande do Sul	13.426		13.426	392		392	13.818
Rondônia	2.093	240	2.333	129	7	136	2.469
Roraima	380		380	27		27	407
Santa Catarina	4.346	535	4.881	237	101	338	5.219
São Paulo	57.010	30.417	87.427	1.559	3.474	5.033	92.460
Sergipe	1.517		1.517	63		63	1.580
Tocantins	532	374	906	7	11	18	924
Total Brasil	149.546	52.809	202.355	5.075	4.523	9.598	211.953

Ritual

O ritual de batismo é levado com seriedade. Eles se autodenominam "soldados", e a organização é chamada de "partido". No ritual, prestam um juramento de honra ao Estatuto da organização e sabem que a punição para qualquer deslealdade é a pena de morte, da qual não escapam mesmo em liberdade.

O nível de organização do PCC pode ser medido nos pequenos detalhes, entre eles a camiseta. Os dirigentes do comando já encomendaram as novas camisetas que devem ser usadas pelos "soldados" e deci-

diram alterar alguns itens do Estatuto, incluindo a proibição de se identificarem como integrantes do comando.

O Estatuto do PCC, de 1993, é composto de 15 artigos. No seu primeiro mandamento, são exigidas três qualidades aos soldados: lealdade, respeito e solidariedade "acima de tudo, ao partido". O artigo sete ameaça aqueles que não cumprirem o "código de honra" do comando, afirmando: "Aquele que estiver em liberdade, bem estruturado, mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à morte sem perdão." E no 11º mandamento, o PCC anuncia seus princí-

pios afirmando: "O Primeiro Comando da Capital, fundado em 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do campo de concentração anexo à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como lema absoluto a Liberdade, a Justiça e a Paz."

Este código já está percorrendo todos os presídios do país, às custas do próprio governo, que vem transferindo presos de um estado para outro, disseminando o ideário do PCC, que comandou o motim de 25 de março em dois presídios de Rio Branco, capital do Acre, a mais de três mil quilômetros da sede. (Memélia Moreira) ■

Microcosmo da sociedade

Ex-detento afirma que as mazelas do Brasil se refletem nos presídios

ELE PASSOU QUATRO ANOS NO COMPLEXO DA PAPUDA condenado por homicídio. Cumpriu pena na ala especial e usou seu tempo para estudar, trabalhar com traduções e até fazer análises sobre o mundo no qual vivia. Em liberdade condicional, Z. (ele prefere não ser identificado) carrega muitas lembranças e uma tese sobre o mundo do presídio. Com 49 anos e retomando seus antigos hábitos, Z., que antes de cometer um crime trabalhou na prisão de Neves (MG), tem a convicção de que a sociedade “rejeita os presos porque na cadeia se reflete todo o mal que esta sociedade produz e ela não quer se ver como responsável pela criminalidade. A cadeia é a reprodução da própria sociedade. Há corruptos, há pessoas sérias, oportunistas, toda espécie de gente. A cadeia, na verdade, é um microcosmo da própria sociedade. A tônica das relações sociais se repete”.

Z. acredita que as rebeliões acontecem por causa da superlotação das cadeias. “O excesso de população deteriora as relações. É como nas megalópoles, quanto mais povoadas, quanto mais gente, menos se conserva a identidade. Você se torna um anônimo e isso cria um clima de tensão permanente”, diz ele.

Para manter relações minimamente saudáveis dentro de um presídio, a fórmula, segundo Z., é pagar bons salários aos agentes penitenciários. Na sua opinião, a Papuda é um bom exemplo porque paga “os melhores salários do Brasil. O fato de serem bem remunerados leva os agentes a terem suas necessidades básicas atendidas e a fazer tudo para não perder o emprego. Por isso tratam os presos com respeito”, afirma. Mesmo assim, “há elementos doentios, que gostam de bater, de espancar presidiários. Mas, de um modo geral, as relações entre os presos e os agentes é amistosa”.



FOTOS: AFP

Nas proximidades de um reformatório da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, em São Paulo, a mãe vive a expectativa de se chegar ao fim de mais uma das rebeliões nos presídios juvenis, superlotados e desprovidos de serviços que ajudem na reeducação dos infratores

Além de salários justos para os agentes carcerários, Z. está convencido de que o cumprimento da Lei de Execuções Penais reduziria o alto e crescente índice de conflitos e rebeliões que vêm explodindo em todo o país. “Em Brasília” – conta – “a Vara de Execuções Penais é uma das mais rígidas do Brasil. Esse comportamento leva os agentes a agir de forma correta. Em Neves, por exemplo, havia muita promiscuidade, os agentes deviam dinheiro aos presos e, às vezes, as conseqüências eram terríveis”.

Apesar de algumas atividades desenvolvidas pelos presos da Papuda, Z. afirma que a maior parte do tempo é de “ócio total porque não há trabalho; as pessoas tomam banho de sol, jogam bola, ficam à toa. Lá dentro do presídio se adquirem maus hábitos, porque é tudo na mão. Além de não ter trabalho, o café chega na porta, o almoço é servido na hora certa e muitos dos presos

comem bem melhor na cadeia, porque a maioria deles talvez nunca teve uma refeição completa durante o dia, quando estava em liberdade”.

A perspectiva de mudança dentro dos presídios, com possibilidade de trabalho para os detentos, é vista com pessimismo por este ex-presidiário. Ele não vê saída para o ócio ao qual estão entregues os presos: “A Lei de Execuções Criminais, que prevê trabalho para os detentos, é descumprida em todas as prisões. Como é que você vai recuperar uma pessoa, se ela passa anos, dia após dia, à toa, sem ter o que fazer? Ao mesmo tempo, como é que você vai dar emprego aos presos, se aqui fora também não há garantia de emprego e cresce cada vez mais o número de desempregados?”. Para Z. só existirá solução para o sistema penitenciário quando os problemas do Brasil estiverem solucionados. (Memélia Moreira) ■

O 'disque-mulher' vem para ficar

Surge no Rio de Janeiro o Centro Integrado de Atendimento à Mulher, que atende vítimas de violência doméstica

Cristina Pimentel

O FEMINISMO FOI UM MOVIMENTO de extrema importância, não só no Brasil, como no mundo, que desde a década de 60 tem mostrado à opinião pública o problema das relações assimétricas entre homens e mulheres, propondo formas de construir uma sociedade mais igualitária. A própria forma de intervenção do feminismo como organização política trouxe formas de emancipação política e de democracia participativa verificadas nos movimentos homossexuais, estudantis e da contracultura. No Brasil, a maior parte dos grupos feministas foi organizada por mulheres de classe média, muitas delas com experiência de esquerda na época da ditadura militar.

Mas, neste século, a liberdade e a emancipação não chegaram para todas. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em nenhum país do mundo as mulheres têm as mesmas oportunidades ou são tratadas da mesma forma que os homens. Apesar de responderem por mais de 40% da força de trabalho, elas ocupam apenas 20% dos postos de direção das empresas, mesmo tendo atingido níveis educacionais comparáveis aos dos homens, em muitos países.

No entanto, há muito o que comemorar, segundo Lígia Doutel de Andrade, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), no Rio de Janeiro. "O

importante é que, ao longo do século XX, a mulher conseguiu um espaço na sociedade nunca visto. Apesar do preconceito, elas disputam, quase em igualdade de condições, posições-chave na iniciativa privada e ocupam cargos políticos importantes", afirma.

Quando o assunto são conquistas, Lígia lembra que a militância é a palavra-chave. "A batalha é necessária para vencer as barreiras, o que significa lutar sempre por seus direitos, e nunca desanimar ao esbarrar nos obstáculos. Para Lígia, hoje o maior desafio das mulheres é fazer valer os direitos que possuem como cidadãs. O segundo é buscar acesso ao poder político, em todas as instâncias da socie-

dade. "Apesar das pesquisas e estudos constatarem que, quanto maior a participação feminina na política, maior é o desenvolvimento no país; o poder ainda é exercido pelos homens", diz.

As entidades civis feministas têm papel fundamental para vencer o desafio de levar mais mulheres ao poder. A partir de 1975, esses grupos começaram a ter uma certa visibilidade, com o surgimento de várias entidades no Brasil. Todavia, o mais importante é que, a partir daí, o mundo começou a perceber que era preciso rever a relação das mulheres no emprego, em relação com a violência, etc.

Para a vice-governadora fluminense Benedita da Silva, primeira mulher negra a ocupar um cargo político no Brasil, outro fator importante é que existe no país um número extenso de mulheres em profunda desvantagem em relação aos homens, porém a luta continua. "A cidadania não pode ser vista como uma cidadania passiva, mas ativa. Isto significa lutar por seus direitos, levar em conta as desigualdades e lutar para que exista uma igualdade."

Tanto Benedita, quanto Lígia acreditam que entidades civis feministas, como o Cedim, são importantes, pois prestam atendimento no sentido de incentivar e propor a diminuição das diferenças, de forma a beneficiar a mulher com a igualdade.

Fotos: Leila Camara



Lígia Doutel de Andrade, presidenta do Cedim: 'O poder ainda é exercido pelos homens'

Violência doméstica

Espalhadas pelo Brasil afora, as Delegacias de Mulher, geralmente ligadas à Secretaria de Segurança Pública dos estados, são canais institucionais que começam a tratar a violência doméstica como crime, um problema não-privado, mas que deve ser tratado pela Justiça. Apesar de ajudarem as mulheres vitimadas, as delegacias não conseguem devolver a elas a auto-estima, nem prepará-las para enfrentar os conflitos psíquicos e sociais. Afinal, não é esse o papel da polícia, que foi preparada para apurar os fatos nos inquéritos policiais.

Mas, no caso do Rio de Janeiro, o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam) chegou exatamente para preencher essa lacuna deixada pelas delegacias que prestam atendimento à mulher. É o que explica Cecília Teixeira Soares, diretora do órgão. "O centro conta com uma equipe de profissionais especializados, vindos de diversas áreas, como Serviço Social, Psicologia e Direito. Todas foram treinadas para prestar atendimento às mulheres em situação de discriminação e violência. A polícia apura inquéritos. A parte emocional fica com a gente."

A entidade acaba de ganhar sede própria (luta iniciada em 1988 pela própria diretora do Cedim, Lígia Doutel, apoiada por Cecília e por várias personalidades da sociedade carioca), e tem no momento um único objetivo: traçar o perfil das mulheres que a procuram. "Nossa meta é oferecer um atendimento melhor do que aquele prestado pelas entidades civis feministas dos países do Primeiro Mundo." De acordo com Cecília, parte do modelo do atendimento prestado hoje pelo Ciam é baseado na experiência das entidades feministas norte-americanas, visitadas por ela antes da implantação da entidade.

Segundo Cecília, nem sempre é possível solucionar todos os problemas de uma vez só. Mas a equipe se esforça para encontrar saídas dentro do mínimo tempo possível, através dos convênios e encaminhamentos feitos à Procuradoria e Defensoria Públicas. "Nosso atendi-



Cecília Teixeira Soares, diretora do Ciam: 'Nosso atendimento atinge o autor da violência'

to também atinge o autor da violência, o qual, muitas vezes, precisa também de apoio para mudar de atitude." Neste caso, a diretora explica que parcerias com organizações não-governamentais, como o Grupo de Reflexão para Autores de Violência, e o Instituto Noos (palavra grega que significa consciência), são fundamentais.

Apesar de ainda não ter concluído a pesquisa que traçará o perfil das usuárias, Cecília afirma que é preciso estender o atendimento aos filhos das vítimas em situação de violência. "Ainda não sabemos de que forma vamos trabalhar, mas temos consciência de que crianças que vivem num ambiente de violência estão mais propensas a se tornarem adultos problemáticos."

A expectativa é concluir a pesquisa ainda neste primeiro semestre. "Até o momento, num universo de duas mil mulheres, com idade entre 30 e 45 anos, foram apurados 988 casos. Desse total, constatou-se que um terço delas não possuem renda própria."

Já com relação à natureza dos crimes denunciados pelas mulheres que procuram o órgão, 90% dos casos tratam de violência doméstica: lesão corporal e ameaça. "Os outros 10% são crimes sexuais, que vão do estupro até o assédio." Com relação ao quesito escolaridade, em nenhum dos casos apurados as usuárias possuíam formação universitária. "A maioria tem o primeiro grau completo ou o segundo grau incompleto."

Até aí, nenhuma novidade, já que, infelizmente, as chances para as mulheres de baixa renda ingressarem nas universidades particulares ou públicas ainda são mínimas, por causa da falta de recursos para custear os estudos. O fator surpresa é que a média de filhos entre as usuárias do Cedim é de apenas um. "Isto para mim é uma grande novidade", revelou Cecília Teixeira Soares.

O desabafo

Se depender do astral das funcionárias do Disque-Mulher, serviço oferecido há menos de um mês pelo Ciam, a vida será sempre cor-de-rosa. Segundo Ana Paula Macedo, nem mesmo as mais de 20 chamadas diárias conseguem tirar o bom humor. "Muitas mulheres ligam para desabafar, para falar de dor, de violência doméstica, para pedir orientação. Estamos aqui para ouvi-las e ampará-las, e adoramos fazer isso", diz.

Segundo as atendentes, muitas vezes acabam ficando amigas das usuárias do Disque-Mulher. "De certa forma, nos tornamos íntimas, já que nos relatam coisas pessoais. O importante é saber como podemos ajudar a melhorar a vida das pessoas", completa Ana Paula. O Disque-Mulher funciona das 9 às 16 horas, através do telefone (21) 299-2121. Outro serviço oferecido são palestras e seminários, oportunidades para as participantes descobrirem um novo rumo para a vida. ■

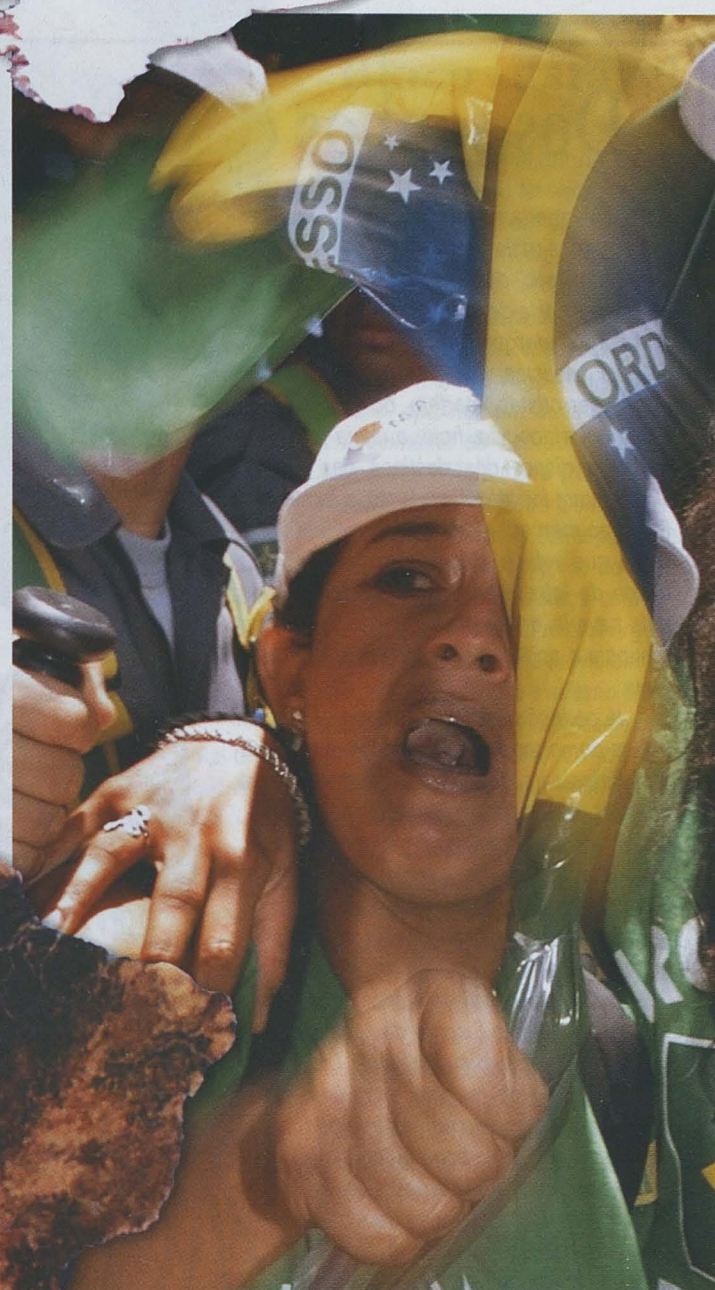
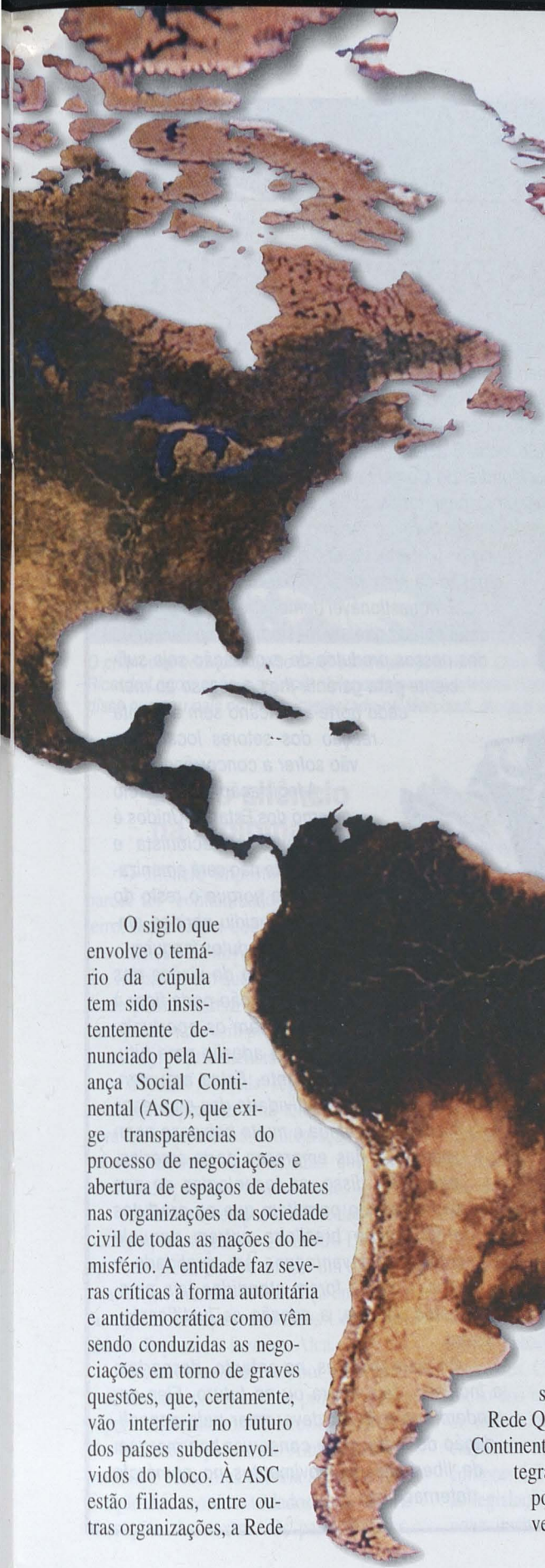
Alca, MERCADO CONTINENTAL SEM EQUILÍBRIO

O projeto atropela o Mercosul e expõe a economia brasileira a um choque de desindustrialização e de maior desnacionalização

Álvaro Queiroz

OS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE COMÉRCIO de 34 países vão acertar, agora no começo de abril, em Buenos Aires, o temário da Terceira Cúpula das Américas, que reunirá os chefes de governo e de Estado de todas as nações do continente em Québec, Canadá, no próximo dia 20. A Terceira Cúpula retomará o processo de negociações dos acordos à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), sonho acalentado pelos Estados Unidos, que, agora, pretende enriquecer a agenda do evento com itens como propriedade intelectual, garantia de segurança para os investimentos estrangeiros, meio ambiente, legislação trabalhista, a questão da Colômbia, etc. Os nove grupos negociadores estão debruçados sobre esses temas.

Importa ressaltar que a agenda para a reunião do dia 20 não foi aberta para a opinião pública, tampouco para os parlamentares dos países participantes. Tudo se discute em sigilo nos grupos negociadores. Alguns assuntos tornaram-se de domínio público apenas por vazamentos, através de fontes diplomáticas e políticas que desconfiam desse livre mercado e prevêm um pesadelo para os povos, governos e empresários latino-americanos. Sugerem, assim, resistência aos acenos de acesso fácil ao mercado norte-americano, cantilena na qual acreditam alguns líderes industriais brasileiros. A maior parte das lideranças empresariais, contudo, tem consciência dos riscos que a adesão ao bloco poderá acarretar. Levam em conta, preliminarmente, que os produtos de fabricação nacional não têm condições de competir, em qualidade e preços, com os de procedência norte-americana, seja no mercado interno, seja nos mercados dos pequenos países já dominados pela presença dos produtos importados dos Estados Unidos. A não ser por concessões generosas da potência hegemônica.



Fotos: AFP

O sigilo que envolve o temário da cúpula tem sido insistentemente denunciado pela Aliança Social Continental (ASC), que exige transparências do processo de negociações e abertura de espaços de debates nas organizações da sociedade civil de todas as nações do hemisfério. A entidade faz severas críticas à forma autoritária e antidemocrática como vêm sendo conduzidas as negociações em torno de graves questões, que, certamente, vão interferir no futuro dos países subdesenvolvidos do bloco. À ASC estão filiadas, entre outras organizações, a Rede

Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio, as coalizões canadenses Common Frontiers e a Rede Quebequense sobre Integração Continental, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos e a Aliança por um Comércio Responsável, dos Estados Unidos.

Os protestos contra a dominação neoliberal são hoje crescentes e serão intensos em Québec, condenando a imposição da Alca, como já ocorreu na reunião de ministros em Buenos Aires. A percepção da desigualdade no jogo globalizante – nascida das crises econômicas e sociais determinadas pelas políticas que privilegiam o capital transnacional – mobiliza os setores progressistas do mundo inteiro a se mobilizarem em protestos e pela adoção de políticas de fundo social

Dos sonhos coloridos às visões suicidas

São variadas – umas simplistas, outras ingênuas, algumas mais realistas – as visões e concepções de “desfrute” da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) por parte de empresários, economistas e representantes da hierarquia governamental no Brasil.

Os fatalistas, que podem ser classificados também como derrotistas, partem do pressuposto de que os Estados Unidos são, hoje, a única potência econômica e militar a dispor dos destinos das demais nações. Consideram inevitável, portanto, a incorporação do Brasil ao mercadão das Américas, por imposição, ainda que velada, dos norte-americanos. Levada ao pé da letra essa relação de subordinação, o país haveria de se preparar para a conseqüente renúncia a políticas econômicas e externas próprias.

Já os ingênuos e sonhadores concebem a Alca como uma espécie de “abre-te, sésamo”. Imaginam que, uma vez formalizada a adesão, o tão cobiçado mercado norte-americano abrir-se-ia automaticamente aos nossos produtos de exportação, contribuindo para o aumento da produção e da renda e para equilibrar o balanço comercial do Brasil.

Exemplo dessa visão onírica deu a gerente de Comércio Exterior da Associação Brasileira do Vestuário (Abravest), Leila de Oliveira, que, em recente entrevista, apostou no surgimento automático de um mercado norte-americano pujante e receptivo aos produtos da nossa indústria têxtil, com a aceleração da Alca. Ela garantia que “o setor têxtil é bastante competitivo”. Não demorou mais que uma semana, porém, e veio o contraponto da

Uma espécie de dama de ferro do Escritório Comercial da Casa Branca, sob Clinton, Charlene não tinha meias palavras quando se tratava de impor os interesses norte-americanos

chefe do Escritório de Comércio Exterior da Casa Branca, Charlene Barshefsky, no finalzinho do governo Clinton, negando melhor acesso de têxteis brasileiros ao mercado norte-americano, para não prejudicar as exportações do produto local. E ainda ameaçou levar o assunto à Organização Mundial do Comércio (OMC), onde os países ricos costumam ganhar todas as questões. Note-se que Barshefsky agia duro no mesmo momento em que Washington tentava cativar o Brasil para aderir à antecipação da Alca, de 2005 para 2002/2003.

É inquestionável demonstração de ingenuidade pensar que até mesmo a competitividade dos nossos produtos de exportação seja suficiente para garantir-lhes o acesso ao mercado norte-americano sem a pronta reação dos setores locais que vão sofrer a concorrência.

A legislação do comércio externo dos Estados Unidos é duramente protecionista e certamente não será amenizada somente porque o resto do continente decidiu abrir-se ainda mais aos produtos ianques.

No espectro de visões dos nossos empresários não pode ficar à margem o que pensam os oportunistas, que remetem a adesão para futuro um tanto distante. Estes argumentam que a produtividade das empresas brasileiras ainda é muito baixa, se comparada à das empresas norte-americanas. Além disso, as tecnologias de que dispomos não permitem que os produtos de fabricação brasileira entrem naquele mercado com vantagens em qualidade e preços. Quando forem atendidos tais pressupostos, aí, sim, a adesão se justificará – dizem.

Os mais realistas, no entanto, descartam a inclusão, seja agora ou no futuro. Eles entendem que o Brasil deve optar pela consolidação do Mercosul e conservar boa margem de liberdade de movimentos no comércio internacional.





O chanceler brasileiro Celso Lafer esteve em janeiro no Chile, reunindo-se com o presidente Ricardo Lagos, após o anúncio chileno do acordo bilateral com os Estados Unidos. Lagos disse que seu país continua interessado no Mercosul, do qual ainda não é membro pleno

Lei do silêncio na diplomacia

O silêncio imposto por Washington parece ter contaminado o governo brasileiro, tanto assim que uma das primeiras providências do novo chanceler, Celso Lafer, foi baixar ato que proíbe os diplomatas de se pronunciarem ou escreverem textos para publicação sem prévia autorização do Itamaraty. A providência do novo ministro teria sido mal recebida, segundo fontes do setor, que apontam uma tendência desfavorável à idéia de uma integração das Américas através do mercadão que seria controlado pelos norte-americanos.

Ao mesmo tempo, o chanceler Celso Lafer, ao substituir o ex-ministro Luís Felipe Lampreia, passou a fazer um discurso conciliador, vendendo a crença em supostas concessões que os Estados Unidos estariam dispostos a fazer na Alca.

Grave e inconcebível, por outra parte – denunciam os críticos da proposta – é o papel atribuído aos Poderes Legislativos dos demais 33 países das Américas: a deputados e senadores caberia apenas a ratificação dos acordos, vedados os debates e alterações dos textos. Os parlamentares,

em geral, sequer conhecem os temas discutidos até aqui, muito menos o que está sendo negociado. Mais grave ainda é o silêncio de deputados e senadores brasileiros, dos quais se aguardam manifestações de repúdio ao *status* a que estão reduzidas as duas casas legislativas. Espera-se, igualmente, que façam gestões junto ao Poder Executivo, para que este libere para a opinião pública questões que podem comprometer a segurança econômica e geopolítica do país.

Já os congressistas norte-americanos têm acompanhado as reuniões dos grupos de trabalho e possuem conhecimento prévio do conteúdo da agenda que será formalmente definida na reunião de ministros, em Buenos Aires.

Há questões de extrema importância para a própria existência dos países desenvolvidos e que precisam ser exaustivamente debatidas à luz dos seus legítimos interesses. Citam-se, entre elas, a liberalização dos mercados, nos quais se pretende incluir os serviços; a igualdade entre empresas nacionais e estrangeiras nas compras feitas pelos governos; restrições às legislações nacionais sobre patentes e nova institucionalidade para as relações

Bloco instável

Os recentes desencontros entre os Departamentos de Estado e de Comércio americanos, no caso da vigência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), junto às propostas dos Estados Unidos, que diplomatas brasileiros consideram "inviáveis", e às recentes manifestações do ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, apontam em duas direções: o fortalecimento do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (Nafta) e o esvaziamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Cavallo trabalha para que o Mercosul mude os objetivos do Tratado de Assunção e se satisfaça como simples área de livre comércio. A Argentina precisa de liberdade de movimento para sua política externa, e a adesão ao Nafta atende mais aos seus interesses, proclama Cavallo. Pelo mesmo atalho caminha o Chile, ao discutir com Washington um acordo bilateral de livre comércio.

A médio prazo, a adesão argentina, chilena e de outros países ao Nafta congelará a Alca e esvaziará o Mercosul, pois Paraguai e Uruguai também se inclinam para a assinatura de acordos bilaterais de comércio com os norte-americanos. Os parceiros do Brasil tendem, assim, a engajar-se na competição com o México e o Canadá na busca de um lugar ao sol no Nafta. Seria a morte geoeconômica e política do Mercosul, se os argentinos não mudarem de idéia.

de trabalho, item que faz tempo consta da agenda do Consenso de Washington. Acima de tudo, total liberdade para o capital estrangeiro.

Aprová-las é o mesmo que abrir mão do desenvolvimento futuro. Os críticos apontam ainda que ceder, em outras áreas também de vital importância para as empresas e o povo brasileiros, significa levar a nação a abdicar da própria soberania. ■

Acordos vão além do comércio

O QUE TRANSPIROU DAS DISCUSSÕES sigilosas sobre os futuros acordos no âmbito da área de Livre Comércio das Américas (Alca) mostra que as pretensões norte-americanas são muito ambiciosas: vão muito além de meros compromissos comerciais entre os 34 países envolvidos. Questões como a garantia de proteção aos investimentos norte-americanos são objeto de acordos bilaterais – o Brasil é signatário de um do gênero – e a igualdade de tratamento entre empresas estrangeiras e brasileiras já foi até incorporada à Constituição. Mas Washington quer dos países latino-americanos o que não conseguiu com seus parceiros da Or-

ganização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), através do abortado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Pretende, no continente, liberdade e proteção absolutas às suas patentes; liberalização do mercado de serviços; igualdade de tratamento às suas firmas nas vendas aos governos da região; maior desregulamentação trabalhista. Soaria anedótico sequer imaginar empresas brasileiras, argentinas, chilenas, guatemaltecas, peruanas, paraguaias, uruguaias, panamenhas e caribenhas pleiteando a sua inclusão entre os fornecedores do governo norte-americano, nas mesmas condições das firmas locais, ainda que na prática viesse a ser respeitado o princípio

da reciprocidade. Por trás de questões como direitos humanos, terrorismo, narcotráfico, corrupção etc., se escondem propósitos de natureza política e implicações econômicas de fácil identificação.

Tiro de misericórdia no Mercosul

É incorreta qualquer apreciação da Alca sem associá-la ao Mercosul. São duas iniciativas que se excluem mutuamente, tanto nos fins, quanto nos meios. O objetivo do Mercosul é a aglutinação de países que se complementam economicamente, visando a uma integração capaz de dotar o conjunto de capacidade para pro-



Na mesa, como simbólico bolo de aniversário antes de ser fatiado, o mapa das Américas adorna a reunião de cúpula realizada no ano passado em Santiago. A integração econômica nos moldes pretendidos pelos Estados Unidos corresponde a uma reserva de mercado continental em benefício da economia norte-americana, provocando previsível desindustrialização dos países mais adiantados, como é o caso do Brasil

duzir e competir melhor numa economia mundial que funcione na base de relações econômicas e comerciais interblocos.

No caso da Alca, segundo apreciação de setores diplomáticos, transparece a busca de dominação geopolítica norte-americana. A partir do Nafta, a Casa Branca está empenhada em aglutinar todo o continente em um único e poderoso bloco econômico, cujas unidades são dotadas de abundantes recursos naturais e energéticos, subsolo rico e potencialidades expressivas ainda escassamente mobilizadas e inexploradas. Desde a dissolução da União Soviética, os Estados Unidos, vistos desde então como única superpotência, adquiriram a propensão a frustrar o progresso dos países em desenvolvimento. Tal conduta está bem expressa no aviso do professor Henry Kissinger depois de concluída a sua missão como secretário de Estado no governo Nixon: "Washington jamais permitirá o surgimento de um novo Japão abaixo do rio Grande", referindo-se especialmente ao Brasil, que se embalava no sonho de chegar ao *status* de potência.

Propostas inaceitáveis e intransigência

A pauta dos Estados Unidos para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), divulgada em março pelo representante comercial da Casa Branca, surpreendeu os observadores. Muitos chegaram a admitir que as propostas vão além da inviabilidade de um entendimento entre os Estados Unidos e o Mercosul e, em particular, o Brasil, sugerindo o desinteresse norte-americano em agilizar os acordos diante das firmes posições dos países do Mercosul.

As divergências nos grupos negociadores se concentram principalmente nos subsídios às exportações, nas medidas compensatórias, direitos de propriedade intelectual, relações trabalhistas e meio ambiente. No caso específico de subsídios às exportações, Washington insiste em remeter o assunto à Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como o tratamento para a agricultura. Per-

sistem em subordinar os direitos compensatórios, a questão do dumping e a proteção comercial à sua legislação interna – imutável – e frustram quantos alimentavam o sonho de abertura automática do mercado norte-americano aos produtos brasileiros, considerados de grande competitividade.

A intransigência revela a proteção dos interesses de grupos econômicos internos. Em relação à propriedade intelectual, Washington reitera a decisão de restringir as ações dos governos na aplicação da legislação patentária, destacadamente a suspensão de uma patente e seu licenciamento compulsório. O foro é a OMC, onde observam-se critérios que resguardam os interesses dos países filiados à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), em detrimento dos interesses dos países subdesenvolvidos em geral.



O presidente FHC expôs a Bush a decisão brasileira contra a antecipação da Alca. A Venezuela expressou apoio a Brasília e vai reforçar o bloco sul-americano, entrando no Mercosul

Como, entretanto, na Europa e na Ásia, reduzem-se os espaços de dependência e surgem novos competidores, os Estados Unidos procuram reorganizar-se geoeconomicamente nas Américas na tentativa de impor uma hegemonia econômica.

A opção que mais atende aos interesses de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai é, indiscutivelmente, o Mercosul. A adesão dos integrantes à Alca levará a um inexorável fim do bloco sul-americano, se se levar em conta que os bens produzidos nos Estados Unidos passarão a entrar nos quatro países sul-americanos com tarifa zero.

A Tarifa Externa (TEC) do Mercosul (14%), para os negócios entre os parceiros, perderia sentido, tornando ocioso o bloco, hoje fragilizado por disputas irracionais e estruturação inadequada.

As empresas norte-americanas estariam em vantagem, pois os produtos do Mercosul não apresentariam competitividade para entrar no mercado dos Estados Unidos. E, nos demais países do continente, teriam igualmente de enfrentar a inundação de produtos ianques beneficiados pela tarifa zero.

O destino da economia brasileira, dessa forma, seria o mesmo que vitimou o Chile e a Argentina com a radicalização do modelo neoliberal: o risco da reprimarização – um retorno à predominância da economia rural. Isso teria conseqüências também nas relações comerciais entre o Mercosul e a União Européia. ■

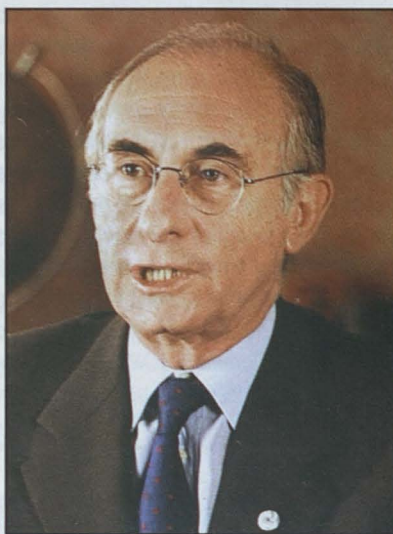
MERCOSUL, O RISCO

Conquistas significativas marcam a ainda curta trajetória do bloco, que, com a sobreposição da Alca, perderia o oxigênio indispensável para se afirmar

AINDA LIMITADO A UMA UNIÃO aduaneira inconclusa, o Mercosul carece de instituições capazes de produzir a desejada integração. A situação complica-se ainda mais pela ação dos setores mais americanizados que pressionam contra o bloco e acenam para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Aliás, o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, completou 10 anos agora em março. Apesar dos altos e baixos registrados nas realizações do bloco, destacam-se conquistas significativas, como a intensificação das relações comerciais entre os parceiros, o aumento do volume do comércio e avanços nas relações políticas do Brasil com a Argentina, rivais que tinham graves pontos de fricção, em grande parte alimentados de fora, mas atenuados e hoje praticamente superados.

Dos pontos de vista econômico e da estruturação, no entanto, o Mercosul ainda se mostra muito distante das propostas contidas na sua agenda. Até à sonhada integração nos níveis econômico, comercial, jurídico e político, ainda é longo o caminho a percorrer num mundo em que os influxos dos grandes protagonistas nos cenários político, econômico e financeiro não têm ajudado muito, com os seus estímulos à competição desagregadora. O espírito que vem presidindo à integração competitiva é um obstáculo que só poderá vir a ser removido quando as relações entre os integrantes do bloco passarem a ser orientadas por uma filosofia política e econômica fundamentada nos princípios da solidariedade e da cooperação.



Fernando De la Rúa: das opções que fizer, dependerá em muito o futuro do bloco

Utilitarismo que não constrói

A Argentina vem dando lamentáveis demonstrações de haver aderido ao Mercosul com o propósito maior de obter vantagens unilaterais e tem se comportado como se não houvesse denominadores comuns nas relações com os parceiros. Conquistar o mercado brasileiro para os seus produtos e, com isso, atrair investimentos externos, passaram a ser uma obsessão constante do governo e dos empresários daquele país, comportamento que o Brasil sempre encarou com inexecedível compreensão. Passamos a importar grandes quantidades de trigo argentino e assumimos atitude conformista

diante da manutenção das barreiras ao nosso açúcar. Tais concessões ajudaram a Argentina a atrair investimentos para o setor automobilístico, cuja produção, em grande parte, é absorvida pelo mercado brasileiro, pois o mercado interno argentino teve reduzida significativamente as suas dimensões.

A sobrevalorização do real favoreceu muito o fluxo cada vez maior de bens de fabricação argentina para o Brasil. No quinto ano de vigência do Plano Real, em 1999, o nosso vizinho exibiu um superávit comercial acumulado superior a seis bilhões de dólares, proveniente só das relações bilaterais com o Brasil em cinco anos de vigência do novo padrão monetário do país. Nesse período, o mercado brasileiro acolheu mais de um terço de todas as exportações argentinas, das quais mais de 60% correspondentes a manufaturados. Era uma situação tão cômoda para a Argentina que o Brasil chegou a se destacar como o único parceiro que lhe permitia superávits regulares na conta de mercadorias.

Mas era uma situação que não podia continuar por muito tempo, pois o Brasil exibiu sistematicamente déficits na conta corrente do balanço de pagamentos e a estabilidade do real repousava mais em reservas cambiais alimentadas pelo ingresso de capitais voláteis, remunerados a juros que rondavam os 50% ao ano, o que colocava o país na rota de ataques especulativos iminentes e de inevitável desvalorização do real. Felizmente, o Brasil não se entregou a aventura semelhante à do Plano de Convertibilidade, a grande encrência que perturba a economia argentina. Sobreveio a crise

da desagregação



A foto, da reunião de dezembro em Florianópolis, revela não só o anseio formal de aprofundar os laços regionais, apesar dos contratempos, mas ainda o potencial da comunidade para atrair parceiros significativos, como indica a presença do presidente sul-africano Thabo Mbeki (D)

cambial em 1999, quando o Banco Central trocou o regime de bandas cambiais pela flutuação do real. As reservas internacionais desceram do patamar de 72 bilhões de dólares para um nível inferior a 20 bilhões. Sobreveio a inevitável e aguardada máxidesvalorização da moeda nacional, enquanto o governo argentino preferiu sacrificar o seu país, mantendo a paridade um peso igual a um dólar, artifício incompatível com a fragilidade da economia, principalmente depois de esgotado o estoque de empresas estatais vítimas do programa de privatizações.

O novo regime cambial do Brasil inverteu os fluxos do comércio bilateral. Mesmo assim, a Argentina ainda acusa superávits, embora bem menores, pouco me-

nos da metade dos saldos positivos antes da desvalorização do real. Seus tecnocratas oficiais e os de filiação neoliberal que apóiam o governo passaram a se queixar do Brasil, por não haver persistido na imprudência do câmbio sobrevalorizado, na falsa estabilidade monetária levada às últimas conseqüências. A Argentina, com o *currency board*, não tem política monetária nem econômica próprias: dolarizada, aprofunda a dependência externa para tentar sair da estagnação, mas a luz não surge no fundo do túnel. Assim, cria com o Brasil contenciosos que acabam por conturbar o bloco regional.

Técnicos da equipe do ex-ministro da Economia López Murphy chegaram a fazer críticas iradas ao Brasil, cuja liderança

no bloco consideraram inconveniente. Sugeriram que a Argentina opte pela Alca. O Uruguai, por sua vez, também enveredou pelo caminho da condenação ao Mercosul. O ministro das Relações Exteriores, Didier Opertti, recentemente fez declarações desairosas a respeito do papel do Brasil no bloco, e adiantou ter instruções do presidente da República, Jorge Battle, para providenciar o ingresso do país na Alca.

A subida de Domingo Cavallo à direção da economia argentina e seu primeiro movimento em direção a um entendimento com a equipe econômica do Brasil parecem indicar, porém, que se pode esperar alguma mudança que represente um compromisso de sustentação do Mercosul. A reunião de Québec e os próximos meses dirão. ■

O Brasil precisa de novo modelo

A estratégia econômica adotada no país está fundamentalmente errada. A garantia de crescimento sustentado depende de mudanças que assegurem crescimento para fora, mas com forte intervenção do Estado, e uma abertura da economia que esteja condicionada ao aumento das exportações, com o processo comandado por empresas privadas nacionais

O ECONOMISTA E AUTOR de várias obras sobre o tema (a mais recente é *Brasil, século XXI, uma alternativa ao neoliberalismo*, pela editora Paz e Terra), o professor João Paulo de Almeida Magalhães lança luzes sobre o processo que vem atingindo o desenvolvimento do Brasil, com repercussões negativas em diversas áreas da nação. Nesta entrevista ao editor de Economia Álvaro Queiroz, o estudioso alerta que o arcabouço de princípios e metas montado pela equipe econômica está empurrando o país para uma terceira década perdida, com ameaça de destruir em definitivo as chances de os brasileiros aspirarem ao pleno desenvolvimento no futuro.

João Paulo de Almeida Magalhães propõe uma guinada de rumos, para o estabelecimento de um modelo que preserve a autonomia do país e propicie o que ele chama de "integração ativa no mercado mundial", completamente diferente da "integração passiva de tipo neoliberal, em curso no país".

No centro da nova estratégia estaria o empresário brasileiro e não as multinacionais. "A causa fundamental do fracasso da atual política econômica está em que todos os setores dinâmicos do comércio mundial se acham controlados por empresas multinacionais", denuncia o estudioso. Aqui, elas controlam o mercado interno e agem como grandes importadoras de suas matrizes, agravando nossas contas externas e deixando as benesses de explorar os grandes mercados internacionais (Estados Unidos, Europa e Japão) às suas matrizes.

A economia brasileira está crescendo ou continua em recuperação cíclica?

João Paulo - A economia brasileira cresceu entre 4% e 5% no ano passado e deverá repetir esse resultado neste e no próximo ano. Isso não representa, todavia, tendência de longo prazo, dado que a estratégia econômica em curso no país está errada. Se adotou um modelo de crescimento para fora, cujo sucesso depende do rápido incremento das exportações. Se-

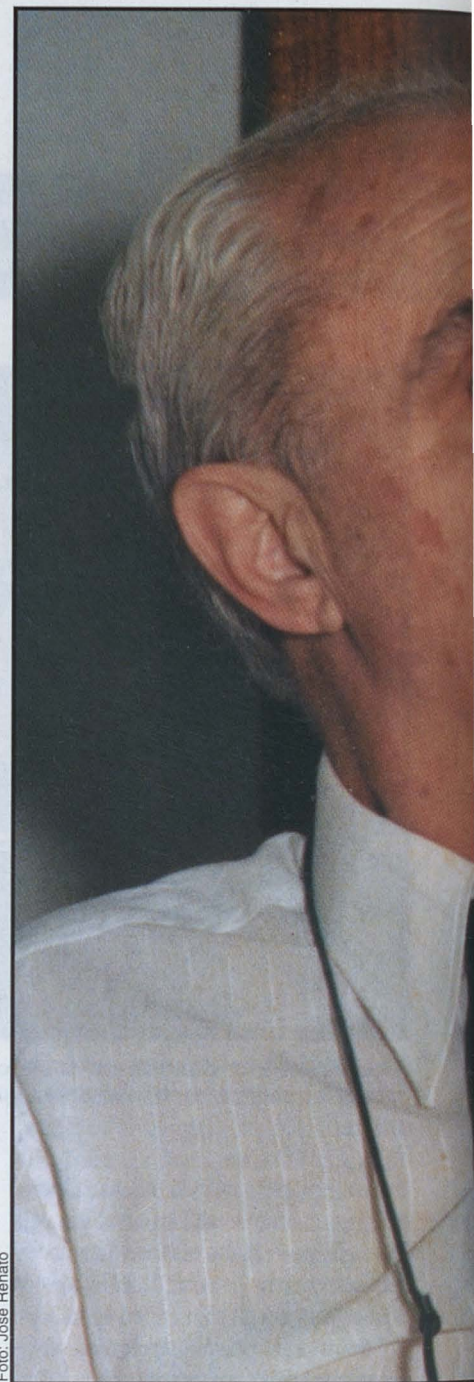
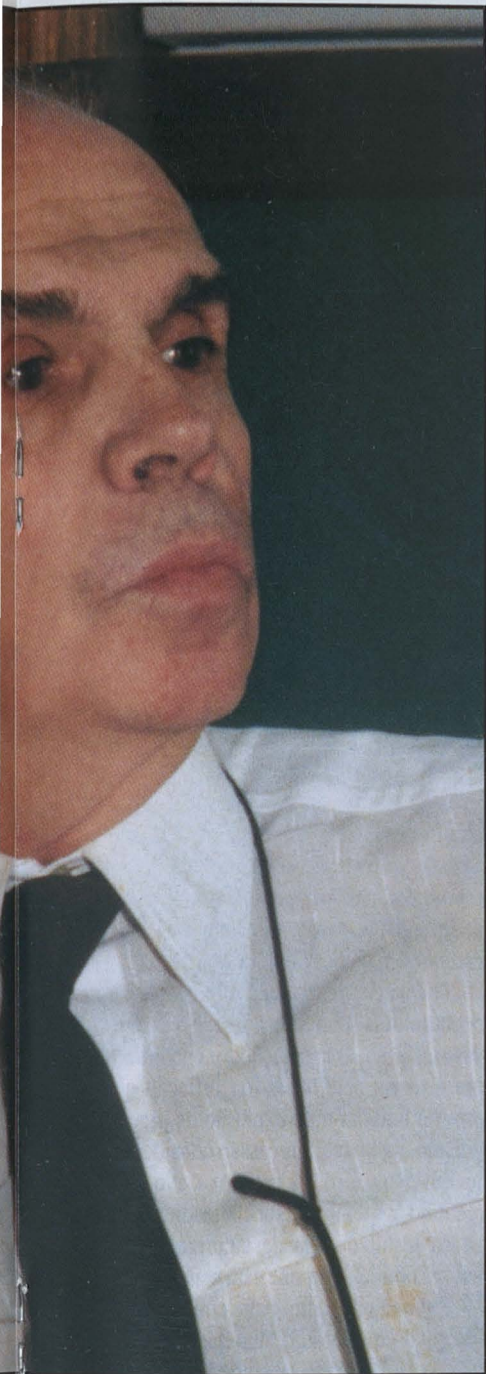


Foto: José Renato

gundo algumas estimativas, elas deveriam aumentar para que voltássemos a ter um incremento acelerado do PIB, à taxa de 10% ou 12% ao ano. A taxa média de nossas vendas externas não chegou sequer à metade dessa meta. Nossa participação nas exportações mundiais tem, inclusive, declinado nos últimos anos. A retomada do desenvolvimento depende da adoção de nova estratégia econômica.



João Paulo de Almeida Magalhães: as multinacionais têm revelado marcada preferência para adquirir insumos no exterior. Como nosso déficit nos obriga a captar grande massa de poupança no exterior, estamos diante da perspectiva de gigantesca crise cambial

acumulação de capital. Sua previsão só não foi confirmada porque, a partir da última década do século XIX, os salários passaram a crescer no mesmo ritmo do aumento da produtividade do trabalho.

Observo, porém, que não estou de acordo com certo pensamento de esquerda, segundo o qual a retomada do crescimento dependeria de uma redistribuição de renda, ou seja, uma estratégia de crescimento baseada no mercado interno. Minha preferência é por uma estratégia de crescimento para fora com forte intervenção do Estado, abertura da economia condicionada ao aumento das exportações e um processo comandado por empresas privadas nacionais. Alguma coisa semelhante ao que fizeram os países do Leste asiático. A meu ver, a estratégia de mercado interno comandada pela redistribuição de renda teria somente papel de apoio.

Qual a sua expectativa em relação à conclusão desta fase? A partir daí, que limitações à retomada do crescimento o país terá de superar?

JP - A se manter a atual estratégia econômica, teremos uma terceira “década perdida” com o desaparecimento final das chances de o país chegar ao pleno desenvolvimento. Para evitar isso, seria necessário um novo modelo econômico. Defendo uma “integração ativa no mercado mundial” (completamente diversa da integração passiva de tipo neoliberal, em curso no país).

Já me referi antes a algumas das características dessa estratégia. O ponto fundamental consiste em conferir ao empresário nacional o comando do processo. A

causa fundamental do fracasso da atual política econômica está em que todos os setores dinâmicos do comércio mundial se acham controlados por empresas multinacionais. Estas entraram no país para atender ao mercado interno e, quando muito, ao mercado regional. Os grandes mercados mundiais (Japão, União Européia e Estados Unidos) estão fechados para elas, porque já são atendidos por suas matrizes. Diante do amplo processo de desnacionalização recentemente ocorrido no país, as empresas nacionais exportadoras deveriam ser, em boa parte, criadas.

Reconheço que minha proposta pode ser inviabilizada pelo fechamento dos mercados mundiais. Nesse caso, a prioridade passaria para o mercado interno.

De onde virão os recursos para um novo padrão de financiamento do crescimento, se os empréstimos externos estão hoje muito escassos e os investimentos diretos apresentam tendência a diminuir, enquanto o governo admite que a poupança doméstica está aprisionada, em grande parte, por uma dívida interna perto dos 600 bilhões de reais?

JP - O primeiro ponto a ser esclarecido com respeito à poupança externa é que a possibilidade de seu apoio efetivo ao processo de desenvolvimento depende de duas coisas: rentabilidade da aplicação e conversibilidade, entendida como a possibilidade de transferência dos ganhos obtidos para o país de origem do capital. Na atual realidade brasileira, a condição de conversibilidade não existe. Os investimentos diretos (os únicos realmente importantes em políticas de desenvolvimento) que entram no país visam ao atendimento do mercado interno, não gerando os dólares requeridos para a conversibilidade. A par disso, agravando o problema, as multinacionais, nas condições presentes de abertura às importações, têm revelado marcada preferência para adquirir seus insumos no exterior.

Por outro lado, nosso grande déficit em conta corrente nos obriga a captar

É possível uma economia crescer ou completar a sua recuperação cíclica com a massa de salários comprimida durante anos seguidos?

JP - A resposta é certamente não. Marx previra o colapso do capitalismo pelo fato de os salários, congelados ao nível de subsistência, não acompanharem o crescimento do PIB determinado pela

poupança no exterior, criando a perspectiva de uma gigantesca crise cambial em futuro não muito distante.

O segundo ponto é o seguinte: trabalhos recentes (inclusive o "East Asian Miracle" do Banco Mundial) têm mostrado que, uma vez adotado um modelo viável e confiável de desenvolvimento, as poupanças tendem a se elevar espontaneamente. E a referência é à poupança interna (no caso dos países asiáticos, elas são superiores a 30% do PIB).

Nesses termos, não procede a alegação de que temos que recorrer à poupança externa, porque a interna é insuficiente. O que de fato se necessita é de um novo modelo, viável e confiável, de desenvolvimento.

Como superar os mecanismos anti-crescimento embutidos nas regras seguidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC)?

JP - A literatura sobre o desenvolvimento reconhece hoje que as regras da OMC proíbem a adoção de instrumentos de política econômica que, no passado, constituíram a base do sucesso dos países do Leste asiático.

Todos os acordos do tipo do que criou a OMC adotam cláusulas de salvaguarda que devem ser exploradas. Nenhum país entra em um acordo que represente seu suicídio econômico.

Mais eficaz seria um movimento de parte dos países menos desenvolvidos no sentido de denunciarem as regras que os estão prejudicando. O Brasil tem condições de liderar esse processo.

Lembremos que, quando o Fundo Monetário Internacional se opôs ao Programa de Metas e o presidente Juscelino Kubitschek ameaçou desligar o país da instituição, a conversa logo passou a ser diferente.

A projetada Área de Livre Comércio das Américas (Alca) estimulará o crescimento do país ou será mais um constrangimento externo?

“O mais eficaz seria os países menos desenvolvidos denunciarem as regras da OMC. Quando o FMI se opôs ao Programa de Metas e Kubitschek ameaçou desligar o Brasil da instituição, a conversa passou a ser diferente”

JP - Helio Jaguaribe, no prefácio do livro *Quinhentos anos de periferia*, de Samuel Pinheiro Guimarães, declarou que a Alca é o suicídio. Pessoalmente, estou de acordo, se se considera como suicídio a renúncia a chegar ao pleno desenvolvimento. A literatura mostra que, no caso de integração entre países de níveis muito diferentes de desenvolvimento, os mais avançados monopolizam as atividades de alto valor agregado por trabalhador. Os outros sócios ficam assim condenados a não irem além de um semidesenvolvimento.

Na União Européia, a diferença do PIB per capita entre Portugal e Inglaterra é de 1 para 2. Entre Brasil e Estados Unidos, é de 1 para 8. E, no caso de outros países da área, essa relação pode ser de 1 para 20. A integração só terá sentido quando essa diferença diminuir.

Assinale-se que, na primeira fase da integração entre países de nível diferente de desenvolvimento, os menos desenvolvidos ganham com a transferência para eles de atividade *labour using* (veja o caso do México). Mas perdem no longo

prazo por não irem além do semidesenvolvimento. Quaisquer que sejam as condições futuras da economia mundial, um país-continente como o Brasil tem excepcionais condições para chegar ao pleno desenvolvimento. Então, por que a Alca?

Qual é o futuro do Mercosul, com a Argentina estagnada e a um passo da dolarização formal?

JP - O senhor Cavallo (que não se perca pelo nome) ao adotar o chamado *currency board*, com seu corolário de taxa fixa de câmbio, terminou com a inflação mas também com a possibilidade de desenvolvimento econômico do país.

Fala-se hoje que a Argentina só tem escolha entre a desvalorização do peso (em si difícil, porque a taxa de câmbio é regulada em lei) e a dolarização.

Esta última não é solução (é outro exemplo de suicídio econômico). A desvalorização é recusada, pois a dívida do governo e dos particulares se acha dolarizada, devendo, portanto, aumentar na mesma percentagem da desvalorização.

Diante desse impasse, será necessário encontrar uma solução criativa. No caso da nossa inflação, essa solução foi encontrada com a teoria heterodoxa da inflação que permitiu liquidar uma explosão de preços, evitando, inclusive, a recessão considerada inevitável na fórmula ortodoxa. No caso argentino, a literatura especializada mostra que os resultados da desvalorização podem ser obtidos sem que esta seja feita.

Suponhamos um país com balança comercial equilibrada, mas que necessite desvalorizar em 30% sua moeda. Os resultados desejados podem ser obtidos, se ele criasse incentivo de 30% para as exportações financiado por aumento de igual percentagem do imposto de importação.

Assim, os efeitos da desvalorização cambial seriam obtidos sem aumentar o valor das dívidas denominadas em dólar. Se as importações forem maiores que as exportações, a solução seria ainda mais fácil. A OMC sem dúvida objetará, mas sobre isso já falamos acima. ■

DEZ ANOS

1991
MARÇO
2001

DE SUCESSO!

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



A revista **Ecologia e Desenvolvimento** foi considerada diversas vezes a melhor publicação do Brasil na sua categoria, o que se traduziu em numerosos prêmios recebidos ao longo dos seus dez anos. Pioneira no nosso país, ela goza hoje de grande prestígio em toda a América Latina



FAÇA ALGUMA COISA PELO SEU PLANETA. ASSINE ECOLOGIA!

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa - 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (55 XX 21) 221-7511 - Fax: (55 XX 21) 252-8455 - e-mail: etm@etm.com.br - www.etm.com.br

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7

Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



CONFISSÕES
Darcy Ribeiro Cód. C 0890
Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas R\$36,00 - Editora Cia. das Letras



PRESTES
Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA
Idéias, instituições e personagens
Vários organizadores Cód. 0100-92

Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - Editora Mauad



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL
(1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85 7302 320-1

Este é o primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. A obra mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599págs. R\$49,90 - Editora Objetiva



DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL
de 1500 até a atualidade
Schuma Schumacher (coordenação)
Cód. 85 7110 573-1

Com cerca de 900 verbetes e mais de 270 ilustrações, este dicionário torna-se referência obrigatória para estudos da história brasileira. O compromisso é com a tentativa de recuperar a trajetória das brasileiras que, com muitas outras a fora, ainda estão escondidas atrás dos panos. 567 páginas. R\$49,00 - Editora Jorge Zahar

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador
Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - Editora Vozes

FILOSOFIA



A ÁGUIA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00 Editora Vozes



O DESPERTAR DA ÁGUIA

Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0
O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 Editora Vozes



SABER CUIDAR
Leonardo Boff Cód. 85-326-2162-7

O livro detalha o cuidado em suas várias concretizações: com a Terra, a sociedade sustentável, o corpo, o espírito e a grande travessia da morte. 200 páginas. R\$18,00 Editora Vozes

HISTÓRIA



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTOS
Ivan Alves Filho Cód. 0200-17

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$99,00 Editora Mauad



BINÔMIO - EDIÇÃO HISTÓRICA
Dir: José Maria Rabêlo Cód. BA 7013

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$34,00 - Editora Barlavento e Armazém de Idéias



ESCRVIDÃO OU MORTE
Jorge Preta de Souza Cód. 0100-20

O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - Editora Mauad



HISTÓRIA DO CONE SUL
Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.) Cód. 0159

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia inter-nacional. 336 páginas. R\$35,00 - Editora Revan



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Ed. Mauad



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeev Cód. 0084

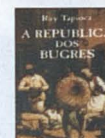
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - Editora Revan

LITERATURA



A INVENÇÃO DO MAR
Gerardo Melo Mourão Cód. 050229

Uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. 368 páginas. R\$ 28,00 Editora Record



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód.85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532págs. R\$ 35,00 - Editora Rocco

MEMÓRIAS



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE
Moacir Werneck de Castro
Cód. 85.01.05771-1

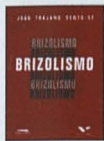
A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 - Editora Record



HERANÇA DE UM SONHO
 Marcio Antonio Tavares Coelho
 Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record

Política



BRIZOLISMO
 João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862
 Leitura indispensável para quem se interessam pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 Editora FGV



DESMONTE DA NAÇÃO
 Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0
 O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$17,60 - Editora Vozes



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA
 Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
 Renato Guimarães Cód. 0205
 O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Editora Revan



DOMINAÇÃO PELA FOME
 Economia política do abastecimento
 Miranda Neto Cód. 00124
 A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades atuais. 136págs. R\$9,90 - Forense Universitária



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:
 Determinantes da descentralização
 Marta Aretche Cód: 85.7106.194-7
 A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$29,00 - Ed. Revan



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS
 Verdades e mentiras do pensamento econômico
 Paul Krugman Cód. 20412-1
 O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. - R\$39,00 - Editora Campus



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
 Bernardo Mançano Fernandes
 Cód. 85.326.2345-X
 O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318págs. R\$26,00 - Editora Vozes



NO TEMPO DE VARGAS
 Memórias, reflexões e documentos
 Francisco Antonio Doria Cód. 0075
 É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$16,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA
 Che Guevara e Raúl Castro Cód. 517
 Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Uerj/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 Oficina do Autor



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO
 Hilary Wainwright Cód. Z 0486
 Combina uma discussão sobre ideia política neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimentos sociais e partidos. 152págs. R\$19,00 - Ed. Jorge Zahar

Políticas Públicas



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
 Estratégias de bem-estar e políticas públicas
 Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156
 As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$30,00 - Editora Revan

Reportagem



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999
 Emilio Azevedo
 Cód. M 0268
 Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$ 19,00 - Editora Multitexto

Sociologia



GLOBALIZAÇÃO
 Teoria social e cultura global
 Roland Robertson Cód.85326.2247-X
 Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$32,00 - Editora Vozes



O PODER DA IDENTIDADE
 Economia, sociedade e cultura
 Manuel Castells Cód. 20.495
 Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas. R\$42,00 - Editora Paz e Terra



QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA
 Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1
 Cartas escritas pelo autor, quando estava no cárcere pelo pecado de amar o Brasil, para o filho que ainda estava por nascer. R\$48,00 Editora Rocco

Saúde



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM
 Uma Abordagem Natural
 Michael T. Murray Cód. 20310-0
 Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA
 Uma Abordagem Natural
 Michael T. Murray Cód. 20311-0
 Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. R \$ 29,90 Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS
 Várias Autoras Cód. 2210
 O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 páginas. R\$26,00 - Editora Pallas

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____
 Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
 Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____
 Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
 Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____
 Cartão _____ Validade até _____ / _____
 Nº _____
 ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)
 Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda. Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080 Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455 E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

CADERNOS 230
 Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
 até durar o estoque

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Privatização leva a racionamento de energia

São Pedro leva a culpa pela ausência de chuvas e pelos riscos de apagões, mas o santo responsável é quem, em nome da imaginária falta de recursos para investimentos das estatais e da suposta maior eficiência da iniciativa privada, desorganiza a infra-estrutura energética

O GRANDE APAGÃO HÁ QUASE UM ANO E MEIO deixou mais de 40% da população às escuras e interrompeu a produção de bens por algumas horas no Sudeste e em vastas áreas da Região Sul, e foi seguido de outros menores e mais frequentes, em áreas mais restritas. Foi um aviso dos problemas que afetam o setor e que agora põem as regiões mais atingidas na perspectiva de sofrerem racionamento.

Volta-se aos velhos tempos em que eram recorrentes as crises de energia. Naquela época, os grupos que dominavam o setor não estavam interessados em investir para dar a resposta adequada à crescente demanda de eletricidade.

Hoje, São Pedro leva a culpa pela ausência de chuvas, mas o certo é que o governo, em nome da imaginária falta de recursos para investimentos das estatais e da suposta maior eficiência da iniciativa privada, não tem feito mais que desorganizar a infra-estrutura, promovendo a transferência de ativos para as empresas transnacionais.

Tal é a gravidade do problema que várias empresas industriais, tomadas de sobressalto, já procuram agilizar providências, entre elas a aquisição de grupos geradores, para prevenir-se diante do racionamento, anunciado como iminente. Os mais recentes sinais da crise têm sido a instabilidade da tensão, os cortes rápi-

dos e as majorações das tarifas. A Agroceres, em Rio Claro (SP), por exemplo, acaba de comprar um potente grupo-gerador de 80kva, para fazer frente às quedas de tensão que vêm afetando o ritmo de sua produção.

A alegada escassez de chuvas (técnicos informam que a precipitação pluviométrica nos últimos cinco meses em Minas Gerais não esteve muito distante do normal) e o uso imprudente da água dos reservatórios denunciam que as razões do problema estão na falta de política energética séria e consistente.

É oportuno recordar que estiagens bem mais prolongadas nunca chegaram a colocar regiões inteiras diante da necessidade de racionamento. Até o final dos anos 80, o país tinha uma política energética eficiente.

Os neoliberais que assumiram o poder na transição dos anos 80 para os anos 90 passaram a pôr em prática, com o seu ódio ao Estado, a transferência das estatais para o capital privado – nacional, a princípio –, e mais tarde para as transnacionais, sob o velho e surrado pretexto de que as empresas do Estado não dispunham de recursos necessários para os investimentos pertinentes ao atendimento das demandas dos usuários e consumidores.

Ficou constatado, assim, que o governo faltou à verdade, quando se tornaram conhecidos os lucros bilionários das unidades que operavam na infra-estrutura. Seriam mais do que suficientes para alimentarem programas de investimentos significativos.



Com a crise energética à vista, o plano das termelétricas ganha fôlego, deixando em segundo plano seus inconvenientes de preços e efeitos ambientais

Do planejamento ao imprevisto

O agravamento da situação no setor hidrelétrico, de um ano para cá, deveria ter levado o governo a mobilizar-se, para providenciar as soluções de emergência, mas sem improvisos, que são incompatíveis com uma área que já foi de grande eficiência, graças a uma rotina de planejamento para curto, médio e longo prazos.

O governo, então, pressionado pelas circunstâncias e por grupos interessados em tirar proveito de uma situação de fato, alinhou o Programa de Emergência que implicaria maior peso da termelétricidade na nossa matriz energética, alterando-a com a construção prevista de 49 usinas movidas a gás natural.

Pensava-se, a princípio, que a iniciativa privada fosse a responsável por esse programa. Mas as empresas envolvidas só estão interessadas em intermediar a importação de gás da Bolívia, transportado em gasodutos construídos pela Petrobrás, com recursos dela mesma. A Petrobrás é que se responsabiliza por tudo, numa parceria em que os demais sócios só estão preocupados com os lucros ao intermediarem a importação do gás, pago em dólares.

As primeiras 15 unidades geradoras vão produzir um total de 2.750Mw. O custo da energia assim gerada é de 76 dólares o Mw, superior ao dobro do custo do Mw de origem hídrica – 32 dólares. A tarifa para o consumidor vai bater recordes, uma vez que os atravessadores na importação do gás exigem a sua indexação ao câmbio. Das duas, uma: ou o governo subsidiará o consumo, onerando as suas contas, ou deixará a sobrecarga nos ombros dos consumidores.

Os atravessadores

A segunda vertente dessa emergência é o Programa de Desenvolvimento e Comercialização de Energia Elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), com a participação da Eletrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que financiarão em até 80% a geração de 30Mw. Generosamente, a Eletrobrás comprará a energia produzida e desde já se compromete a entregá-la às empresas atacadistas que vão operar no chamado Mercado Atacadista de Energia (MAE), que o governo



O sistema hidrelétrico brasileiro, de que faz parte Itaipu, foi deixado à míngua de investimentos públicos e enfrenta agora dificuldades para corresponder à demanda domiciliar e industrial

brasileiro cria por inspiração de grupos nacionais e estrangeiros. Amplia-se, desse modo, a ação dos atravessadores.

Assim, energia deixa de ser insumo básico, estratégico, para se nivelar a qualquer mercadoria objeto de investidas especulativas.

Importação

Segundo previsão do governo, o PCH vai gerar 400 Mw/ano no próximo triênio. O financiamento, com prazo de 10 anos, terá *spread* de 2,5%, taxa de risco entre 0,5% e 2,5% e correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Além disso, a União assegura a empresas geradoras e atravessadores isenção da taxa de compensação financeira aos estados e municípios e do pagamento pelo uso das redes de transmissão e distribuição. Subsídio disfarçado.

Por fim, a terceira vertente é a importação de energia dos países vizinhos, também através de empresas privadas. O governo, assim, institucionaliza a ação dos atravessadores num setor estratégico da economia nacional.

O iminente racionamento de energia elétrica, principalmente nas regiões de maior densidade industrial do Brasil, tem como determinante incontestável o programa de privatizações. A melhor opção poderia ter sido a abertura do setor a empresas privadas,

que estivessem dispostas a fazer investimentos de maturação longa, e, ao mesmo tempo, preservar sob controle estatal as unidades geradoras já totalmente amortizadas e altamente lucrativas.

Na realidade, esse tipo de investimento nunca esteve nas cogitações, quer das empresas estrangeiras, quer de empresas brasileiras. Por isso, o governo optou por "torrar" as estatais, ao invés de investir na construção de novas hidrelétricas de médio porte, a resposta mais racional ao aumento da demanda de energia no país.

Em face do caos para o qual parece caminhar o setor elétrico, o governo de Fernando Henrique Cardoso insiste na privatização de Furnas Centrais Elétricas, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e de outras hidrelétricas. FHC só desistirá de tal intento quando a condenação ao Programa Nacional de Desestatização (PND) ganhar forte expressão política.

É exatamente essa possibilidade que mais preocupa o governo. Os argumentos dos privatistas, para justificar a entrega do patrimônio nacional às transnacionais, já não convencem nem mesmo os liberais de boa-fé, patriotas e intelectualmente honestos. Eles já chegaram à conclusão de que o PND não deu certo e funciona apenas como biombo a práticas que resultam no empobrecimento do Brasil.

Crise energética como gancho

O presidente Fernando Henrique Cardoso tenta atrair o movimento sindical para a causa da privatização de Furnas Centrais Elétricas. Propõe à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e à Força Sindical a absorção de ações da hidrelétrica e o repasse de seis bilhões de reais da Desvinculação de Receitas da União (DRU) como parte do pagamento da correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), subtraída pelos planos Bresser e Collor.

Espera-se que as lideranças sindicais estejam percebendo que a intenção oficial vai muito além do simples empenho em uma solução para o problema da correção surrupiada por dois planos malogrados em seus fins nada nobres. Parece, na verdade, que apenas se quer outra fatia do FGTS para tapar os rombos nas contas públicas, enquanto se dispõem 70% dos recursos do Fundo para ajudar na privatização de Furnas Centrais Elétricas.

Ao governo parece importar pouco que a crise de energia acabe por nocautear as atividades do setor real da economia, notadamente o parque industrial, localizado,

em sua maior parte, nas regiões onde se revela mais aguda a crise de abastecimento.

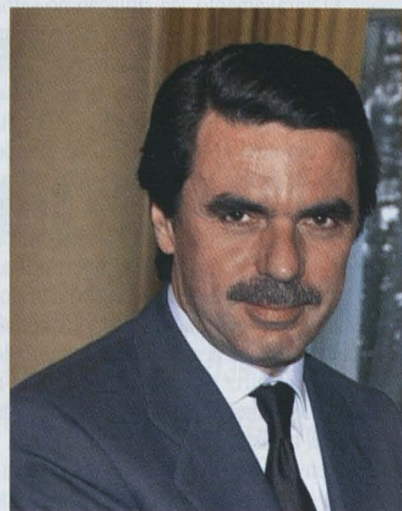
Pouco se lhe dá que as causas da crise de oferta desse insumo se localizem exatamente na falta de investimentos durante mais de 10 anos e no PND. Insiste-se na privatização também como forma de despertar a chamada confiança dos mercados e atrair novos recursos externos numa conjuntura muito difícil da economia mundial, a partir da crise econômica dos Estados Unidos. Captar recursos no mercado internacional em tal ambiente de dificuldades vai se tornando cada vez mais problemático, até mesmo sob a forma de investimentos diretos. Empréstimos junto aos bancos internacionais, mais complicado ainda.

De outra parte, as necessidades do governo para fechar as suas contas em 2001 beiram os 70 bilhões de dólares. A propensão da conta de mercadorias do balanço de pagamentos é de registrar novo déficit, bem maior que o do ano passado.

Por tudo isso, mantém-se o plano de internacionalizar o que resta do patrimônio nacional, aí incluídas as hidrelétricas, bens já amortizados, rentáveis e lucrativos, bem como a própria Petrobrás, como fontes de recursos para tapar parte do grande rombo nas contas externas. (Á. Queiroz) ■



A opção da energia nuclear (na foto, usinas de Angra dos Reis) sofre as restrições dos altos custos e das limitações de ordem política, inclusive de natureza ambiental



Aznar: maior controle social

EUROPA

ESPAÑA

Aznar preserva soberania

O PRIMEIRO-MINISTRO DA ESPANHA, José María Aznar, propôs à União Europeia (UE) um amplo debate sobre a presença dos governos nas empresas privadas que operam em segmentos-chave do setor industrial, como telecomunicações, petróleo, gás e eletricidade. O objetivo da proposta, segundo Aznar, é o aperfeiçoamento do Mercado Único.

No entender do governante espanhol, existem obstáculos ao pleno funcionamento do Mercado Único que resultam de posições muito diferenciadas diante dos princípios da livre concorrência e da livre circulação incorporados aos tratados.

Na carta em que encaminhou a proposta ao presidente da Comissão Europeia, o italiano Romano Prodi, José

FRANÇA

Maria Aznar fez referências à denominada "ação de ouro", que abre a intervenção de governos da administração de empresas, destacando como exemplos mais conhecidos a Telefónica, a Ibéria e as empresas do setor elétrico na Espanha; na França, a Électricité de France; a Eletricidade de Portugal e a telefônica holandesa KPN.

Nos três últimos casos, registraram-se intenções frustradas de fusões na Espanha com a Endesa, Hidrelétrica do Cantábrio e a Telefónica, respectivamente.

Em todos esses casos, o gabinete chefiado por Aznar teve de vetar as operações, sob a alegação de que é inviável qualquer privatização que venha a resultar no predomínio de um governo estrangeiro sobre o operador espanhol.

Já no setor trabalhista, José Maria Aznar quer ampliar o trabalho temporário. O governo impôs, por decreto, uma reforma da legislação trabalhista com o suposto objetivo de favorecer a criação de empregos.

O movimento sindical espanhol recebeu a notícia com veementes protestos, uma vez que o aumento do valor das indenizações para os contratos de trabalho temporário visa a desestimular as empresas a admitirem empregados sem carteira assinada e, assim, liberá-las dos encargos sociais e da estabilidade no emprego e dos salários.

O trabalho temporário, segundo ressaltaram os dirigentes sindicais, gera dificuldades nos casos de aluguel de casa e compra a crédito, porque não se sabe qual será a duração do emprego, o que impede que a renda declarada seja uma garantia irrecusável.

Atualmente, na Espanha, 70% dos jovens com idade até 30 anos trabalham em regime de contrato temporário ou precário, enquanto que na faixa etária entre 16 e 19 anos o contingente corresponde a 84%.

A nova legislação estabelece que nos contratos temporários será definida uma indenização correspondente a oito dias de salário por cada ano trabalhado – diferente dos contratos tradicionais, sem prazo definido, nos quais a indenização é de 45 dias por ano. ■



Lionel Jospin

Jospin recomenda prudência

O LÍDER SOCIALISTA DA FRANÇA, primeiro-ministro Lionel Jospin (foto ao lado), recomendou prudência aos que defendem a aceleração do processo de liberalização dos mercados, principalmente no setor energético. A liberalização, segundo entende Jospin, deve ser controlada, de forma a assegurar proteção aos interesses da coletividade e a igualdade de todos os cidadãos. "É preciso ter muito cuidado, para evitar que se repitam na Europa exemplos como o dos Estados Unidos", lembrou Jospin, numa alusão aos cortes de energia elétrica impostos à população da Califórnia por empresas privadas. Antes da reunião em que a questão seria debatida na União Européia, executivos de 46 das mais importantes empresas européias enviaram cartas aos governos dos Quinze, para que, no encontro de Estocolmo, se desse impulso real a essa liberalização dos mercados, "com vista a uma economia mais competitiva e mais dinâmica". ■

Fotos: AFP

ALEMANHA

Mais empregos, menos horas extras

A O PATROCINAR entendimentos entre patrões e empregados, em Berlim, o chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, obteve o compromisso de líderes empresariais para contenção do abuso das horas extras. O objetivo do governo é obter a criação de novos empregos.

Embora tenha sido pequeno o número de acordos concretos, a sétima rodada de negociações do Pacto pelo Emprego, entre governo, representantes dos trabalhadores e lideranças industriais, encerrou-se com uma declaração de otimismo por parte do chanceler. O presidente da Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB), Dieter Schulte, propôs a redução, até o fim deste ano, de 25% do 1,9 bilhão de horas extras trabalhadas em todas as empresas.

Isto significaria, segundo o dirigente sindical, a abertura do mercado de trabalho para 250 mil desempregados. O patronato, representado pelo presidente da União da Indústria e do Comércio, Ludwig-George Braun, recusou a proposta, alegando que não seria recomendável a fixação de metas numéricas. ■



Sindicalistas alemães mostram-se preocupados com o desemprego e querem criação de novas vagas

AMÉRICA LATINA

PERU

Do café para a coca

A Queda dos preços internacionais do café, que chegou a atingir em março o seu nível mais baixo nos últimos sete anos, pode provocar o ingresso de muitos camponeses peruanos ao cultivo ilegal da coca, advertiu um dos especialistas do assunto na selva amazônica, Roger Rumrill, região onde os narcotraficantes obtêm sua matéria-prima. O preço da folha de coca subiu dois dólares por quilo e é possível que muitas plantações ilegais, abandonadas dentro da política de promoção de cultivos alternativos, sejam reabilitadas nos próximos meses, disse o especialista.

"Se o governo não puser em prática um plano de emergência, a maioria dos produtores de café vai abandonar as plantações legais para dedicar-se a outra coisa", acrescentou o presidente da Junta Nacional de Café, Raul del Águila, que representa os agricultores, torrefadores e comerciantes do ramo. "Em muitas zonas produtoras, paga-se o café entre 42 e 57 centavos de dólar por quilo, preços que cobrem apenas 60% do custo de produção", informou Águila.

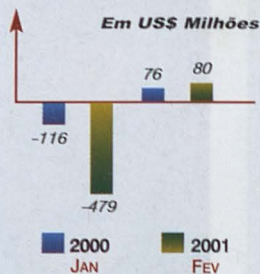
O Peru terá este ano uma colheita de 160 mil toneladas de café, ligeiro aumento em relação ao ano passado, quando atingiram 155 mil toneladas, de acordo com os cálculos da Junta Nacional. O país, segundo Águila, tem produção pouco significativa no plano mundial, ao redor de três milhões de sacas de 46 quilos, diante da produção conjunta do Brasil, Colômbia, Vietnã e Índia, que soma 74 milhões de sacas. Este ano, a produção mundial de café alcançará 6,9 milhões de toneladas, em consequência do maior rendimento das plantações jovens do Brasil e das favoráveis condições climáticas na Colômbia, segundo análise do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

A estratégia para obter preços competitivos é aproveitar certos nichos do mercado, como o do café orgânico, cultivado sem adubos químicos, recomendada a junta peruana.

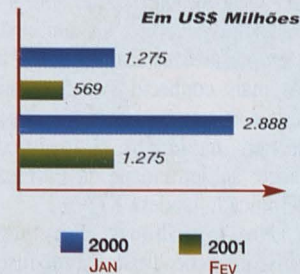
Apesar de sua escassa participação no mercado exterior, o café tem importância social e política no Peru, por se tratar do cultivo legal de maior peso na floresta amazônica, ocupando hoje 130 mil famílias. No auge do cultivo da coca, no começo dos anos 90, estimava-se que 346 mil famílias se dedicavam a essa colheita, que foi perdendo terreno para cultivos alternativos, especialmente o de frutas. ■

Indicadores Brasil 2001

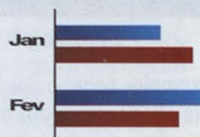
Balanco Comercial



Investimentos Diretos



Inflação



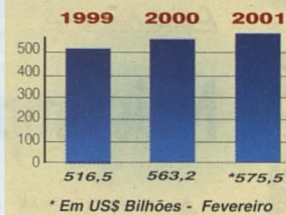
Reservas Cambiais



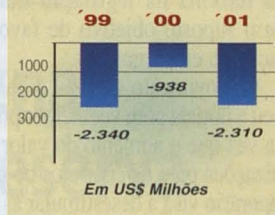
Em % - IPCA
Em % - IGP-DI

Em Janeiro
Em Fevereiro
* Em US\$ Milhões

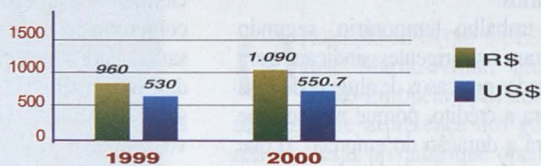
Dívida Pública Interna



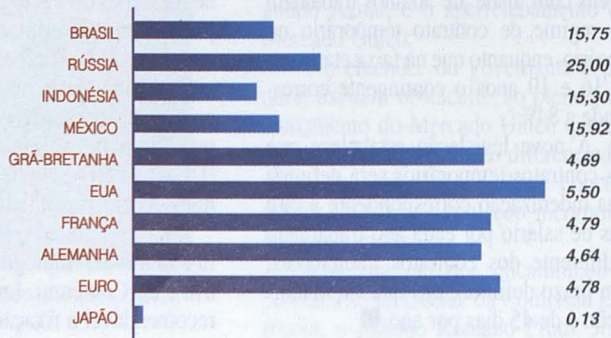
C/C - Balanço de Pag.



PIB (em %)



TAXAS DE JUROS (% ao ano)



Fotos: AFP



A cantora colombiana Soraya celebrou o Dia da Mulher, em 8 de março, com um ato de conscientização. Vítima do câncer de mama, Soraya participou de passeata em São José, na Costa Rica, que visou divulgar a necessidade de cuidados e exames periódicos por parte das mulheres, como forma de prevenir e tratar o mal a tempo

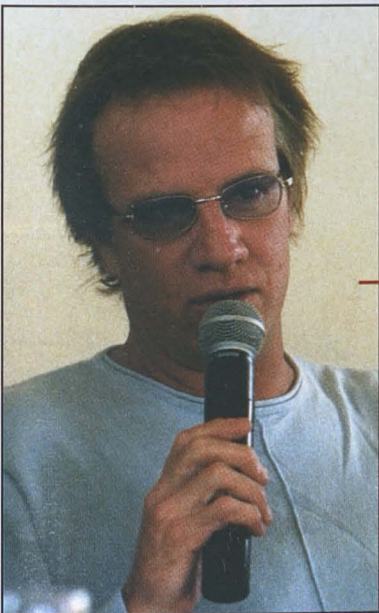


A cantora pop Googoosh deu um concerto em Dubai, em março, marcando sua volta ao mundo árabe, após mais de duas décadas de silêncio imposto pela Revolução Islâmica de seu país, o Irã. Ela já foi admitida em um país islâmico, como é o caso dos emirados, mas ainda não teve autorização para se apresentar na sua terra natal, que considera a música moderna uma afronta à religião

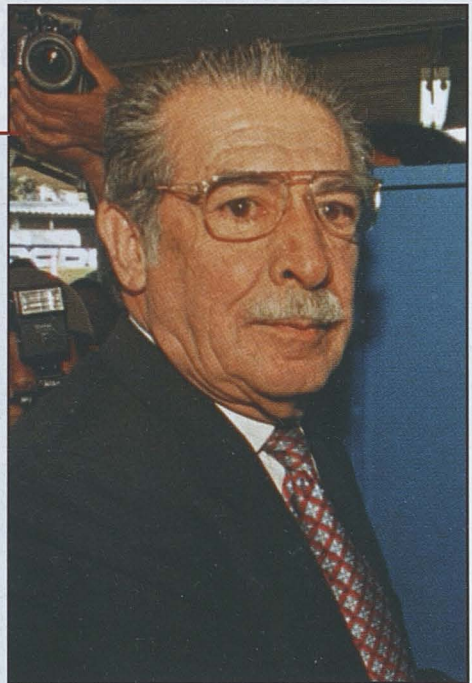
Filha de Itzak Rabin, ex-primeiro-ministro israelense assassinado, a deputada Dalia Rabin-Pelossof, de 50 anos, foi escolhida para compor o grupo de trabalhistas que atuarão no gabinete presidido pelo direitista Ariel Sharon, na coalizão de união nacional proposta pelo novo governo. Dalia atua como vice-ministra de Defesa, um cargo com implicações diretas sobre a questão palestina. A interrupção do processo de paz poderá ter reflexos na aliança de governo



Ex-ditador e atual presidente do Parlamento da Guatemala, Efraim Rios Montt será cassado por decisão da Justiça. O militar e mais 23 deputados da Frente Republicana, governista, alteraram, de forma ilegal, a lei que controlava a venda e distribuição de bebidas alcoólicas. Políticos e grupos de direitos humanos saudaram a medida como um passo contra a impunidade



O ator Christopher Lambert anunciou em Tegucigalpa, Honduras, a construção do hotel The Iguana Bay Kempinski Resort, na ilha de Guanaja. Ele é um dos sócios do projeto que custará mais de 17 milhões de dólares, em parte financiados pelo Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). O hotel será de ecoturismo, por decisão de Lambert, que já foi Tarzã nas telas



Fotos: AFP

Oriente Médio

Reconciliação árabe

No final de março, a Liga Árabe reuniu-se na capital jordaniana, Amã, na primeira conferência conjunta desde a Guerra do Golfo, há dez anos. O pano de fundo da reunião foi o recuo das negociações de paz entre israelenses e palestinos, motivado pelas mudanças políticas em Tel Aviv e pela nova postura do governo norte-americano.

O fato ocorre em um período em que os países árabes desenvolvem uma intensa aproximação mútua, renunciando a constituição de uma frente ativa ante os desafios que se apresentam à comunidade. Em Amã ficou clara essa atitude, com o posicionamento pacificador do Kuwait diante do Iraque, o que levou à constituição de uma comissão, presidida pelo rei Abdúlá, da Jordânia,

para buscar a formalização da paz entre ambos os países. "No Kuwait também sentimos a dor do povo iraquiano. Lamentavelmente, sempre se disse que o nosso país seria contrário ao levantamento das sanções contra o Iraque. Não é verdade: estamos de acordo com sua suspensão", afirmou o chanceler Sabah al Ahmad. O Kuwait e a Arábia Saudita anteciparam o apoio ao Iraque contra o embargo econômico imposto pela ONU por pressão ocidental.

A cúpula árabe encerrou-se com a declaração formal de apoio à Intifada palestina e a promessa de 240 milhões de dólares de ajuda à Autoridade Nacional Palestina, presidida por Arafat.

Os países árabes decidiram ainda retomar o boicote regional a Israel, que estava



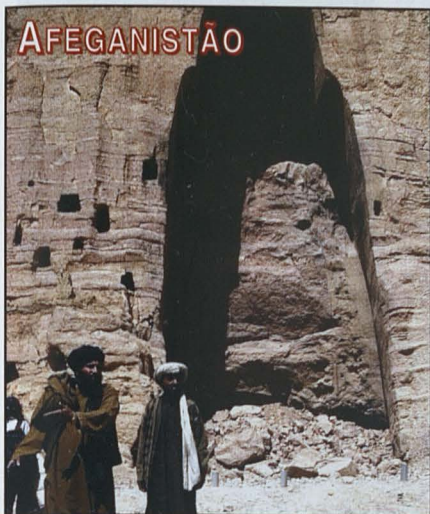
O vice-presidente do Iraque, Izzat Ibrahim (esq.), o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat (centro) e o líder líbio Moamar Kadhafi entram na sala de deliberações em Amã, durante a reunião de cúpula árabe, a primeira desse nível a se realizar desde 1990

suspensão há oito anos, a partir do início das negociações de paz. Estas medidas foram definidas como um "alerta a Israel contra qualquer tenta-

tiva de impedir a paz ou ignorar os fundamentos e princípios que vinham impulsionando o processo de pacificação". ■



Moradores do sul do Líbano celebraram em março a concretização do projeto que bombeia água do rio Wazzani, na fronteira com Israel. O Líbano começou a utilizar esse afluente do rio Jordão para o fornecimento a duas comunidades agrícolas da região. As autoridades israelenses se opunham ferrenhamente ao projeto, já que o rio desemboca no Mar da Galiléia, a principal fonte de água do Estado de Israel



Comandantes das milícias Talibãs montam guarda em frente ao local onde as gigantescas imagens de Buda foram destruídas em Bamiyan, região central do Afeganistão. Apesar do clamor internacional em favor de sua preservação, os talibãs – fundamentalistas islâmicos – demoliram todas as estátuas de Buda existentes no país, utilizando dinamite, foguetes e artilharia pesada, durante vinte dias. A maior parte das obras de arte históricas do museu nacional de Kabul também foi destruída

China

Armas e espionagem provocam controvérsia com Washington

A questão de Taiwan foi um dos assuntos mais importantes discutidos na recente visita do vice-primeiro-ministro chinês Qian Qichen aos Estados Unidos. Taiwan fez a Washington um pedido de compra de armas, argumentando ser essencial para sua segurança. A China, contudo, considera que a venda destas armas – barcos equipados com o avançado sistema de combate Ae-

dis seria um obstáculo imposto pelos EUA à reunificação da China com a província renegada.

Poucos dias após a visita de Qian, um avião-espião dos EUA derrubou um caça de Beijing e forçou um pouso não autorizado em território chinês, sendo logo apreendido com sua tripulação.

Dias antes, a China anunciara a próxima assinatura de um tratado político com a Rússia, o primeiro em 50 anos. ■

Bush (D) cumprimenta Qian Qichen, mas foge ao olho no olho. Nove dias depois, em 31 de março, um avião-espião dos EUA derrubou um caça chinês e pousou na Ilha de Hainan, sem autorização das autoridades comunistas e alegando estar avariado, o que não se confirmou. Só no quarto dia, Beijing permitiu o contato de diplomatas norte-americanos com os 24 prisioneiros



Paquistão

Nova imagem

O governo militar do Paquistão anunciou no início de março a nomeação de Qadeer Khan, considerado o pai da bomba atômica do país, e seu colega Ashfaq Ahmed, presidente da Comissão de Energia Atômica do Paquistão, como assessores de Ciência e Tecnologia do Estado. Contudo, aquilo que parece uma ascensão reflete apenas o afastamento de ambos os cientistas dos principais cargos no programa nuclear do país, demonstrando a vontade de mudar a imagem do Paquistão diante da comunidade internacional.

Os dois foram as principais figuras

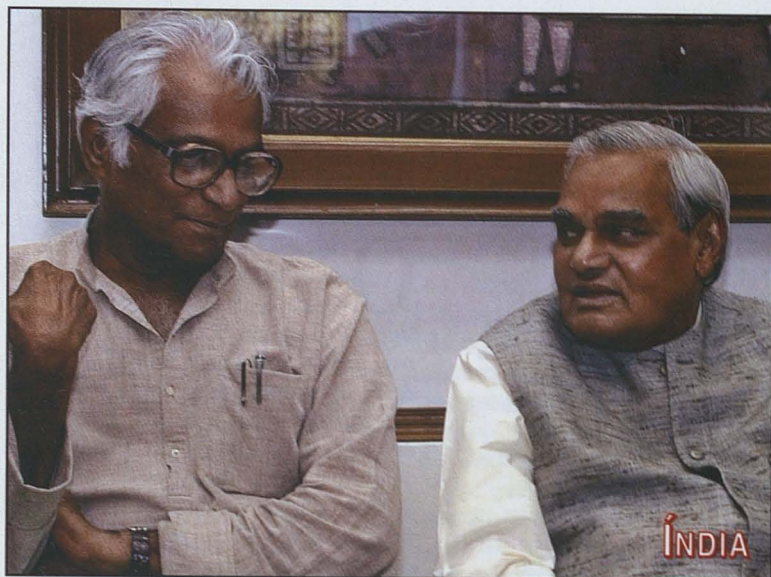
durante os testes nucleares do Paquistão realizados em maio de 1998, como resposta aos testes feitos, no mesmo mês, pela vizinha e rival Índia. Khan, vinculado ao programa nuclear paquistanês desde seu início, há 27 anos, anunciou que não aceitará o novo cargo.



Qadeer Khan: bomba em baixa cargo.

Analistas políticos acreditam que os dois foram “descartados”, porque suas posturas radicais em relação ao programa nuclear paquistanês, comprometiam o governo. Uma série de declarações públicas de Khan sobre a capacidade de ataque nuclear do Paquistão contribuíram para aumentar a tensão com a Índia, no conflito pela província da Cachemira.

Para o Paquistão é fundamental despojar-se de posturas radicais em assuntos de Defesa, em um momento em que sua economia se encontra afetada pelas sanções internacionais impostas após os ensaios nucleares de 1998. Os principais administradores econômicos do país, como o presidente do Banco Central, Ishrat Hussain, exigem que o governo assine o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT) para salvar a economia. ■



O primeiro-ministro indiano Atal Behari Vajpayee (dir.) anunciou uma profunda investigação sobre o escândalo dos subornos que levou à renúncia do ministro da Defesa, George Fernandes (esq.) e paralisou o Parlamento. Vários militares e altos funcionários foram filmados recebendo subornos de jornalistas que se fizeram passar por vendedores de armas. Desde 19 de março, o chanceler indiano, Jaswant Singh, passou a acumular, temporariamente, o Ministério da Defesa. Em quatro meses terão que ser apresentados os resultados do inquérito

As mulheres japonesas conseguiram uma vitória na sua luta contra a violência e o assédio sexuais. A partir de março, os trens noturnos da empresa Keio Teito que saem da estação Shinjuku, em Tóquio, terão vagões só para mulheres. A Keio, que é o maior conglomerado privado a operar trens de passageiros no Japão, após numerosas denúncias de agressões a usuárias, muitas das quais entraram na Justiça contra a empresa, concordou em atender a essa reivindicação, apoiada pelos juízes



Ilhas Fiji

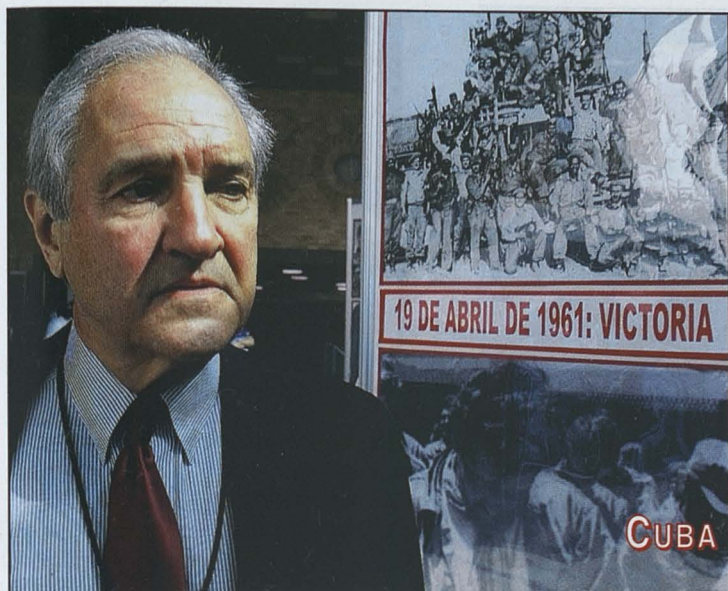
Governo questionado

Habitantes das Ilhas Fiji, na Melanésia, no mar Karo, estão indignados com a decisão do presidente Ratu Josefa Iloilo de reinstalar um governo imposto pelos militares, mesmo tendo sido declarado ilegítimo pelo Poder Judiciário desse arquipélago, habitado pelo menos há quatro mil anos. Um tribunal de Apelações considerou ilegal o governo do primeiro-ministro interino Laisenia Qarase, içado ao poder pelas Forças Armadas depois do golpe de Estado que derrubou Mahendra Chaudry, no ano passado. O Tribunal entendeu que Iloilo e seu grupo, sem contar com a aprovação da maioria dos fijianos, passaram por cima da Constituição aprovada em 1997.

A Constituição garantia a participação de todas as etnias da ilha na vida social e política do país e, nesse quadro, foi eleito o governo encabeçado pelo primeiro-ministro Mahendra Chaudry, primeiro político aborígine que chegou a esse cargo. Mais da metade dos 700 mil habitantes do país são melanésios e 45% são descendentes de trabalhadores trazidos da Índia durante o domínio colonial da Inglaterra, para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar.

A organização não-governamental Foro Constitucional de Cidadãos (CCF) planeja entrar com uma ação na Corte Suprema contra a destituição de Chaudry, a designação ilegal de Qarase e a nomeação do gabinete ministerial. O CCF pediu ao Grupo de Ação Ministerial da Comunidade Britânica das Nações e aos representantes diplomáticos em Fiji e a ministros de Relações Exteriores estrangeiros que declarem o governo de Qarase ilegal, inaceitável para a comunidade internacional. O único argumento de Iloilo é que Laisenia Qarase contava com o apoio do Grande Conselho de Chefes, integrado por líderes tradicionais da aldeia, que representaria a maioria da população. Essa tese não convenceu o Tribunal de Apelações para o qual a maioria dos fijianos não acata mais as decisões do Grande Conselho, como acontecia no passado.

No momento, a situação política que se vive em Fiji é de grande tensão e instabilidade. "As ações de Iloilo serão submetidas à apreciação do Poder Judiciário que, com certeza, as declarará ilegítimas. Desta vez, os que estão no poder terão que escutar os tribunais", assinalou Jose Dakuvula, dirigente do CCF. ■



Alfredo Duran, que participou em abril de 1961 da invasão da baía dos Porcos, chamada pelos cubanos de Playa Girón, observa exposição de fotografias que celebra a vitória obtida pelas tropas cubanas comandadas por Fidel Castro. A mostra foi montada no Palácio das Convenções de Havana, em março, quando se comemoravam os 40 anos do ataque patrocinado pela CIA. No local, realizou-se um seminário de caráter acadêmico, que contou com delegações dos EUA e de Cuba. Estudiosos e participantes diretos analisaram pormenores daquele fato histórico. Duran era membro da Brigada de Assalto 2506, que desembarcou em Playa Girón, foi detido e mais tarde trocado por alimentos para as crianças cubanas. Ele vive em Miami e voltou a Cuba para participar da conferência, que contou também com a presença de autoridades norte-americanas que, na época, tiveram ingerência nos episódios que se desenrolaram em Playa Girón

Chile

Continua processo contra Pinochet

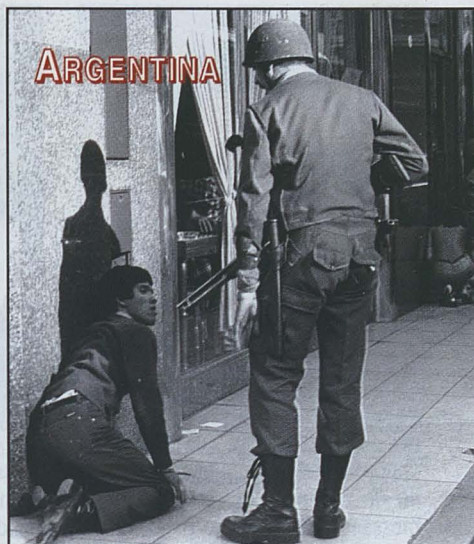
A Corte de Apelações de Santiago aprovou em 14 de março a liberdade provisória do ex-ditador Augusto Pinochet, mediante pagamento de uma fiança de seis mil dólares. Os advogados de acusação, que não apresentaram objeções, garantiram que a decisão não vai interromper o andamento do processo movido por crimes contra os direitos humanos. O presidente Ricardo Lagos assinalou que a liberdade provisória de Pinochet é apenas mais um passo em "um processo que será bastante longo".

Para recuperar a liberdade, o general teve que cumprir todos os trâmites normais: ser fotografado de frente e de perfil e tirar suas impressões digitais, obrigação considerada vexatória pelos partidários de Pinochet. Os passos fundamentais do processo – a ratificação ou

revogação do julgamento – ocorrerão na Corte Suprema de Justiça do Chile.

Joyce Horman, viúva do jornalista norte-americano Charlie Horman, assassinado logo após o golpe militar no Chile, em 1973, não desiste de incriminar os responsáveis pela morte do seu marido. O crime inspirou o diretor Costa-Gavras a filmar, em 1982, *Missing, desaparecido*. Satisfeita com a prisão de Pinochet, Joyce segue alimentando esperanças de incriminar Henry Kissinger, então secretário de Estado norte-americano, acusado de cumplicidade no golpe de Estado contra o socialista Salvador Allende.

O processo está interrompido por falta de evidências, devido às dificuldades impostas pelo governo norte-americano ao acesso a documentos oficiais sobre o assunto. ■



A fotografia tomada em Buenos Aires, Argentina, sem data definida, mostra a repressão durante a ditadura militar. Este ano se completaram 25 anos do golpe de Estado de 24 de março de 1976 e a data foi lembrada com grandes manifestações de repúdio. No início de março, o juiz federal Gabriel Cavallo decidiu que os acusados de crimes durante esse período não podem recorrer em sua defesa às Leis de Ponto Final e de Obediência Devida, em uma causa sobre o desaparecimento de um casal e seu bebê. Em 1990, após cinco anos de detenção, os comandantes militares foram anistiados por Menem. Mas, um a um, foram sendo presos novamente, acusados em processos por seqüestros de bebês, crime não previsto no indulto. A decisão do juiz Cavallo pode ser um outro marco para se restabelecer a verdade na Argentina



Mulheres indígenas participam da marcha de protesto contra o governo, que não cumpriu suas promessas em favor dos camponeses, em Assunção, Paraguai. Milhares de camponeses, na sua maioria indígenas, exigiram a renúncia do já debilitado governo do presidente Luis Gonzalo Macchi, considerado "incapaz" por grande parte da oposição

Honduras

Crítica
a embaixador

Organizações de direitos humanos de Honduras rechaçaram a nomeação do novo embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas, John Negroponte, acusado de vínculos com atos de repressão e tortura nesse país centro-americano. Negroponte foi embaixador dos EUA em Honduras entre 1981 e 1985 e é acusado de conivência com assassinatos, seqüestros e torturas feitos pelo exército hondurenho.

“Foi uma surpresa, pois consideramos Negroponte a conexão entre as políticas do Pentágono e os militares hondurenhos que violavam os direitos humanos”, afirmou Andrés Pavón, diretor do Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos em Honduras. As organizações enviaram um documento para a embaixada dos Estados Unidos em Tegucigalpa, protestando contra a nomeação. Pavón garante que sua organização tem depoimentos de altos militares hondurenhos revelando o envolvimento de Negroponte com a repressão. Outros grupos de direitos humanos sustentam que militares hondurenhos receberam treinamento da Agência Central de Inteligência (CIA), dos Estados Unidos, intermediados por Negroponte.

Alheio a todas as acusações, Bush anunciou que o controvertido diplomata será um “membro-chave” da sua equipe de política exterior. Contudo, para representar o país na ONU, Negroponte ainda será submetido a uma sabinina do Senado, que deve dar o aval. O porta-voz da Casa Branca, Richard Boucher, garantiu que o embaixador poderá esclarecer qualquer dúvida sobre seu passado em Honduras. ■

México

Diálogo complicado

Após quase terem voltado para Chiapas, acusando o presidente e os parlamentares de lhes dirigir um tratamento indigno, os comandantes zapatistas finalmente conseguiram discursar na tribuna do Parlamento, num gesto inédito na história do país. No Congresso, eles defenderam a lei que garante direitos e autonomia aos mais de 10 milhões (10% da população) de indígenas do México.

Justificando a ausência do subcomandante Marcos, o único não-indígena da liderança, a comandante Esther disse: “Alguns pensaram que a tribuna seria ocupada pelo sub Marcos e que ele daria a mensagem central dos zapatistas. Não é assim. O subcomandante é só isso, um subcomandante. Nós somos os comandantes.”

Com os rostos como sempre encapuzados, os comandantes Esther, David, Zebedeo e Tacho discursaram para cerca de 150 deputados e uma multidão de jornalistas e populares a partir da tribuna principal, ocupada apenas por ministros e chefes de Estado.

Segundo Esther, o país está “balcanizado”, dividido por causa das enormes diferenças entre ricos e pobres. Ela elogiou a atitude do presidente Vicente Fox, que ordenou a retirada dos soldados das últimas bases militares de Chiapas, território zapatista. A desmilitarização da região era uma das exigências para o reinício das conversações. ■



Esther: 'Nós somos os comandantes'

“Tenho esperanças de que vocês possam fazer uma lei para que todos os povos sejam reconhecidos pela Constituição”, disse, por sua vez, o comandante Tacho.

Desde a chegada dos 24 líderes zapatistas à capital, em 11 de março, após uma marcha a partir do estado de Chiapas, no sul do país, a possibilidade de acordo vinha se revelando cada vez mais difícil. O subcomandante Marcos acusou Fox de não demonstrar interesse real na paz, fazendo apenas promessas, e recusou a proposta de uma reunião pessoal, afirmando que o desejo de Fox era apenas “a foto”. As negociações dos zapatistas com o governo tinham sido suspensas em 1996. Desde que assumiu, em dezembro de 2000, Fox já retirara quatro dos sete destacamentos militares que pedia o EZLN e impulsionara a libertação de 86 presos zapatistas.

O projeto de lei de autonomia indígena defendido pelo EZLN foi elaborado em 1996 por uma comissão do Congresso, após negociações com os zapatistas. ■

GUIANA



A vitória nas recentes eleições na Guiana do candidato do Partido Popular Progressista, o presidente Bharrat Jagdeo (foto) – que pleiteava a reeleição, está sendo contestada nas ruas. Importantes segmentos da população exigem como mínimo a recontagem dos votos e denunciam numerosas irregularidades. Jagdeo obteve uma diferença de 45 mil votos sobre Desmond Hoyle, do Congresso Nacional do Povo. A tensão gerada pela insatisfação de uma parte da população com o resultado eleitoral paralisou o país

Zâmbia

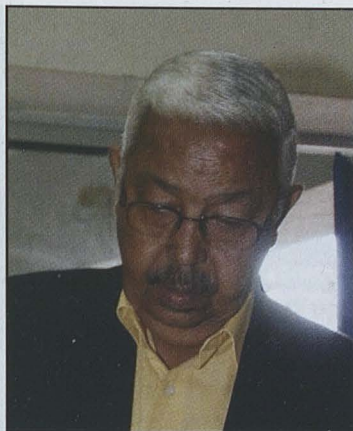
Chiluba quer continuar no poder

O presidente da Zâmbia, Frederik Chiluba, sempre assegurou que deixaria o cargo de forma voluntária, como fizeram os ex-presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, e Néelson Mandela, da África do Sul. Entretanto, ele não vem demonstrando intenção de cumprir esta promessa, e já afastou dois ministros que se opuseram a sua segunda reeleição. Este é um problema comum nos países africanos. "Uma vez que um líder chega ao poder, considera-o muito prazeroso e acaba se viciando. Tudo se trata de privilégios", explica Greg Linnigton, cientista político da Universidade do Zimbábue.

Quando os partidários de Chiluba iniciaram uma campanha para modificar a Constituição e permitir que o presidente assumisse o terceiro mandato consecutivo, o ministro de Governo, Ackson Sejani, e o vice-ministro de Interior, Edwin Hatembo, fizeram um apelo a Chiluba para que respeitasse a Constituição, mas não foram atendidos, e acabaram perdendo seus cargos.

Várias organizações assinaram uma declaração pedindo a Chiluba que desistisse de concorrer ao terceiro mandato. As organizações rejeitam a intenção do presidente de realizar um referendo sobre o assunto e exigiram respeito à Constituição, uma das suas promessas de campanha.

O segundo mandato de Chiluba termina em novembro, quando serão realizadas novas eleições presidenciais. Enquanto a situação está dividida sobre a possibilidade de mais uma reeleição, os seis principais partidos de oposição formaram uma aliança para a disputa das urnas. ■



Pedro Pires (esq.) foi eleito presidente de Cabo Verde, com uma diferença de apenas 17 votos sobre o antigo rival, Carlos Veiga (dir.), que pediu recontagem dos votos

Cabo Verde

Pires é eleito presidente

O ex-primeiro-ministro Pedro Pires foi eleito presidente de Cabo Verde, com uma diferença de apenas 17 votos sobre o antigo rival Carlos Veiga, segundo anúncio da Comissão Eleitoral Nacional (CNE). Pires obteve 75.828 votos, o que representa 49,43% do total, contra 75.811 de Carlos Veiga, apenas 0,01% a menos. A eleição teve um alto índice de abstenção: 59% dos 260 mil eleitores aptos não compareceram às urnas. Os votos brancos ou nulos superaram 1%.

No entanto, o presidente da CNE, Adriano Freire, advertiu que o resultado oficial pode sofrer alterações, já que ambos os candidatos apresentaram recursos à Suprema Corte, alegando irregularidades em diversas zonas eleitorais. A Suprema Corte está "analisando definitivamente" os recursos apresentados, mas não informou quando será anunciada a decisão.

Veiga e Pires, que dominam a política do país desde a independência de Portugal, em 1975, enfrentaram-se em 25 de fevereiro, depois de nenhum ter saído vitorioso no primeiro turno. Os dois ex-primeiros-ministros lutam para ocupar o cargo que foi ocupado, durante dois mandatos de cinco anos, por António Mascarenhas Monteiro.

Pires, do antigo Partido Africano pela Independência de Cabo Verde (PAICV), socialista, foi primeiro-ministro desde a independência até 1990, quando perdeu para Veiga na primeira eleição pluripartidária realizada no país. Veiga foi primeiro-ministro pelo Movimento Pela Democracia (MPD), fundado por ele, tendo renunciado em 2000 para preparar sua candidatura à Presidência.

Após uma década na oposição, o partido de Pires venceu também as eleições parlamentares, prometendo lutar contra a pobreza. ■

Quênia

A luta contra a fome

O Quênia precisa de 196 mil toneladas de alimentos para matar a fome de mais de quatro milhões de pessoas até o mês de junho próximo, devido à seca que faz três anos castiga o Leste da África. O cálculo foi feito pelo Programa

Alimentar Mundial (PAM), da Organização das Nações Unidas. As populações atingidas pelo flagelo estão concentradas principalmente no Norte do Quênia. Só o Programa de Distribuição nas escolas precisa de alimentos para mais de um milhão de crianças que vivem em 12 distritos. Em todo o ano 2000, o PAM distribuiu 230 mil toneladas de comida por mês para mais de quatro milhões de quenianos. Depois da Etiópia e Coréia do Norte, segundo destacou o comunicado, essa foi a terceira operação mais importante deste programa da ONU. ■



Fotografias de vários vencedores de Prêmios Nobel estão em exibição na exposição 'Culturas da criatividade' organizada em Estocolmo para comemorar o centenário da instituição desse famoso prêmio. Mais de 200 laureados estão sendo aguardados para a cerimônia oficial da comemoração, em dezembro deste ano

Turquia

Demissão em massa de jornalistas

Mais de mil jornalistas, de um total de quatro mil profissionais de diferentes áreas dos meios de comunicação da Turquia, foram demitidos do emprego, sob a alegação de que não poderiam ser mantidos em suas funções diante da crise financeira que se abateu sobre o país. O presidente da Associação de Jornalistas Turcos, Nail Gureli, classificou como "massacre" a medida tomada pelos proprietários dos jornais e emissoras de rádio e televisão turcos, que jogaram nas costas dos profissionais de imprensa o ônus dos erros cometidos pelo setor empresarial.

Os demitidos, informados com a atuação dos seus órgãos representativos, criaram um conselho, integrado por 500 membros da categoria, para levar adiante sua campanha de protesto. Já foram ao ministro do Trabalho, Yasar Okuyan e, em seguida, reuniram-se no Parque Abdi Ipekci, de Istambul, que tem o nome de um jornalista assassinado em 1980 pelo terrorista de ultradireita Mehmet Ali Agca, o mesmo que um ano depois atirou no papa João Paulo II, no Vaticano. De lá, marcharam até a redação do *Diário Sabah*, convertido em símbolo da corrupção.

A Turquia desvalorizou este ano sua moeda, a lira, ponto culminante de uma crise econômica que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a organizar, em dezembro, um pacote de ajuda financeira de 10 bilhões de dólares para assegurar os compromissos internacionais do governo. O professor Ragip Duran, da Universidade Galatasaray, de Istambul, sustenta que os proprietários dos veículos de comunicação invocaram a crise econômica para justificar sua decisão, mas muitos jornalistas demitidos estavam denunciando a onda de corrupção no país. Isso demonstra que "existem motivos políticos por trás das demissões", disse.

Os poucos conglomerados de empresas que têm interesse no sistema bancário, turismo, saúde e no futebol, controlam a maioria dos meios de comunicação – dez jornais de alcance nacional, 17 canais de televisão privados e um grande número de emissoras de rádio. Na Turquia, existem poucos jornais independentes, de limitada circulação. ■



Este palacete do falecido ditador do Zaire, Mobutu Sese Seko, em Savigny, Suíça (a fotografia é de março de 1997) será vendido por decisão da Justiça federal de Berna, que também determinou que o dinheiro seja usado para pagar os impostos atrasados. A venda deverá ser o quanto antes, para se evitar que a propriedade continue a deteriorar-se. Ela está fechada desde 1997, por determinação do novo governo do Congo Democrático, atual denominação do antigo Zaire

União Européia

Integração militar

Qualificada como “revolução militar da Europa” pelo Centro da Reforma Européia (CER), de Londres, a cooperação militar entre os países da União Européia (UE) está avançando a passos largos. Largos demais, segundo os críticos. A criação de novas instituições e o compromisso para que a UE disponha, já em 2003, de uma Força de Reação Rápida, capaz de lançar 60 mil homens em uma missão, são exemplos do avanço do processo. Há dúvidas, contudo, sobre os possíveis progressos correlatos nos campos político e diplomático.

A atuação européia no Kosovo, onde foi preferível fazer a guerra a adotar uma política comum contra Milosevic, teria demonstrado, segundo o renomado Instituto de Estudos de Segurança da UE, que é mais fácil estabelecer a cooperação no terreno militar do que no campo diplomático. E mesmo assim os especialistas advertem que a “revolução militar” é limitada pela falta de capacidade logística e o atraso nas pesquisas. Para se tornarem independentes dos Estados Unidos no desenvolvimento de operações militares, os europeus terão que superar suas carências em satélites e meios de transporte, entre outras.

Para consolidar a Política de Segurança e Defesa Comum (PSDC) seria necessário ainda explicá-la mais abertamente a todos os cidadãos europeus, e esta é justamente uma das grandes dificuldades. Hoje são poucos os que querem se aprofundar na discussão das necessidades e motivos de uma ação militar unificada ou sequer pensar em submeter esta política a um controle democrático.

Entre os obstáculos está, por exemplo, a participação dos países da UE na Otan. É impossível disfarçar que uma maior autonomia militar européia significaria desvalorizar o tratado, ainda que a Europa ainda possa permanecer dependente dos Estados Unidos por muitos anos. Os norte-americanos insistem em que as ações militares européias continuem concentradas na OTAN. ■



FRANÇA

Duas imigrantes ilegais, a chilena (porém nascida na França) Tania Valenzuela, e Maissa, da Argélia, começaram uma greve de fome em Villeurbanne, perto de Lion, no sul da França, reivindicando o direito de ficar naquele país. Outros imigrantes – argelinos, marroquinos, tunisinos e chilenos – também aderiram à greve de fome



ESPAÑA

O escritor francês Dominique Lapiere (esq.) e o jornalista espanhol Javier Moro posam diante do cartaz que anuncia a novela de ambos, 'Era meia noite em Bhopal', baseada no mais catastrófico acidente industrial da história: o escapamento de gases tóxicos em Bhopal, Índia, em dezembro de 1984. A empresa norte-americana Union Carbide, dona da fábrica, foi responsável por 30 mil mortes e centenas de milhares de intoxicados



FRANÇA

O socialista Bertrand Delanoë tornou-se o primeiro socialista a se eleger prefeito de Paris em 130 anos. Com a sua vitória nas urnas, em março, ele desalojou do poder da capital da França os conservadores ligados ao atual presidente Jacques Chirac, que desde 1977 controlavam o Hotel de la Ville (a Prefeitura), o mais importante cargo político, depois da presidência e da chefia do governo

Exemplo mais acabado de país que se rendeu ao neoliberalismo, a Argentina se entrega outra vez ao arquiteto de sua economia dolarizada e parece a caminho da paralisia

O CONGRESSO DA ARGENTINA concedeu poderes especiais ao novo ministro da Economia, Domingo Cavallo, mas impôs rédeas curtas. Cavallo poderá aumentar ou reduzir alíquotas de impostos, fundir ou extinguir ministérios, usar a arrecadação tributária como garantia de pagamento de títulos da dívida pública, reorganizar a administração pública em geral, submeter servidores de instituições e de organismos descentralizados à legislação trabalhista que rege as relações de trabalho na iniciativa privada e



Um vulcão ao sul

aperfeiçoar as normas de descentralização da economia, revogando ou alterando leis que afetem a competitividade das empresas privadas.

O texto original da Lei de Competitividade encaminhada pelo Poder Executivo sofreu alterações na Câmara dos Deputados. Assim, Cavallo não poderá privati-

zar empresas públicas, instituições financeiras oficiais, universidades e órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos. Deverá manter os direitos adquiridos dos funcionários públicos, cuja estabilidade obedecerá ao prazo de um ano e não poderá revogar legislações previdenciária, trabalhista, tributária e penal, da Lei de Con-

versibilidade e dos Códigos Civil e de Comércio, bem como as isenções tributárias que beneficiam os produtos da cesta básica e as economias regionais.

O objetivo da Lei de Competitividade, segundo proclamou Domingo Cavallo, é elevar em 20% os índices de produtividade, principalmente na indústria, sem a



Fotos: AFP

Trabalhadores e desempregados marcharam pelas ruas de Buenos Aires para exigir a renúncia de Cavallo e do presidente De la Rúa e a mudança do modelo econômico.

Os sindicatos convocaram greves e mobilizações em todas as províncias e o clima que vive o país é de convulsão social.

O governo conservador está aplicando um receituário ortodoxo que contradiz todas as promessas eleitorais



necessidade de desvalorização do peso. Dessa forma, espera o ministro, será possível superar a depressão e inaugurar um período de crescimento sustentado. "Esta lei terá um efeito rápido tão saudável quanto a que teve há 10 anos a Lei de Conversibilidade, que erradicou para sempre os males da inflação", assegurou.

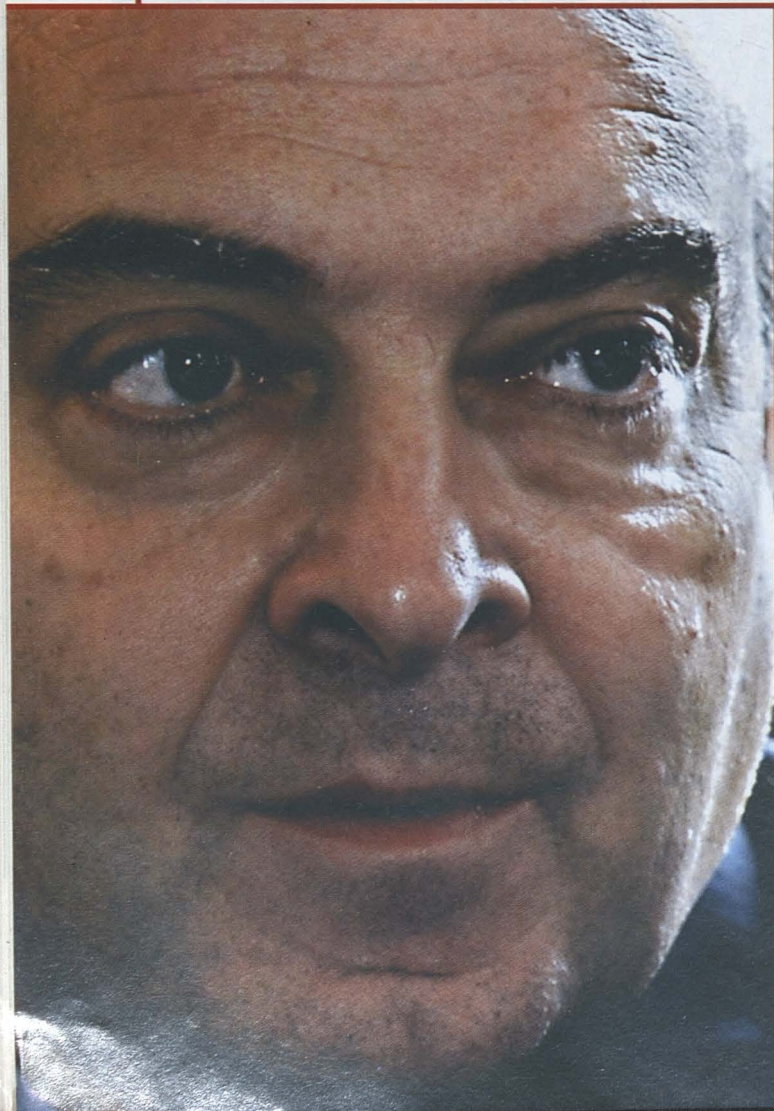
A isenção da tarifa de importação para máquinas e equipamentos, a incidência de 35% sobre a importação de bens de consumo durável e não-durável e incentivos outros aos produtores nacionais desses bens visam a reanimar o setor secundário, dizimado por uma competição des-

FMI apóia Cavallo

Ex-ministro da Economia no governo Carlos Menem (1989-1995), Domingo Cavallo hoje é líder do partido Ação pela República, de direita, com 12 deputados na Câmara. Como superministro, em 1991, criou uma caixa de conversão, em que o peso passou a ser lastreado no dólar. Consagrada por lei, a conversibilidade estabeleceu a paridade um por um entre o peso e o dólar, artifício que pôs fim à hiperinflação no país.

Mas, ao longo do tempo, foi gerando sérios complicadores para a economia, principalmente depois das crises cambiais que obrigaram países do Sudeste Asiático, a Rússia e outros, aí incluído o Brasil, a promoverem desvalorizações de suas moedas entre 1997 e 1999. Estes países (exceto o Brasil), com as desvalorizações da moeda, conseguiram melhorar o desempenho de suas exportações e equilibrar os balanços comerciais. A Coreia chegou até a obter significativos superávits.

Ministro Cavallo: uma volta às velhas receitas?



A Argentina foi o único dos países em crise que persistiu em não flexibilizar o câmbio. Viu-se, por isso, prejudicada nas exportações e às voltas com grandes déficits na conta-corrente do balanço de pagamentos, um rombo que no ano passado superou os 11 bilhões de dólares.

Os saldos comerciais argentinos passaram a ser inexpressivos, insuficientes para amenizar os saldos negativos na conta-corrente. Com uma dívida externa de 140 bilhões de dólares, uma dívida interna de 130 bilhões e o estancamento do fluxo de capitais externos – dos quais dependem os investimentos produtivos – e, ainda, com todos os ativos estatais privatizados e desnacionalizados, o país mergulhou na estagnação e chegou às portas da insolvência – sem recursos para saldar os seus compromissos externos neste e no próximo ano. Veio o socorro de quase 40 bilhões de dólares, patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas sob a condição de aprofundamento do modelo. O pacote produzido por López Murphy atendia a esse objetivo, de forma radical.

Hoje, a expectativa entre os argentinos é de que o próprio Cavallo, autor do Plano de Conversibilidade que está na raiz de toda a crise, invente uma fórmula para o país sair do engessamento cambial com o mínimo de seqüelas.

Mas a fórmula de que um peso é igual a um dólar, num país endividado e dolarizado de fato, continua a apontar, como variáveis de política econômica, o arrocho de salários, as demissões em massa de servidores públicos, o arrocho tributário, a privatização do pouco que resta do patrimônio público (e de baixo preço), e mais cortes nos investimentos sociais e na Previdência. São medidas inviáveis diante da ebulição política e social que vive a Argentina.

A gravidade dos impasses nacionais argentinos, contudo, já leva parte do empresariado, políticos e setores técnicos, antes intransigentes, a admitirem soluções alternativas à rigidez cambial imposta por Cavallo há dez anos. Sugerem o câmbio atrelado a uma cesta de moedas, para permitir discretas desvalorizações do peso, ou a criação de duas taxas de câmbio, uma para o mercado financeiro e outra para transações comerciais externas, até que se chegue a uma realidade cambial menos danosa. Cavallo ainda não admite outra política cambial.

O FMI apoiou o retorno de Domingo Cavallo e setores políticos até admitem que seu nome tenha sido imposto pela instituição a De la Rúa. "Creio que sua presença no governo vai trazer certo grau de credibilidade. Mas não há indivíduo que sozinho possa operar milagres", observou, em Santiago do Chile, o diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental, Cláudio Loser. A Argentina, acrescentou Loser, precisa de um trabalho de equipe que comprometa o conjunto do país, ratificando três objetivos centrais: manter o crédito público, frear o endividamento e conservar o sistema de conversibilidade e a paridade cambial.

vantajosa para as empresas nacionais, em conseqüência da abertura externa indiscriminada, que acabou por fazer a Argentina retroceder ao predomínio do setor primário de sua economia.

Não se trata, portanto de uma tirada nacionalista, mas de certa proteção, a fim de possibilitar maiores índices de produtividade às indústrias, para que seus produtos ganhem competitividade no mercado externo e possam contribuir com saldos comerciais capazes de amenizar os desequilíbrios na conta-corrente do balanço de pagamentos.

Atualmente, a Argentina é exportadora de produtos primários, de baixo valor agregado, o que lhe proporciona receitas de exportação insatisfatórias. Ainda no curto prazo, com o imposto sobre movimentação de contas bancárias – o equivalente à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) brasileira –, o governo argentino espera uma arrecadação adicional de até seis bilhões de dólares para cobrir o déficit fiscal.

Generaliza-se no país, entretanto, grande descrença na eficácia duradoura de tais medidas, e cresce a convicção de que o governo transitará para providências destinadas a livrar a Argentina da camisa-de-força cambial, a começar pela vinculação do peso também ao euro. Seria o começo da adoção de uma cesta de moedas, já admitida pelo próprio ministro, e da flexibilização discreta do câmbio.

Desafio do câmbio

Certamente, Domingo Cavallo não está diante de uma inflação de 5000% que ele puxou para zero, valendo-se do câmbio como instrumento de política monetária e da transferência de ativos estatais à iniciativa privada, notadamente estrangeira.

As privatizações e os empréstimos externos lastrearam o peso, quando era abundante a oferta de dólares no sistema financeiro internacional. Assim, os argentinos sentiram que o país estava experimentando uma explosão de consumo e investimentos duradouros, com moeda forte

Um retrocesso à era Menem

Oestopim da crise política que fez Domingo Cavallo reassumir a direção econômica argentina foi o conjunto de medidas propostas pelo antecessor, López Murphy. O pacote provocou logo a renúncia de três ministros e outros auxiliares diretos da Presidência.

A Frepaso, um dos dois partidos que integram a coalizão governamental, retirou da equipe de Fernando de la Rúa todos os seus representantes – o ministro do Desenvolvimento Social, Marcos Makón; o secretário-geral da Presidência, Ricardo Mitre; a vice-chefe de Gabinete, Gabriela Fernandez Meijide, e a vice-ministra do Interior, Nilda Garré.

Da União Cívica Radical, partido do próprio presidente, deixaram o governo o ministro do Interior, Federico Storani, e o ministro da Educação, Hugo Juri.

Diante dessas defecções, da multiplicação dos protestos em todo o país, da greve geral marcada para 5 de abril

e, ainda, das dificuldades da formação de um governo de união nacional para apoiar um programa radical ortodoxo – um desejo de De la Rúa –, López Murphy, apesar do apoio total do empresariado argentino e da comunidade financeira internacional, não teve outra opção que a renúncia.

Estava aberto o caminho para a volta do ex-ministro de Carlos Menem e criador do Plano de Conversibilidade, Domingo Cavallo.

Com a previsível repetição das mesmas fórmulas, tendem a ser escassas, dessa forma, as alternativas para que a Argentina construa novos horizontes e possa saltar um dos maiores obstáculos, que é uma dívida externa correspondente a 55% do seu Produto Interno Bruto (PIB), calculado em 270 bilhões de dólares, e a dívida pública interna de 130 bilhões. Somadas as duas dívidas, constata-se que têm o peso do próprio PIB.

e estável, enquanto se avolumavam os estoques das dívidas interna e externa.

Estabelecidos a paridade de um dólar igual a um peso e o conhecido *currency board* (caixa de conversão), que obriga o governo a só emitir pesos quando acrescentar o equivalente em dólares às reservas cambiais, o que Cavallo fez foi tornar inflexível a política monetária, numa situação de déficits em conta-corrente, e colocar o país cada vez mais na dependência de empréstimos para cobrir os rombos internos e externos.

Como os fluxos sob a forma de empréstimos foram estancados e persistiram expressivos déficits na conta-corrente, a Argentina acabou empurrada para a insolvência e vendendo todo o patrimônio do Estado. Com os pesados serviços das dívidas externa e interna, ambas em dólares, e não dispondo de fontes das quais pudesse

extrair novos recursos para atender a tais compromissos, o país chegou ao monumental impasse.

Querer que os trabalhadores, os aposentados e as empresas de capital nacional continuassem pagando essa conta mostrou-se politicamente inviável, como provou a demissão do ex-ministro López Murphy. Domingo Cavallo poderá vir a pretender o mesmo, se insistir em não desatar o nó cambial que põe o Estado argentino de joelhos diante dos credores – os grandes beneficiários do Plano Cavallo. Isto explica as pressões das instituições financeiras locais e internacionais para que tudo continue como está.

O grande desafio de Cavallo é exatamente o de desatar o nó que ele próprio inventou, e que faça isto com o mínimo de sacrifícios para o povo e para o empresariado argentinos. (Álvaro Queiroz) ■

Os cães da guerra

Como uma matilha enlouquecida, os mercenários tomaram a Colômbia de assalto. Pensava-se que eles estavam derrotados para sempre, desde que “os patos selvagens” belgas que dizimaram o continente africano foram aniquilados pelas tropas angolanas e os que conseguiram sobreviver foram condenados há três décadas no “Nuremberg antimercenário” de Luanda

Héctor Escobar

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO colombiano, que supostamente tanto se queria evitar, já é um fato. Forças mercenárias de diferentes países participam abertamente, comandando combates, dirigindo os sistemas de inteligência e comunicação, treinando carrascos e especialistas em ações terroristas ou simplesmente pilotando os helicópteros que chegaram ao país através da “ajuda militar norte-americana”.

Empresas mercenárias israelenses, norte-americanas, inglesas, australianas, sul-africanas e até dos países do Leste europeu, entre outras, enviam à Colômbia os seus soldados da fortuna – que vão de generais da reserva a ex-combatentes de diversas guerras. Isso sem mencionar o fato de que as Forças Armadas norte-americanas estão participando ativamente das operações militares, ao lado do exército colombiano, com dois generais, Keith M. Hoover e James N. Soligan – “Os Rambos” –, de forma permanente e com assistência regular do general Peter Peace, comandante do Comando Sul dos Estados Unidos.

“Ainda que muitos deles tentem se camuflar, é só vê-los, que logo você os reconhece, pois não têm cara de colombianos. São quase todos muito brancos; alguns, loiros, e muitos, altos. Geralmente procuram não falar com estranhos, pois o sotaque os denuncia”, assegura uma fonte da inteligência colombiana. A razão de serem comandados por estrangeiros frustra muitos oficiais colombianos, que não escondem o que consideram uma humilhação.

O fato não é novo, o que mudou é a intensidade – assegura um oficial, que para falar coloca como condição não ser identificado. Segundo ele, desde a época dos governos do presidente Virgílio Barco, e mais tarde com Belisário Betancourt, na década de 80, era público que uma empresa mercenária israelense, comandada pelo tenente-coronel Yair Klein, treinava os narcotraficantes



Fotos: AFP

do Cartel de Medellín. Com eles começou a "guerra suja" no país. A primeira "graduação" de paramilitares era formada por 30 terroristas, escolhidos entre seus "melhores homens" pelos famosos chefes da droga de então: Pablo Escobar, Gonzalo Rodríguez Gacha, Henry Pérez, Víctor Carranza e Fabio Ochoa Vázquez. A festa de graduação teria sido vista por Rodríguez Gacha e o coronel do Exército colombiano, Luis Bohórquez Montoya, comandante do Batalhão de Infantaria nº 3, "Bárbula", de Puerto Boyacá, na região do Médio Magdalena.

Trabalho facilitado

Segundo documentos levantados pela própria Direção da Inteligência Colombiana (DAS), o coronel Bohórquez não só tinha conhecimento do que estava se passando em seu território, como ainda equipou os mercenários, facilitou seu trabalho

e permitiu que parte do treinamento se realizasse nas instalações militares do batalhão, dando origem aos grupos paramilitares conhecidos como "Autodefesas".

Enquanto os narcoterroristas de Klein se tornavam especialistas em explosivos ou em massacrar suas vítimas a partir de carros ou motos em movimento com suas metralhadoras UZI, Mini UZI e fuzis AR-15, os mercenários ingleses se encarregavam diretamente das execuções seletivas. Deste último grupo faziam parte Peter McAleese, Dave Tomkins, Alex Lennox e Geoffrey Adams.

Agora, o grosso dos mercenários estrangeiros que participam da guerra são norte-americanos, estimados entre 500 e mil membros (a embaixada assegura que são 30), grande parte deles ex-oficiais e ex-soldados veteranos da Guerra do Vietnã, do Golfo e do Kosovo, inclusive alguns coroneis e generais. Eles estão treinando ou comandando as forças paramilitares.

Grandes conglomerados privados de *consultants*, como eufemisticamente são chamadas as empresas dos mercenários, estão repartindo o butim dos 1,3 bilhões de dólares da ajuda (mais de 75% de tipo militar) dos Estados Unidos ao Plano Colômbia. Entre essas empresas estão as norte-americanas Military Professional Resources Inc. (MPRI), Northrop Grumman, de Los Angeles, e a megaempresa DynaCorp, além da inglesa Sandline, a sul-africana Executive Outcomes (EO) e algumas israelenses, não identificadas. "É a globalização da guerra", disse um oficial colombiano com o qual falamos sobre o assunto. A DynaCorp, a maior delas, foi fundada no fim da Segunda Guerra Mundial, para acolher a tropa desmobilizada e realizar a chamada "guerra suja", durante a Guerra Fria. O seu faturamento é superior a 1,2 bilhões de dólares por ano.

Com essa "indústria" de soldados sem escrúpulos e assassinos a soldo, con-

Na foto ao lado, o chefe do comando sul do exército dos EUA, general Peter Pace (esq.) é recebido pelo comandante das Forças Armadas colombianas, general Fernando Tapias (dir.), em Bogotá, em uma de suas visitas ao país, para supervisionar o andamento das operações militares. Enquanto isso, Carlos Casta, um dos comandantes das forças paramilitares conhecidas como 'Autodefesas', passa em revista a tropa (embaixo)





Cidadãos norte-americanos, representantes da Ação Permanente pela Paz (Witness for Peace), rezam diante da embaixada dos EUA em Bogotá, e pedem perdão aos colombianos pelo envio de assessores militares e armas dos EUA para sustentar o Plano Colômbia

correm as “empresas complementares” que exportam máquinas e técnicas de tortura. Entre estas, se destaca a norte-americana Aedec Internacional, que garante que o dinheiro norte-americano fique em casa.

Um militar comentou um fato curioso: “Quando os norte-americanos tombam em combate em outras terras, normalmente os recebem com honras militares. Os que estão voltando da Colômbia retornam em caixas obscuras de madeira, sem identificação, e com certificado de óbito: ‘morto do coração’. A ninguém interessa saber quem foram.” A embaixada norte-americana em Bogotá se recusa a fazer comentários sobre o assunto.

Dentro da tropa mercenária, a mais numerosa é a colombiana, que conta com um exército de mais de oito mil homens, fortemente armados, equipados e com abundantes recursos, como aviões e helicópteros de combate. Atuando em 25 dos 33 departamentos do país, os paramilitares já têm condições de realizar atentados em

Bogotá, capital do país, segundo opinião do próprio ministro da Defesa.

Queima de arquivo

Apesar do tamanho da tropa, as autoridades não conseguem detectar os paramilitares nem responder a algumas perguntas elementares: Quem os comanda? Como se organizam? Quem os arma? De onde sai o dinheiro para manter e mobilizar esse exército paralelo? Onde têm o seu quartel-general?

Especialistas de Bogotá acreditam que o governo tem conhecimento de tudo o que acontece, mas prefere fazer de conta que não sabe de nada. Lembram que o ex-presidente César Gaviria (atual secretário-geral da Organização dos Estados Americanos) teve mais coragem e, mesmo agindo de forma discreta, não escondeu as responsabilidades que cabiam ao seu governo, quando os “novos” paramilitares, como os de Puerto Boyacá, começaram a

agir, apoiados, financiados e armados pela agência de inteligência norte-americana (CIA), o Departamento de Controle de Drogas (DEA) dos Estados Unidos e o exército colombiano. Nessa época os apelidaram de “Los Pepes”, ou os perseguidos de Pablo Escobar.

Para uma fonte militar, “Los Pepes” não foram nada mais que um grupo de narcotraficantes desgarrados do Cartel de Medellín, que rompeu com seu líder, Pablo Escobar, e abandonou o esquadrão Morte aos Sequestradores (MAS) treinado pelo coronel Klein, a serviço também de Escobar. “Los Pepes”, junto ao exército e à inteligência colombiana e norte-americana, caçaram Escobar depois que ele fugiu da prisão de Envigado. Recapturaram e executaram o “chefão” com um tiro no ouvido.

O objetivo era impedi-lo de falar à elite da Colômbia e de outros países. Entre os chefes de “Los Pepes” da época estavam Fidel Castaño e o irmão Carlos Castaño, hoje chefe máximo das “Autodefesas. ■

Depoimento sobre uma arbitrariedade

Juan Gelman

Em uma carta cheia de agonia, o poeta argentino Juan Gelman conta a sua prisão em Tel Aviv, no início de março, quando desembarcava para participar do enterro da irmã. Comentário seu mal interpretado por agente de segurança israelense, presente no avião em que viajava vindo de Buenos Aires, determinou a sucessão de agressões morais e abertura de acusação criminal, o que levou o poeta, que é judeu, a concluir que Israel vive um processo de nazificação

ESCREVO ESTAS LINHAS MOVIDO PELA DOR E A TRISTEZA. Na sexta-feira, 2 de março, chegamos a Israel, minha mulher, Mara de La Madrid, e eu. Era 1h30 da madrugada e às 10h seria o enterro de minha irmã Teodora, morta repentinamente em Jerusalém. Conheço vários tipos de morte: a de pai e mãe, a do filho, mas agora estou percorrendo o doloroso território do falecimento de uma irmã. É, sem dúvida, diferente dos demais. Mara e eu desembarcamos de um vôo da British Airways e fomos detidos pela polícia no aeroporto Ben Gurion. Os fatos são os que seguem.

Durante o vôo, sentou-se diante de nós um senhor de 28 a 30 anos, alto, moreno, cabelo aparado e modos autoritários, que conversava amigavelmente, em hebraico, com uma aeromoça. Está bem. Admite-se. Por razões de segurança, há sempre um agente (do Mossad?) em cada vôo de companhias estrangeiras, que não sejam da El Al, que chega a Tel Aviv.

Mara e eu conversávamos sobre as declarações do chefe do estado-maior do Exército israelense – um general cujo nome não quero lembrar – publicadas no *Herald Tribune*. Afirmava ele que a Autoridade Nacional Palestina era uma “entidade terrorista” e que o Estado de Israel pensava na possibilidade de reocupar as poucas zonas palestinas a que se tinha outorgado a autonomia. Mara, então, perguntou-se: “O que querem fazer? Vão ocupar o Líbano?”

Nesse momento, o senhor de cabelo aparado voltou-se furioso e nos gritou um *enough!* (“basta!”), que interrompeu nossa

conversa, que era pessoal, a dois e feita em espanhol.

“Mister Enough” não se limitou ao grito, quando, no ônibus que nos transportou do avião ao terminal do aeroporto, ele me apontou com o dedo um senhor fardado que logo se dirigiu a nós, sem identificar-se e pedindo nossos passaportes. Respondi-lhe que, a 30 metros do balcão de fiscalização dos passaportes, era lá que os ia apresentar, pois a exigência dele não tinha justificativas. Mara entrou na fila, passaportes na mão, e, quando a seguiu, o senhor de uniforme tentou reter-me com um abraço de urso, do qual me desprendi – confesso – roxo de raiva. Sou um cidadão argentino e não admito esse tipo de comportamento por parte de nenhum fardado. Talvez seja porque tenho uma experiência traumática – volto a confessar – com os senhores de uniforme (*ver quadro*). Lá fora, minha sobrinha nos esperava. Ela atrasara o enterro de sua mãe até que pudéssemos chegar.

Explicamos isso, mas ao senhor fardado pouco importavam falecimentos e enterros alheios. Somente depois de hora e meia deixou minha sobrinha entrar. O homem de uniforme, que se negou a identificar-se, nos prendeu até às 5h da manhã, redigindo, lentamente, um registro de ocorrência, em que nos indiciava por tumulto a bordo do avião da British Airways, desacato à autoridade e ofensa a um funcionário público no exercício de suas funções.

Foi inútil perguntar quem fizera a denúncia e em que consistia. Tumulto, no hebraico do Estado de Israel, é uma palavra muito grave. Serve, por exemplo, para qualificar a atitude de uma criança palestina que joga pedras num tanque israelense.

Uma longa luta

Durante a ditadura militar, o poeta Juan Gelman, um dos mais prestigiados intelectuais argentinos da atualidade, teve um filho e uma nora – que estava grávida – seqüestrados. O



Fotos: AFP

Gelman, duas décadas procurando a neta

O único tumulto em que devo haver me envolvido foi a exigência urinária de ir ao banheiro, quando o avião começava a descer. A presumida denúncia de uma aeronoça da British Airways, referida na ocorrência, foi solicitada reiteradamente pelo consulado argentino em Tel Aviv e jamais apareceu.

O fato, grave, é que Mara e eu estivemos detidos por mais de três horas no aeroporto de Tel Aviv. O senhor de uniforme escrevia suas acusações, e eu sofria com a morte de minha irmã, o destino de morrer em Jerusalém que lhe havia decretado a ditadura militar. Saímos mediante algumas exigências: minha sobrinha teve de assinar dois termos de responsabilidade, um por mim e outro por Mara – que, certamente, não foi atacada por incontinência urinária

corpo do filho apareceu, mas a nora continua desaparecida até hoje, e, como todos os outros, o mais provável é que esteja morta. Gelman soube que a nora fora levada para o Uruguai, onde deu à luz na prisão uma filha. O poeta procurou a neta desesperadamente durante mais de vinte anos. Há alguns meses ficou sabendo que ela poderia ter sido entregue, ainda bebê, a uma família uruguaia e que estaria em Montevideú. Após ter feito um apelo às autoridades, conseguiu localizar a jovem, com ajuda direta do atual presidente uruguaio, Jorge Batlle.

Após ela ter se submetido, voluntariamente, a um exame de DNA, ficou provado que era a neta do poeta. A jovem, cuja identidade não foi revelada, optou por ficar com a família que a adotou, apesar de ter se encontrado com os avós, e ter conhecido todos os detalhes de sua trágica história.

como eu –, pela qual se obrigava a pagar 2.500 dólares por cada um, se, na segunda-feira seguinte, não comparecêssemos a uma pretensa audiência de conciliação.

Nesse meio tempo, o senhor de uniforme que nos detivera mostrou-me, ameaçadoramente, um par de algemas. Ele falava em hebraico. Recorria ao idioma inglês, quando isso era de sua conveniência; e ao hebraico, quando não. Seus companheiros o chamavam de Danny e, segundo o “policial bom” que apareceu quando a situação esquentou demais, seu nome é Daniel Yehud.

Não me parece estranho que viagem agentes (do Mossad?) nos vôos com destino a Israel, tendo em vista a situação. O que não entendo é que tais agentes de segurança, exclusivamente de segurança, segundo se diz, se convertam em polícia política que em nada tem que invejar a polícia de Hitler ou a de Stálin. Onde estamos? Afinal, Israel é ou não uma democracia?

Pode ser democrático um Estado que submete a cerco um milhão de palestinos pela força das armas? E como é possível que, agora, estejam sitiando todo um povo, os filhos, os netos, os bisnetos daqueles que, a exemplo de minha mãe e seus irmãos e seu pai, rabino, padeceram no cerco czarista, nos guetos e, depois, como os meus primos, a prisão nos campos de concentração nazistas?

Aos oito anos de idade, minha mãe viu, de perto, os cossacos incendiarem a casa da família e minha avó livrar os filhos das labaredas, menos uma irmãzinha de dois anos, que acabou morrendo carbonizada. E agora esses descendentes das vítimas de perseguições criam guetos para os palestinos, dinamitam suas casas, cuidam de aprisioná-los pela fome, cortam suas oliveiras e destroem as lavouras, quando estas atrapalham projetos de edificações, usurpam-lhes as terras, fazendo uso da razão das bestas, que é a força?

Que tem a ver o judaísmo com essas políticas de Israel? Nós, os judeus, sempre fomos perseguidos, nunca perseguidores; discriminados, nunca discriminadores; marginalizados, nunca marginalizadores; sitiados, nunca sitiantes.

Hoje, o Estado de Israel nada tem a ver com a tradição judia, a mais democrática do mundo, criada com a diáspora e mantida pelos séculos.

Sei que essas opiniões serão qualificadas como anti-semitas por aqueles que não querem ouvir, nem ver, nem falar, como aqueles três monos da Índia. A tática de confundir as críticas ao Estado de Israel com o anti-semitismo me faz lembrar a pretensão da mais recente ditadura militar argentina, que chamava de campanha anti-Argentina qualquer denúncia de seus crimes.

Só explico a tristeza íntima que as políticas genocidas do Estado de Israel me causam, porque sou verdadeiramente judeu; porque, uma vez, ainda menino e com febre altíssima, meu pai sentou-se à beira da minha cama para ler-me, em iídiche, um conto de Sholem Aleijem, chamado *Das Messerl* (faquinha, violência), que falava das dores do gueto. ■

Medo do passado

Pesquisador israelense revela que houve mesmo expulsão de palestinos quando da fundação do Estado de Israel, contrariando a versão oficial

AS PESQUISAS DO PROFESSOR Benny Morris, da Universidade de Ben Gurion, em Israel, estão desagradando aos setores conservadores que defendem a idéia de que não houve expulsão de palestinos, mas apenas fuga voluntária, na guerra de 1948.

No livro *The Birth of the Palestinian Refugee Problem - 1947/1949* ("Origens do problema dos refugiados palestinos"), Morris coloca-se num campo neutro, entre a posição palestina de que houve uma expulsão por parte de Israel e a versão judaica de que ocorreu uma fuga voluntária. Conclui que o problema dos refugiados palestinos foi produto da guerra.

O historiador revela uma reunião estratégica de gabinete, realizada em 16 de

junho de 1948, na qual os ministros avaliaram a guerra e decidiram se iriam permitir ou não o regresso dos refugiados palestinos a zonas que tinham sido tomadas por Israel. Soube-se, depois, segundo o historiador, que o primeiro-ministro David Ben Gurion teria deixado claro que não seria permitido o retorno dos refugiados. Gurion teria manifestado ainda sua preocupação por não terem sido ocupadas as cidades de Lydda e Ramalá, localidades árabes a sudeste de Tel Aviv.

Um mês depois da reunião de gabinete, forças israelenses expulsaram centenas de palestinos de Lydda e Ramalá, numa operação comandada pelo então jovem oficial e mais tarde primeiro-ministro Yitzak Rabin, assassinado em 1995. Segundo lembra Morris, Rabin escreveu em suas

memórias, censuradas por anos, que, ao perguntar o que deveria fazer com os palestinos, Gurion ordenou que fossem expulsos. Rabin disse ter pensado que a medida teria o propósito de proteger as forças israelenses, mas confessou, nas memórias, que muitos se negaram a participar da operação, por considerá-la imoral.

O ministro da Justiça de Israel, Yossi Beilin, um político progressista, teme que a liberação de documentos para o historiador comprometa a agenda política do país de reativar as raízes israelenses e manter a fé na causa sionista.

"Posso entender o temor de Beilin, pois publicar as histórias sobre as atrocidades das forças de segurança israelenses podem prejudicar as atuais negociações com os palestinos", comenta Benny Morris. O governo explica que os documentos confidenciais podem ser liberados depois de 40 anos, a não ser que o conteúdo atente contra a segurança do Estado, as relações internacionais ou a vida privada de cidadãos. "Trata-se de um dilema entre a liberdade de informação e a conveniência política", analisa o historiador.

Hanan Asrazi, membro do Conselho Palestino, sustenta que Israel precisa encarar seu passado, incluindo a limpeza étnica, as expulsões deliberadas e os massacres de palestinos, para que as feridas possam ser curadas. "Somente pela luz da verdade e admitindo a responsabilidade pelo que aconteceu, se poderá iniciar um processo de reconciliação", afirmou Hanan.

Enquanto os historiadores recuperam e costuram pedaços do passado, o novo governo israelense, do general Ariel Sharon, consolida a imagem de intransigente e provocador, fazendo retroceder os avanços que se vinham obtendo em penosas negociações por oito anos. Na viagem a Londres, Sharon rejeitou novos entendimentos, simplesmente afirmando que seu governo "não conduzirá negociações para um acordo de paz sob fogo cruzado", para descartar um encontro com o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat. ■

Pesquisa mostra que a perseguição aos palestinos começou há 50 anos com a expulsão de milhares deles de suas terras. Na foto, um palestino protesta ao ter a sua casa destruída





Fotos: AFP

Otan e EUA acusados por tragédia nos Balcãs

Os acordos firmados com a Iugoslávia e a ONU são letra morta para os que armam e patrocinam os ataques dos paramilitares kosovares de etnia albanesa, que agredem tanto a Sérvia quanto a Macedônia

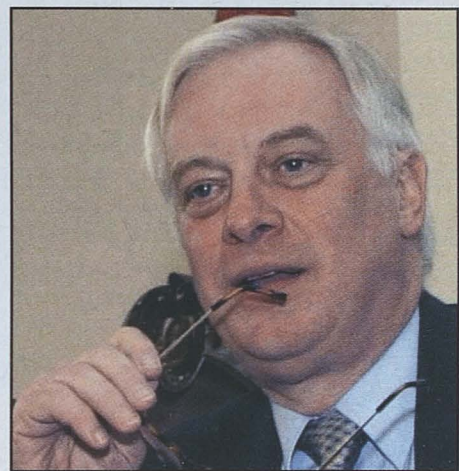
A ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE JURISTAS (AAJ) divulgou um manifesto, denunciando o que chama de “cumplicidade criminosa entre a Força Internacional de Segurança para o Kosovo (KFOR) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), nos ataques militares que vêm sofrendo a Sérvia e a Macedônia, por parte de grupos albaneses baseados no Kosovo”.

Os juristas consideram “injustificável a inoperância de um exército multinacional de 40 mil soldados (as forças da Organização das Nações Unidas – ONU) dotados dos equipamentos mais sofisticados e que se dizem incapazes de controlar, neutralizar e desarmar os grupos paramilitares que operam a partir de um território minúsculo de apenas 11 mil km² e que atravessam as fronteiras com a mais completa liberdade”.

Segundo o manifesto da AAJ – assinado pelo presidente Beinusz Szmukler, pela secretária-geral Vanessa Ramos e pelo representante permanente em Genebra, Alejandro Teitelbaum, e divulgado no dia 20 de



A Macedônia decidiu não confiar na Otan nem nos EUA e partiu para resposta dura aos grupos militares kosovo-albaneses invasores. A Otan enviou missão chefiada pela chanceler sueca Anna Lindh (foto à dir.) e integrada, entre outros, pelo representante da União Européia, Christopher Patten (ao lado). Acima, o presidente macedônio, Bóris Traykovski (C) e seu chanceler, Ljubco Georgievsky (E), recebem em Skopje o secretário-geral da Otan, George Robertson (D), que sugeriu uma saída política. Em cima, à direita, o chanceler russo Igor Ivanov, depois de encontro com a cúpula macedônia. Entre os motivos apontados para a convulsão em que a Otan e os EUA mantêm a região, está a histórica identificação dos Balcãs com a Rússia



março, a KFOR está violando seu mandato ao não garantir a segurança dos habitantes da região onde exerce seu controle.

EUA constroem forças da ONU

Além disso, “a cumplicidade (com a política agressiva da Otan e dos Estados Unidos na região) decorre ainda do compromisso assumido por aquela entidade internacional no Acordo Técnico Militar firmado com a Iugoslávia em 9 de junho de 1999, cujo Anexo A.1 determina que a KFOR se deslocará e operará sem qualquer impedimento e com plena liberdade para adotar todo tipo de ação necessária a estabelecer e manter um clima de segurança para todos os cidadãos do Kosovo”.

A Otan e os Estados Unidos simplesmente ignoram o compromisso que assumiram, e a KFOR, por sua vez, finge desconhecer as ilegalidades que patrocinam.

Um terceiro ponto descumprido pela KFOR para não desagradar à Otan e aos Estados Unidos refere-se à Resolução 1244: esta, em seu item 9, diz que à KFOR cabe impor “a desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo (ELK) e de outros grupos armados kosovo-albaneses”. Denunciam os juristas que “é evidente que a KFOR não cumpriu a decisão do Conselho de Segurança de impor a desmilitarização do ELK, que está agora agredindo a Macedônia, nem dos outros grupos paramilitares, como o Exército de Libertação de Presevo, Medvedja e Bujanovac (ELPMB), que atua no sul da Sérvia”.

A AAJ denuncia que os Estados Unidos estão por trás de tudo, uma vez que é Washington quem apóia logisticamente os grupos armados ilegais no Kosovo, permitindo-lhes as agressões contra a Macedônia e a Sérvia, atuando na região através da agência de espionagem norte-americana (CIA), segundo denúncias de funcionários da própria KFOR.

“A comunidade internacional e os países europeus membros da Otan-KFOR, em particular, deveriam reagir de forma rápida e enérgica para impor um fim à política de desestabilização que os Estados Unidos estão levando aos Balcãs por razões geopolíticas, antes que se aprofunde uma nova catástrofe humanitária na região”, conclui o comunicado da Associação Americana de Juristas. (Procópio Mineiro) ■

Carta aberta ao presidente

Pare de viajar pelos céus estrangeiros e pise nosso chão, olhe nosso povo, veja as nossas matas (ou o que resta delas), nossos rios e reflita: lutaremos *a priori* ou nos renderemos *a posteriori*?

Ivone Rodrigues Guedes

ATÉ QUANDO, SENHOR PRESIDENTE, veremos o nosso país como uma velha cortesã que se entrega ao estrangeiro sem pedir nada, sem exigir compensações, que abre suas entranhas e deixa ser invadida com o deslumbramento de uma criança? Quando é que perderemos a inocência e deixaremos de sermos enganados? Quando é que entraremos na concorrência internacional amparados por bons advogados e passaremos a exigir respeito pelos nossos produtos e pela inteligência de nosso povo?

Sim, senhor presidente, somos inteligentes, apesar dos nossos políticos acharem que o povo deve ser mantido na ignorância, para com isso ser mais fácil manipular as massas (Filosofia e Sociologia no ensino médio, nem pensar). Sabemos ser críticos, ainda que nossas críticas esbarrem no circo armado para desviar nossa atenção: o futebol, o Carnaval, os escândalos internacionais que em nossa mídia suplantam as nossas mazelas. Temos noção da fome de grande parte do nosso povo, do analfabetismo, da miséria, da mortalidade infantil, do sucateamento de nosso já precário sistema de saúde, do banditismo dentro dos "Três Poderes", poderes estes outorgados a indivíduos que teriam por missão nos salvar e que os usam para se enriquecerem às nossas custas. Temos noção também dos escândalos da Previdência, dos altos impostos que

nos impingem e que não nos são reembolsados em forma de benefícios.

Pena que saibamos apenas ser pessoas dentro de nossos lares e não tenhamos aprendido a ser cidadãos políticos. Ainda vivemos sob a violência do "você sabe com quem está falando?", e não sabemos responder à altura com o "quem você pensa que é?" Antes que eu me esqueça, sei quem você é: caro professor, será que esqueceu a lição? Questão agrária deixou de ser um problema político e se tornou uma questão técnica? Pense nisso, antes de nos ofender com uma propaganda tão medíocre!

Já no âmbito internacional, de que adianta termos modificado nossas relações humanas e nos inserido no paradigma automação/informação, redefinido nosso mercado de trabalho, criado uma nova ótica de tempo e espaço e de nossos trabalhadores terem aprendido a produzir mais em um menor espaço de tempo, como também nossas fábricas se automatizarem para atender a uma demanda maior de mercado – se com isso perdemos em número de vagas de emprego e sofremos diminuição do salário?

Se nossas cidades se transformam por uma necessidade de se encurtarem os espaços, novos meios de locomoção são criados e as estradas são melhoradas facilitando o escoamento da produção e o acesso dos trabalhadores ao local de trabalho; se deixamos de lado o paradigma taylorista/fordista, já que a produção em série não atende mais a um mercado que se modifica

a cada dia, e o que se é produzido perde o valor e fica obsoleto de um dia para o outro; se avançamos na tecnologia e investimos nas áreas de telecomunicações e veiculação de informações; se nossas pequenas fábricas estão cedendo lugar para as grandes empresas, e os homens estão sendo expulsos dos lugares onde moram para dar lugar ao comércio, eu pergunto: quando estaremos aptos a competir, a oferecer preços mais baixos e qualidade superior? Até quando estaremos inseridos à margem do processo produtivo? Quando o governo brasileiro passará a valorizar o ser humano e investir na área social?

Quando nossa nação irá perceber que está na hora de mostrar que temos poder de barganha? Que a nossa vaca não é louca, pelo contrário, possuímos rebanhos saudáveis, livres de doenças causadas pela manipulação genética para o aumento de produção. Nossos rios ainda produzem peixes, nossos grãos são de qualidade, possuímos tecnologia de ponta e profissionais qualificados – tudo isso dentro de um vasto território a ser explorado em todas as suas potencialidades.

Será que permaneceremos como colônia e deixaremos que venham para nossas terras, invadam nosso território, comprem nossas fábricas e nos tornem escravos de seu capital para percebermos, então, que tínhamos tudo para sermos grandes e tivemos medo de investir, de enfrentar de igual para igual quem comanda o capital e mostrar que temos domínio do espaço físico?

Pare de viajar pelos céus estrangeiros e pise nosso chão, cheire nossa terra, olhe nosso povo, veja as nossas matas (ou o que resta delas), nossos rios, nossos mares e reflita: lutaremos *a priori* ou nos renderemos *a posteriori*? Lembre-se, respeito se tem ou se conquista. Se internacionalmente não somos reconhecidos, temos de mostrar que somos bons o bastante para merecê-lo e que estamos aptos a conquistar o nosso quinhão no mercado! ■

Ivone Rodrigues Guedes é estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

IMAGINE

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.




São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.



E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.





JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj